

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM AGRONEGÓCIOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS**

**O COMÉRCIO BRASIL – MERCOSUL: ANÁLISE DO  
SETOR AGRÍCOLA (1991 – 2012)**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**Glenio Piran Dal’ Magro**

**Porto Alegre, RS, Brasil**

**2014**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios

Programa de Pós-Graduação em Agronegócios

**Glenio Piran Dal' Magro**

**TÍTULO**

**O COMÉRCIO BRASIL – MERCOSUL: ANÁLISE DO SETOR AGRÍCOLA (1991 – 2012)**

**Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agronegócios do Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Agronegócios.**

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi - UFRGS

Prof. Dr. Egon Roque Fröhlich- UFRGS

Prof. Dr. Luiz Augusto Estrella Faria- UFRGS

Orientador: Prof. Dr. João Armando Dessimon Machado – UFRGS

Março de 2014

**Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios  
Programa de Pós-Graduação em Agronegócios**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação de Mestrado

**O COMÉRCIO BRASIL – MERCOSUL: ANÁLISE DO SETOR  
AGRÍCOLA (1991 – 2012)**

elaborada por  
**Glenio Piran Dal' Magro**

como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Agronegócios**

**COMISSÃO EXAMINADORA**

**João Armando Dessimon Machado, Dr.**  
(Presidente/Orientador - UFRGS)

**Eduardo Ernesto Filippi, Dr. (UFRGS)**

**Egon Roque Fröhlich, Dr. (UFRGS)**

**Luiz Augusto Estrela Faria, Dr. (UFRGS)**

Porto Alegre, 25 de março de 2014.

*Dedico esta dissertação aos meus amados pais, Noeli e Celso.  
Obrigado pelo incentivo, entendimento, carinho e ensinamentos,  
que formaram os alicerces da minha história.  
Obrigado por acreditarem nos meus sonhos e por ajudarem a concretizá-los.  
Eu amo vocês!*

## **Agradecimentos**

É com muita satisfação que a realização desse mestrado se concretiza, tanto como um sonho pessoal quanto profissional, e também representa uma trajetória cercada de novas experiências, intensos sentimentos, muito conhecimento e repleta de pessoas inestimáveis. Após um primeiro ano de muitas dificuldades pessoais e financeiras, com extensas leituras e trabalhos, regados a novos desafios e um segundo ano menos intenso, porém não menos trabalhoso, gostaria de agradecer algumas pessoas que auxiliaram direta e indiretamente neste processo de construção e aprendizado nos últimos dois anos.

Inicialmente gostaria de agradecer aos meus familiares, que dedicaram muita atenção e expectativa nesta etapa da minha vida. Meus avós, meus pais Noeli e Celso, minha irmã Mayara, meus tios e primos.

Aos meus queridos amigos de Constantina, no qual levo sempre os seus sorrisos no meu coração e estive pouco presente nestes últimos anos e aos da graduação em Zootecnia, que se encontram carinhosamente no meu coração e pensamento. Ainda, aos amigos que conheci no período do mestrado, em especial Daruichi e Michelle e aos amigos que sempre estiveram presentes, mesmo quando eu me fiz ausente, Vinícius, Gilmarcos e André entre muitos outros. Todos estarão eternizados nesta conquista.

A família CEPAN, colegas e professores, pela vivência, pelo conhecimento discutido e compartilhado, pela ousadia em transmitir o saber e o fazer ciência.

Ao professor e orientador Dr. João Armando Dessimon Machado, pelo profissionalismo e simplicidade nos momentos de reflexão, cobrança, incentivos e transmissão do conhecimento durante a realização deste trabalho. A Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Rosani Marisa Spanevello, responsável pela minha iniciação científica, que me orientou até a entrada desse mestrado.

A CEPAL, pelo brilhante trabalho que realizam na América Latina, em especial na coleta, uniformidade e compilação dos diferentes dados utilizados nesse trabalho.

Ao CNPq pela concessão do apoio financeiro na forma de bolsa.

*“Dizer que as economias subordinadas não se desenvolvem não significa que elas não mudam e crescem; significa, antes, que elas continuam subordinadas no sistema global e, portanto, não atingem nunca a prometida forma de economia dominante e desenvolvida”*

***Michael Hardt e Antonio Negri***

# **RESUMO**

Dissertação de Mestrado  
Programa de Pós-Graduação em Agronegócios  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

## **O COMÉRCIO BRASIL – MERCOSUL: ANÁLISE DO SETOR AGRÍCOLA (1991 – 2012)**

AUTOR: Glenio Piran Dal' Magro

ORIENTADOR: João Armando Dessimon Machado

Data e Local da Defesa: Porto Alegre, 25 de março de 2014.

O Mercado Comum do Sul é uma união de cinco países em desenvolvimento da América do Sul, no qual o Brasil integra, constituindo um dos mais importantes mercados econômicos mundiais. A participação brasileira no bloco iniciou-se desde a sua formação em 1991 e atualmente caracteriza-se por quantitativos intercâmbios comerciais com os demais Estados Partes. O Objetivo deste trabalho é contextualizar o panorama da participação brasileira nas relações comerciais de produtos agrícolas no Mercado Comum do Sul. Para tal, utilizaram-se dados da CEPALSTAT, a fim de averiguar o fluxo comercial brasileiro intrabloco, conhecer e quantificar os principais produtos do setor agrícola importados e exportados, verificar o crescimento do comércio intra-indústria do bloco e analisar quais as relações institucionais eram desenvolvidas a fim de promover o setor agrícola no MERCOSUL. Como resultados observa-se que as relações comerciais intrabloco são crescentes, ultrapassando 40 milhões de dólares em intercâmbio comercial no ano de 2012, tendo o Brasil como principal parceira a Argentina. Os principais produtos comercializados intrabloco, ou seja, que compõem os maiores valores de intercâmbio comercial possui um maior grau de tecnologia, se caracterizando como um comércio intrasetorial. Isto corresponde aos mesmos produtos de trocas comerciais, ou seja, são os mesmos produtos importados e exportados por todos os países, sendo nítido principalmente quando se analisa Brasil e Argentina. Já os principais produtos do setor agrícola comercializados nos dois anos avaliados foram o café, o trigo, a maçã, a soja, as carnes, o couro, o algodão, o milho, o arroz, os fertilizantes, o leite e derivados. Apesar da grande maioria desses produtos constituírem uma vantagem competitiva intrabloco com até mesmo um potencial de comércio, não se vislumbra um potencial de crescimento para o intercâmbio comercial de produtos agrícolas no MERCOSUL. Ademais, as relações institucionais promovidas por meio de acordos entre os Estados Partes, parecem beneficiar os setores da economia, relacionados com este comércio intrasetorial, tendo como exemplo o setor automobilístico.

**Palavras-chave:** Agricultura. Relações comerciais. Relações institucionais.

# **ABSTRACT**

Master's Dissertation  
Graduate Program in Agribusiness  
Federal University of Rio Grande do Sul

## **TRADE BRAZIL – MERCOSUR: ANALYSIS OF THE AGRICULTURAL SECTOR (1991 – 2012)**

AUTHOR: Glenio Piran Dal' Magro

ADVISER: João Dessimon Armando Machado

Date and Place of Defense: Porto Alegre, 25 March 2014.

The Mercado Comum do Sul is a union of five developing countries of South America, which includes Brazil, constituting one of the most important global economic markets. The Brazilian participation in the block started since its formation in 1991 and currently characterized by quantitative trade with other States Parties. The objective of this study is to contextualize the panorama of Brazilian participation in trade of agricultural products in the Southern Common Market. For this, we used data from CEPALSTAT, to ascertain the Brazilian trade flow intrabloc know and quantify the main products imported and exported agricultural sector, check the growth of intra - bloc trade industry and analyze which institutional relationships were developed to promote the agricultural sector in MERCOSUR. As a result it is observed that the intra-bloc trade relations are increasing, surpassing 40 million in trade in 2012, with Brazil as its main partner Argentina. The main products sold bloc, making up the highest values of trade has a greater degree of technology, being characterized as an intrasectoral trade. This corresponds to the same products of trade, they are imported and exported products by all countries, being especially clear when looking at Brazil and Argentina. Already the main products of the agricultural sector traded in both years were evaluated coffee, wheat, apple, soybean, meat, leather, cotton, maize, rice, fertilizers, milk and derivatives. Although the vast majority of these products constitute a bloc competitive edge with even a potential trade, cannot glimpse a potential for growth in trade of agricultural products in MERCOSUR. Moreover, the institutional relations fostered through agreements among States Parties, seem to benefit sectors of the economy related to this intrasectoral trade, taking as an example the automotive industry.

**Keywords:** Agriculture. Commercial relations, Institutional relations.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Estrutura da dissertação .....	17
Figura 2 -	Página inicial da CEPALSTAT .....	54
Figura 3 -	Imagem da plataforma do Sistema gráfico de dados do Comércio Internacional (SIGCI PLUS) da CEPALSTAT .....	55
Gráfico 1 -	Principais produtos exportados para o MERCOSUL no ano de 1991 ..	61
Gráfico 2 -	Principais produtos importados do MERCOSUL no ano de 1991 .....	62
Gráfico 3 -	Principais produtos exportados para o MERCOSUL no ano de 2012 ..	63
Gráfico 4 -	Principais produtos importados do MERCOSUL no ano de 2012 .....	63
Quadro 1 -	Mapeamento de interesses convergentes e divergentes no comércio brasileiro intrabloco .....	69

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Representação da exportação e importação brasileira intrabloco (MERCOSUL) por produtos agrupados de acordo com a intensidade tecnológica .....	60
Tabela 2 -	Índice de vantagem comparativa revelada para importações brasileiras do MERCOSUL no ano de 1991 .....	71
Tabela 3 -	Índice de vantagem comparativa revelada para importações brasileiras do MERCOSUL no ano de 2012 .....	72
Tabela 4 -	Índice de vantagem comparativa revelada para exportações brasileiras ao MERCOSUL no ano de 1991 .....	73
Tabela 5 -	Índice de vantagem comparativa revelada para exportações brasileiras ao MERCOSUL no ano de 2012 .....	74
Tabela 6 -	Participação individual por país membro no intercâmbio comercial brasileiro .....	76
Tabela 7 -	Índice de comércio intra-indústria entre Brasil e MERCOSUL no ano de 1991 .....	77
Tabela 8 -	Índice de comércio intra-indústria entre Brasil e MERCOSUL no ano de 2012 .....	78

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>1.1</b>	<b>Justificativa e Problema de Pesquisa .....</b>	<b>14</b>
<b>1.2</b>	<b>Objetivo Geral .....</b>	<b>16</b>
1.2.1	Objetivos Específicos .....	16
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>18</b>
<b>2.1</b>	<b>A globalização ontem e hoje: uma abordagem nas relações econômicas internacionais .....</b>	<b>19</b>
<b>2.2</b>	<b>Uma nova geografia econômica: a formação de blocos econômicos .....</b>	<b>28</b>
<b>2.3</b>	<b>MERCOSUL: breve histórico .....</b>	<b>38</b>
<b>2.4</b>	<b>O MERCOSUL e seus destinos: acordos e negociações comerciais em pauta .....</b>	<b>45</b>
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA DA PESQUISA .....</b>	<b>50</b>
<b>3.1</b>	<b>Natureza da pesquisa .....</b>	<b>50</b>
<b>3.2</b>	<b>Delimitação do universo .....</b>	<b>51</b>
<b>3.3</b>	<b>Métodos da pesquisa .....</b>	<b>52</b>
<b>4</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>57</b>
<b>4.1</b>	<b>Intercâmbio comercial entre Brasil e MERCOSUL: principais produtos e fluxo de comércio .....</b>	<b>58</b>
<b>4.2</b>	<b>Índice de vantagem comparativa revelada, a participação individual dos parceiros comerciais e o comércio intra-indústria .....</b>	<b>69</b>
<b>4.3</b>	<b>Relações institucionais e acordos para o setor agrícola no MERCOSUL .</b>	<b>78</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>83</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>86</b>
	<b>APÊNDICE A - Recomendações elaboradas pelo subgrupo de trabalho agricultura .....</b>	<b>99</b>
	<b>APÊNDICE B - Diretrizes elaboradas pelas comissões de trabalho .....</b>	<b>101</b>
	<b>APÊNDICE C - Resoluções elaboradas pelo grupo de trabalho .....</b>	<b>102</b>
	<b>APÊNDICE D - Decisões elaboradas pelo conselho .....</b>	<b>127</b>

# 1 INTRODUÇÃO

Em 1492 Cristóvão Colombo em mais uma tentativa de chegar as Índias descobre o Novo Mundo, posteriormente denominado de Continente Americano ou América. Este acontecimento só ocorreu devido à busca de novas rotas de comércio entre os séculos XV e XVII ficando conhecido na história como a Era dos descobrimentos ou das Grandes Navegações. Durante o mesmo período o “Renascimento cultural e científico e o Mercantilismo abriram os horizontes da Europa” (SOUZA, [200-], p. 4). “A reforma de João Calvino (1509-1564), exaltando o individualismo, a atividade econômica e o êxito material, deu grande impulso à economia” (SOUZA, [200-], p. 4).

Mas para que serviria o Novo Mundo? No Novo Mundo, durante os séculos XVI, XVII e na maior parte do XVIII “a produção e circulação da produção da América passam a assegurar a prosperidade dos Estados europeus, em termos do controle das rotas marítimas no Atlântico, atrelando as decisões políticas a razões de ordem econômica” (BEM, 2005, p. 6). “Hoje está claro que as navegações ibéricas produziram uma transformação no mundo ao deslocarem o centro de gravidade da economia mundial do Mediterrâneo para o Atlântico e ao projetarem o domínio do Ocidente” (SIMÕES, 2010, p 13).

Contudo, na evolução histórica e econômica da civilização moderna o capitalismo sucedeu o mercantilismo e este se tornou “um sistema econômico e social que se baseia na propriedade privada dos meios de produção e de troca. Esse sistema se caracteriza pela busca do lucro, pela livre iniciativa e pela concorrência entre os indivíduos e as empresas” (SOUZA, [200-], p. 7).

A partir do século XX o eixo da economia mundial desloca-se também para o Sul do continente Americano (BEM, 2005). “A locomotiva já não está nos países ricos, mas no mundo emergente. Está ocorrendo aos poucos, mas firmemente, a desconcentração de riquezas no planeta” (SIMÕES, 2010, p 14). Neste sentido, ressalta-se que entre 1990 e 2007, o PIB mundial passou de US\$ 22 trilhões para US\$ 54 trilhões – sendo que metade desse crescimento se deu nos mercados emergentes e prospecções propõem que em 2030, Brasil, Índia, China e Rússia - nações em desenvolvimento -, representarão 50% da produção mundial. (SIMÕES, 2010).

De modo específico, a América do Sul é, hoje, o centro dinâmico do comércio internacional do Brasil (SIMÕES, 2010). Como mercado para as exportações brasileiras, o

subcontinente é maior do que os Estados Unidos (SIMÕES, 2010). Entre 2002 e 2008, “as exportações para a região cresceram 412%, passando de US\$ 7,5 bilhões para US\$ 38,4 bilhões. Deste total, 90% são bens manufaturados – ou seja, aqui vendemos produtos elaborados, com alta margem de valor agregado, e não apenas produtos primários” (SIMÕES, 2010, p 14). Em contrapartida, “o Brasil pode ser uma fonte de dinamismo para as economias sul-americanas. Em 2002, comprou da região US\$ 7,5 bilhões. Em 2008, esse número passou a quase US\$ 25 bilhões - mais 220% -” (SIMÕES, 2010, p 15).

Neste sentido, se considera o comércio internacional como fruto das relações econômicas que tem se intensificado em escala global por meio da internacionalização da produção, dos fluxos de bens, serviços ou capitais. As relações econômicas internacionais vêm sendo pauta frequente nas discussões que envolvem o mercado globalizado, assim provendo importantes acordos econômicos e estratégicos entre países, além de desenvolver alianças transnacionais. Frequentemente são relatados na mídia novos acordos internacionais realizados pelo Brasil, seja na área da cultura, comércio, tecnologia, educação, saneamento básico, saúde, etc.

Atualmente, o Brasil possui acordos comerciais importantes com Estados Unidos e União Europeia (nações desenvolvidas), e com países da África, Ásia e Oriente Médio (nações em desenvolvimento). Estas relações econômicas com países em desenvolvimento têm ampliado, ou seja, novos acordos comerciais vêm ocorrendo com outros atores globais considerados estratégicos, tais como os países integrantes do BRICS<sup>1</sup>. Ainda, o governo brasileiro parece ressaltar seu papel de liderança entre os laços comerciais do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL.

Acordos comerciais compreendem relações econômicas de poder, que quando integradas por distintas nações assumem uma força mundializada conhecida como blocos econômicos. Isto decorre do processo de globalização consolidado com a abertura comercial e a livre circulação de bens e serviços em escala global originando disputas entre empresas e países. A formação destes blocos econômicos origina a integração regional.

O Brasil atualmente possui integração regional com cinco organizações, que são: União de Nações Sul-Americanas (UNASUL-2008), Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC-2010), Mercado Comum do Sul (MERCOSUL-1991), Associação Latino-Americana de Integração (ALADI-1980), Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC-2008).

---

<sup>1</sup> Países integrantes do BRICS: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

A participação específica do MERCOSUL sobre o comércio total geral do Brasil tem sido significativa nos últimos anos. Para efeito de comparação, o comércio intrazona em 2007 representou 10,8% das exportações e 9,64% das importações nacionais, enquanto em países como Estados Unidos a participação comercial representou 15,6% das exportações e nas importações 15,52%; e na China superou apenas a pauta das importações com 10,4% (MERCADO COMUM DO SUL, [2010?]).

Em termos econômicos nos anos de 1980 o Brasil era a oitava maior economia mundial (BALASSA, 1986) e atualmente é considerada a sétima, com perspectiva de fechar o ano de 2013 com a soma de suas riquezas (Produto Interno Bruto – PIB) em US\$ 2,395 trilhões (ACN BRASIL, 2013). Outra característica marcante para aquela época corresponde à expansão das exportações em alguns países da América Latina, onde vislumbrava o Brasil como vendedor de aviões para os Estados Unidos e a Argentina que passava a vender no mercado internacional turbinas para usinas elétricas (BALASSA, 1986). Estas ações podem ser consideradas um começo nos processos de internacionalização e de relações comerciais nestes países, todavia, ainda existiria um longo caminho a percorrer que alcançasse um crescimento nas exportações, condições favoráveis quanto as barreiras de proteção e sistema de incentivos a exportação dos produtos.

Após 22 anos do estabelecimento do MERCOSUL, que propunha inicialmente uma zona de livre comércio entre os signatários, os objetivos deste processo de integração continuam os mesmos, ou seja, as nações continuam sendo consideradas como uma união aduaneira sem avanços significativos aparentes para o bloco. Quando somado a isto a inexistência de clareza a um projeto comum de futuro, de uma posição na economia global e divergências internas entre as nações, o MERCOSUL torna-se motivo de especulação a críticas. Justifica-se neste aspecto o interesse pelo tema, pois estes resultados de duas décadas aliados a uma balança comercial crescente, fruto do aumento do comércio intrazona, deixam os entendimentos contraditórios.

Ademais, a balança comercial dos produtos agrícolas brasileiros e sua participação na estrutura comercial do MERCOSUL, tornam-se aspectos relevantes de pesquisa, devido à importância deste setor para o PIB nacional aliado a representatividade mundial do setor agroalimentar. Neste preâmbulo, esta dissertação visa buscar informações relevantes sobre o comércio internacional brasileiro no MERCOSUL, tendo como foco principal o estudo da estrutura e do dinamismo comercial dos produtos agrícolas brasileiros neste bloco econômico.

## 1.1 Justificativa e Problema de Pesquisa

Uma das características do século XXI é a união entre países a fim de deliberar distintas ações que possam auxiliar no seu desenvolvimento socioeconômico. Neste sentido, esta união pode ser por meio de acordos ou redes comerciais, de relações de negócios e até mesmo a formação de blocos econômicos. Pode-se observar que tanto países desenvolvidos quanto empresas multinacionais se ocupam deste tema a fim de ampliar suas ações internacionalmente. Do mesmo modo estas uniões podem ser interessantes para países em desenvolvimento, como para empresas que buscam se inserir no mercado internacional.

Conjuntamente, o processo de globalização e a exigência de ações que possam arraigar novos ciclos de desenvolvimento, com necessidade de expansão transnacional são discussões que permeiam este século. Ainda, envolvido neste processo encontram-se as grandes discussões da humanidade contemporânea sobre a temática alimentar, principalmente as projeções de mudanças demográficas, quanto ao crescimento e envelhecimento dos povos; a busca constante pela alimentação saudável e pela qualidade de vida; o consumismo social crescente e a obesidade sendo questionada pela sociedade; a utilização de programas de assistencialismo do governo como resposta às mazelas sociais; e a corrida incessante contra a fome que ainda assola países do mundo; onde, todas integram diretamente como fatores de impacto no consumo de alimentos.

Em contraste, o Brasil tem ampliado significativamente sua participação na atual dinâmica do comércio mundial. As exportações brasileiras tiveram o segundo maior valor da série histórica da balança comercial em 2012 (US\$ 242,6 bilhões), sendo os principais mercados a China (US\$ 41,2 bilhões), os Estados Unidos (US\$ 26,8 bilhões), a Argentina (US\$ 18 bilhões), os Países Baixos (US\$ 15 bilhões) e o Japão (US\$ 8 bilhões) (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, 2013). Nas importações, a China (US\$ 34,2 bilhões) os Estados Unidos (US\$ 32,6 bilhões), a Argentina (US\$ 16,4 bilhões), a Alemanha (US\$ 14,2 bilhões) e a Coreia do Sul (US\$ 9,1 bilhões) foram os principais parceiros comerciais em 2012, fechando o ano em US\$ 223,1 bilhões (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, 2013).

Por outro lado, a participação específica do agronegócio nas exportações brasileiras passou de US\$ 94,97 bilhões em 2011 para US\$ 95,81 bilhões em 2012, tendo como os principais destinos dos produtos a China (US\$ 17,975 bilhões), os Estados Unidos (US\$ 7

bilhões), os Países Baixos (US\$ 6,12 bilhões), o Japão (US\$ 3,5 bilhões) e a Alemanha (US\$ 3,1 bilhões) (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, 2012). Destaca-se também o crescimento das exportações do agronegócio para nações da Ásia (participação de 35,7%), como Coreia do Sul, Taiwan, Tailândia, China, Hong Kong e Japão; e uma diminuição na participação do MERCOSUL nas exportações do agronegócio brasileiro em 2012 (2,4% de participação nas exportações) (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, 2012).

A Argentina, principal parceiro comercial brasileiro no MERCOSUL, importou em 2009 22,9% dos produtos agrícolas, no qual o Brasil possui competitividade internacional (BRASIL, 2011). Todavia, a participação brasileira no mercado agrícola do país platino é baixa se comparada à fatia da participação brasileira mundialmente, portanto, vislumbra-se um considerável potencial de exportação para o país vizinho (BRASIL, 2011).

Outro contexto mundial pertinente se refere à proteção para agricultura de *commodities*, onde tarifas continuam sendo o principal fator restritivo aos mercados agrícolas globais (GIBSON *et al.*, 2001), tornando a agricultura um dos setores mais protegidos mundialmente. O fato da pauta de exportações brasileiras serem compostas principalmente de um pequeno número de produtos altamente protegidos – principalmente *commodities* - (LOPES, 2003), faz com que o sucesso das negociações agrícolas internacionais possa garantir acesso a mercados competitivos com uma possível redução substancial dos subsídios distorcivos, existentes neste comércio (OLIVEIRA, 2011). Ainda, estudiosos contemporâneos e decisores políticos têm vindo a considerar que a economia mundial entrou em uma fase totalmente nova e que a globalização terá efeitos sem precedentes no comércio, tecnologia, finanças e até mesmo nas políticas econômicas (BAIROCH, 1998, p. 173).

Concomitante a estas questões, o governo mantém uma tendência de aumento na diversificação de parceiros comerciais e ampliação no *market share* dos seus produtos exportados, onde os setores do agronegócio esperam que as atuais frentes de negociação em que o Brasil está envolvido “permitam uma significativa ampliação” com “uma concorrência menos predatória no mercado internacional” (BRASIL, [200-], p.2).

Por meio desta conjuntura apresentada que compreende atualmente um universo global de comércio flexível, porém com um mercado agrícola incerto e dinâmico das negociações internacionais, reverbera-se sobre como se caracterizam as relações comerciais mundialmente. Assim se pergunta como se caracterizam as relações comerciais brasileiras no MERCOSUL? Como estão estruturados os acordos das relações comerciais para produtos agrícolas neste bloco atualmente? A participação brasileira neste setor se oferece de que



forma? É perceptível um crescimento nas relações comerciais referentes aos produtos agrícolas no MERCOSUL?

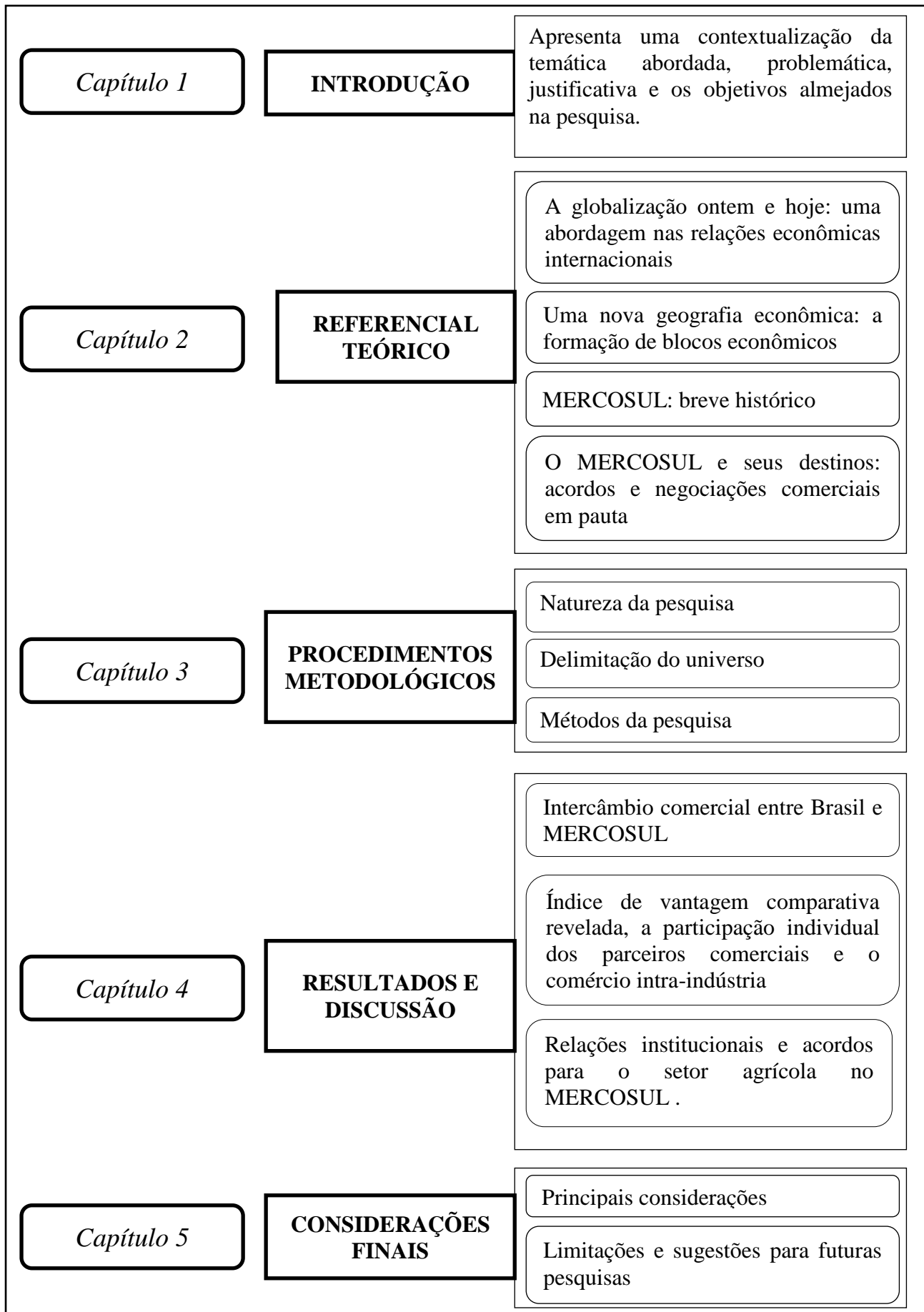
## **1.2 Objetivo Geral**

Contextualizar o panorama da participação Brasileira nas relações comerciais de produtos agrícolas no Mercado Comum do Sul.

### 1.2.1 Objetivos Específicos

- Analisar como funciona o intercâmbio comercial dos Estados Parte do MERCOSUL;
- Caracterizar as relações existentes entre os Estados Parte e os Estados Associados do MERCOSUL;
- Determinar a participação do agronegócio Brasileiro sobre a balança comercial do MERCOSUL e suas relações comerciais;
- Elencar as vantagens e dificuldades para o setor agrícola brasileiro no MERCOSUL.

Além da introdução expressa pela delimitação do tema, problemática e justificativa da pesquisa, alicerçada aos objetivos propostos, esta dissertação segue estruturada conforme a figura 1.



**FIGURA 1** – Estrutura da dissertação.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este item tem como finalidade contextualizar as contribuições teóricas abordadas para cumprir os objetivos deste estudo e contribuir na interpretação dos dados, a fim de possibilitar discussões dos resultados encontrados. Assim, é composto por quatro seções que apresentam uma estrutura de revisão literária.

A primeira seção aborda e contextualiza a globalização, partindo de um apanhado histórico do termo, suas relações e reflexos na economia internacional, alicerçando na atual representatividade que o termo possui no Século XXI. Ainda, faz-se a discussão sobre a ideia de globalização na América do Sul entre autores, influências e consequências, enfatizando o MERCOSUL e o Brasil, focos nesta pesquisa.

A segunda seção versa sobre a integração econômica, os diferentes tipos de integração, suas definições, seus objetivos e influências em diferentes partes do globo. Além disso, contribuições sobre a formação de blocos econômicos, importância para a estrutura e economia mundial e para o desenvolvimento do comércio intra-regional são ressaltados no presente trabalho.

Na terceira seção, um histórico do MERCOSUL é apresentado, assim como a sua formação, características e pressupostos básicos de atuação, principais acontecimentos que marcam o seu desenvolvimento nestes 22 anos, enfatizando as relações comerciais.

Na quarta seção são descritas considerações sobre a importância dos acordos comerciais em nível internacional, sua definição, intervenção nas negociações e relação entre Estados-nação, incluindo colocações pertinentes ao comércio de produtos agrícolas (principalmente *commodities*) na realidade mundial, do MERCOSUL e brasileira.

## 2.1 A globalização ontem e hoje: uma abordagem nas relações econômicas internacionais

O termo globalização continua sendo um conceito contestado, isto, “devido ao fato de não existir consenso acadêmico em relação aos tipos de processos sociais que constituem a sua essência” (STEGER, 2006, p. 18). Desde o seu surgimento, por volta de 1960, o termo tem sido amplamente utilizado (REICH, 1998; COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE, 2002; STEGER, 2006; CONVERSI, 2010), tanto pela literatura popular quanto acadêmica “para descrever um processo, uma condição, um sistema, uma forma e uma era” (STEGER, 2006, p. 18).

Existem três principais áreas que divergem terminologicamente: a “escala de tempo de globalização, a confusão entre a globalização como uma prática e a globalização como uma ideologia [...] e, por fim, a distinção entre as formas culturais da globalização e da Americanização<sup>2</sup>” (CONVERSI, 2010, p. 36, tradução do autor)<sup>3</sup>.

Historicamente – primeira dissensão -, o início da globalização é impreciso quanto a épocas e séculos (STEGER, 2006; CONVERSI, 2010). Alguns pensadores descrevem este fenômeno como uma realidade tão antiga quanto a própria humanidade, retratando-a em um período pré-histórico (10.000 a.C.-3.500 a.C.) com o deslocamento de um pequeno grupo de caçadores hominídeos africanos, ou ainda no período pré-moderno (3.500 a.C.-1.500 d.C.), decorrente das invenções da escrita, da roda e das estradas que impulsionaram a criação de carros a tração animal e estimularam o transporte de pessoas e mercadorias (STEGER, 2006). Corroborar também com estas apreciações Jaumotte (2002), que relata em seus estudos o início da globalização a partir dos descobrimentos portugueses e espanhóis com as navegações dos séculos XV e XVI.

Outros autores referem-se à globalização como um marco histórico da sociedade atual (RODRIK, 1997; PETRELLA, 1998; COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE, 2002), sendo até mesmo considerada uma realidade não existente propriamente (OHMAE, 1985; HARDT; NEGRI, 2006), ou seja, a globalização ocorre parcialmente em alguns países do mundo como Estados Unidos, Japão, o continente Europeu

---

<sup>2</sup> Entende-se por Americanização “a profunda influência que a cultura popular dos Estados Unidos exerce na cultura global” (CONVERSI, 2010, p. 38, tradução do autor). “The profound influence U.S. popular culture exerts on global culture” (CONVERSI, 2010, p. 38).

<sup>3</sup> “globalisation’s time scale, the confusion between globalisation as a practice and globalisation as an ideology [...] and, finally, the distinction between cultural forms of globalisation and Americanisation” (CONVERSI, 2010, p.36).

e alguns países do Sudoeste Asiático, indo muito aquém da dimensão planetária que a palavra sugere – os pesquisadores a denominam de *triadization globalization*, ou seja, ocorre apenas em três regiões do globo- (RODRIK, 1997; PETRELLA, 1998). Além desses axiomas, também se relata o contexto histórico da globalização como um processo evolutivo contemporâneo com início no terço final do século XIX e caracterizado por três períodos (COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE, 2002)<sup>4</sup>.

O primeiro período da globalização (de 1870 até 1913) “se caracterizou pela elevada mobilidade dos capitais e da mão-de-obra, junto com o auge comercial, baseado mais numa grande redução dos custos de transporte do que no livre comércio” (COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE, 2002, p. 18). Este período se encerra com a Primeira Guerra Mundial, “dando lugar a um período caracterizado, primeiro, pelo fracasso em reconstruir as tendências prévias na década de 1920 e pela franca retração do processo de globalização na década de 1930” (COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE, 2002, p. 18).

O segundo período (entre 1945 até 1973) expõe a busca para o desenvolvimento de instituições de cooperação internacional, principalmente na área financeira e comercial, de tal modo que, ocorre uma “expansão do comércio de manufaturas entre países desenvolvidos, bem como pela existência de uma grande variedade de modelos de organização econômica no mundo inteiro, e por uma baixa mobilidade de capitais e de mão-de-obra” (COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE, 2002, p. 19).

No terceiro período (de 1975 até hoje) a globalização é consolidada por atributos centrais relacionados ao livre comércio. São resultados deste período: a “crescente presença das empresas transnacionais no cenário mundial [...], o sistema de produção integrado, o crescimento e a elevada mobilidade de capitais, [...] a homogeneização dos modelos de desenvolvimento, [...] e restrições aos movimentos de mão-de-obra” (COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE, 2002, p.19). Concomitante a este período, sucessivas revoluções tecnológicas permitiram a redução dos custos de transporte, o acesso à informação e a comunicação em tempo real e de modo massivo, resultando em avanços na produtividade, no crescimento econômico e no comércio internacional (COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE, 2002).

---

<sup>4</sup> Ver: CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe. O caráter histórico e multidimensional da globalização. In: CEPAL (Org.). **Globalização e Desenvolvimento**. [S.l.: s.n.]. 2002. p. 15 – 27. Disponível em: <<http://www.eclac.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/9/10029/P10029.xml&xsl=/tpl/p9f.xsl&base=/tpl/top-bottom.xsl>>. Acesso em: 22 maio 2013.

As divergências no entendimento do termo globalização quanto a sua escala de tempo são perceptíveis na leitura dos autores supracitados, evidenciando a heterogeneidade de seus pensamentos e ideias sobre o termo, bem como sua época de origem e o que o caracterizaria. Todavia, este material possui o intuito de realizar uma reverberação com os mais distintos pensadores e não delimita uma linha específica de pensamento.

No que se refere ao uso do termo globalização - segunda dissensão -, este deve ser desvinculado do termo globalismo. A globalização “é em grande parte um processo de integração, levando a convergência, eficiência, desenvolvimento e, em geral, mais harmonia (CONVERSI, 2010, p. 40, tradução do autor)<sup>5</sup>”. Por outro lado, o globalismo tem sido associado por pensadores neoliberais<sup>6</sup> por meio da “noção de interdependência complexa, ao invés de qualquer fenômeno unilateral ou unidirecional com o mundo” (CONVERSI, 2010, p. 40, tradução do autor)<sup>7</sup>. Ainda há hibridismos com o termo globalização, sendo utilizado como sinônimo de americanização, ocidentalização, estilos culturais e cultura global (STEGER, 2006; CONVERSI, 2010).

A terceira dissensão se refere às formas culturais da globalização e americanização. A americanização é considerada um quadro conceitual mais amplo, que engloba múltiplos fenômenos interligados, dentre os quais a globalização seria um dos mais importantes (CONVERSI, 2010). Já o termo globalização é alusivo a distintas dimensões dos “processos financeiros, econômicos, ambientais, políticos, sociais e culturais de alcance mundial sobre aqueles de caráter regional, nacional ou local” (COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE, 2002, p.17). Para Steger (2006, p. 22) globalização se refere a “um conjunto multidimensional de processos sociais que criam, multiplicam, estendem e intensificam interdependências e intercâmbios sociais à escala global [...]”.

Hardt e Negri (2006, p. 25) denominam este contexto de globalização como sociedade civil global, onde os autores destacam que se pretende “evocar os valores do globalismo de que iria se imbuir a nova ordem internacional, ou, com efeito, a nova democracia internacional”. Ainda, Albuquerque (2007) traz uma visão pragmática da globalização retratada por alguns pensadores, que procuram entender seus efeitos sobre as economias

---

<sup>5</sup> “globalisation is largely an integrative process, leading to convergence, efficiency, development and, generally, more harmony” (CONVERSI, 2010, p. 40).

<sup>6</sup> Pensadores Neoliberais formaram o Neoliberalismo, que possui “suas raízes nos ideias liberais clássicos de Adam Smith e David Ricardo, que consideravam o mercado como um mecanismo autorregulador que tendia para o equilíbrio entre oferta e demanda” (STEGER, 2006, p. 47).

<sup>7</sup> “notion of ‘complex interdependence’, rather than to any unilateral or unidirectional phenomenon which would” (CONVERSI, 2010, p. 40).

nacionais, o que há de irreversível e de passageiro na globalização, assim como, o que é essencial, ou até mesmo produto de um momento ou de circunstâncias especiais.

Independente da divergência terminológica, “o termo globalização deveria ser utilizado para nos referirmos a um conjunto de processos sociais que se pensa transformarem a nossa condição social presente numa condição de globalidade” (STEGGER, 2006, p. 17). Entende-se por globalidade a “condição social caracterizada pela existência de interligações e fluxos globais ao nível econômico, político, cultural e ambiental que tornam irrelevantes muitas das fronteiras e dos limites existentes” (STEGGER, 2006, p. 16).

Ao estudar diferentes definições de globalização Steger (2006) descreve que elas sugerem no seu âmago quatro características distintas, sendo: i) “a globalização envolve a criação de novas redes e atividades sociais que crescentemente vencem as tradicionais fronteiras políticas, econômicas, culturais e geográficas, e a multiplicação das que já existem” (STEGGER, 2006, p. 18); ii) a “globalização está refletida na expansão e no alargamento das relações sociais, atividades e interdependências” (STEGGER, 2006, p. 20); iii) “a globalização envolve a intensificação e aceleração dos intercâmbios e atividades sociais” (STEGGER, 2006, p. 20), e; iv) “a criação, expansão e intensificação das interligações e interdependências sociais não ocorre meramente a um nível objetivo e material” (STEGGER, 2006, p. 21).

Por meio destas reflexões dá-se à globalização uma abordagem multidimensional, principalmente composta de processos contemporâneos, não uniformes e que podem afetar diferentemente as pessoas em distintas partes do globo. No seu estudo Steger (2006) também aborda o cerne da globalização, onde pensadores argumentam ser possivelmente motivado por processos econômicos, outros destacam os aspectos políticos, culturais, ideológicos e ambientais, etc. Contudo, para este trabalho apenas abordar-se-á a perspectiva econômica deste processo.

Petrella (1998) relata que os principais processos econômicos que resultaram na globalização são a internacionalização e a multinacionalização.

“A internacionalização da economia e da sociedade refere-se ao conjunto dos fluxos de trocas de matérias-primas, produtos e serviços semiacabados e acabados, dinheiro, ideias e pessoas entre dois ou mais Estados-nação. Estatísticas do comércio (exportações/importações) e o movimento da população são os instrumentos mais visíveis para medir e monitorar a natureza, o alcance e sentido da internacionalização”. (PETRELLA, 1998, p. 63, tradução do autor)<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> “The internationalization of economy and society refers to the ensemble of flows of exchanges of raw materials, semi-finished and finished products and services, money, ideas and people between two or more nation-states. Trade (exports/imports) and population movement statistics are the most visible instruments to measure and monitor the nature, scope and direction of internationalization” (PETRELLA, 1998, p. 63).

“A multinacionalização da economia e da sociedade é caracterizada fundamentalmente pela transferência de recursos, especialmente capital e, em menor escala, trabalho, a partir de uma economia nacional para outra. A forma típica de multinacionalização na economia é a criação de capacidade de produção de uma empresa em outro país controlada por vias diretas, aquisições, ou vários tipos de cooperação (comercial, financeira, tecnológico e industrial)”. (PETRELLA, 1998, p. 63, tradução do autor)<sup>9</sup>.

Não obstante, para Petrella (1988) a globalização da sociedade é um fenômeno muito mais recente, com diferentes aspectos, formas e processos, tendo como principais características econômicas:

“A globalização dos mercados financeiros; A internacionalização de estratégias corporativas, em particular o seu compromisso para competição assim como fonte de criação de riqueza; A difusão de tecnologia, pesquisa e desenvolvimento relacionada e conhecimento mundial; A transformação de padrões de consumo em produtos culturais com mercados consumidores mundiais; A internacionalização das capacidades reguladoras das sociedades nacionais em um sistema político-econômico global; A redução do papel dos governos nacionais na elaboração das regras para a governança global”. (PETRELLA, 1998, p. 64, tradução do autor)<sup>10</sup>.

Assim, a globalização pode ser entendida como “um conjunto de estruturas econômicas, políticas e processos decorrentes do caráter mutante dos bens e valores que compõem a base da economia política internacional” (CERNY, 1995, p. 596, tradução do autor)<sup>11</sup>. Ainda neste campo, o processo econômico da globalização pode ser observado como um movimento de capital e de bens exportados pelo mundo (KLEINKNECHT; WENGEL, 1997), sendo assim, fenômeno originário das ações de integração mundial. Esta integração pode ser definida por ações de compra ou venda e se caracteriza por ultrapassar fronteiras, desterritorializar, podendo modificar regiões. “O resultado é uma nova realidade comercial - o surgimento de mercados globais para produtos padronizados de consumo em uma escala nunca antes imaginada” (LEVITT, 1983, p.2, tradução do autor)<sup>12</sup>.

---

<sup>9</sup> “The multinationalization of economy and society is characterized fundamentally by the transfer of resources, especially capital and, to a lesser extent, labour, from one national economy to another. A typical form of multinationalization in the economy is the creation of production capacities of a firm in another country via direct subsidiaries, acquisitions, or various types of co-operation (commercial, financial, technological and industrial)” (PETRELLA, 1998, p. 63).

<sup>10</sup> “The globalization of financial markets; The internationalization of corporate strategies, in particular their commitment to competition as a source of wealth creation; The diffusion of technology and related R&D and knowledge worldwide; The transformation of consumption patterns into cultural products with worldwide consumer markets; The internationalization of the regulatory capabilities of national societies into a global political economic system; The diminished role of national governments in designing the rules for global governance” (PETRELLA, 1998, p. 64).

<sup>11</sup> “a set of economic and political structures and processes deriving from the changing character of the goods and assets that comprise the base of the international political economy” (CERNY, 1995, p. 596).

<sup>12</sup> “The result is a new commercial reality - the emergence of global markets for standardized consumer products on a previously unimagined scale” (LEVITT, 1983, p.2).



“No âmbito comercial, a globalização dos mercados oferece aos países em desenvolvimento amplas oportunidades para uma melhor integração na economia mundial” (COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE, 2002, p. 25). Com esta percepção de inexistência de barreiras geográficas, em um contexto mundial a concorrência se torna mais efetiva (KLEINKNECHT; WENGEL, 1997).

“A globalização dos mercados está na mão” (LEVITT, 1983, p.2, tradução do autor)<sup>13</sup>. Atualmente, bens são produzidos de forma mais barata em escala e condições eficientes em qualquer parte do mundo, podendo a globalização ser considerada uma órbita cosmopolita, onde, o mundo tem preferência em ceder por estruturas homogêneas (LEVITT, 1983). Este alcance global nos remete as relações econômicas internacionais e a sua composição, principalmente associadas à prática da exportação/importação no comércio mundial.

“O comércio de produtos, de serviços, ambas as exportações e importações e o comércio de mercadorias, assim como o investimento direto estrangeiro, têm demonstrado notável aceleração, no mínimo desde o início da década de 1980” (RODRÍGUEZ-POSE; GILL, 2005, p. 1.205, tradução do autor)<sup>14</sup>. O aumento do comércio associado com a proporção crescente de produção atraiu países distantes a participarem da dominante comunidade comercial (RODRÍGUEZ-POSE; GILL, 2005). Não obstante, a inserção de economias emergentes da Ásia Oriental nas relações comerciais, a importação de modelos de desenvolvimento por países da América Latina - tais como: Argentina, Brasil, Chile, México e Peru -, a abertura econômica da China e Índia, transições na Europa Ocidental e extinção da ex-URSS contribuíram para os avanços nos fluxos comerciais (RODRÍGUEZ-POSE; GILL, 2005).

Todavia, ao comparar o comércio de produtos agrícolas com o comércio de produtos industrializados em alguns países estudados, Rodríguez-Pose e Gill (2005) observaram que desde 1980 o comércio vem aumentando, mas o agrícola não aumentou na medida do manufaturado, resultando comparativamente em uma importante diminuição das exportações agrícolas. De modo mais específico os autores ainda trazem que “tanto o Brasil quanto os EUA exportam seus produtos agrícolas que são susceptíveis de enfrentar o dobro do nível de

---

<sup>13</sup> “The globalization of markets is at hand” (LEVITT, 1983, p.2).

<sup>14</sup> “Trade in manufacturing, in services, both exports and imports and merchandise trade, as well as foreign direct investment, have all shown remarkable acceleration since at least the start of the 1980s” (RODRÍGUEZ-POSE; GILL, 2005, p. 1.205).

protecionismo, em média, do que ao tentar exportar as suas mercadorias industriais” (RODRÍGUEZ-POSE; GILL, 2005, p. 1.207, tradução do autor)<sup>15</sup>.

“Esta integração dos mercados é uma característica definidora da globalização” (BUCKLEY; GHOURI, 2004, p. 92, tradução do autor)<sup>16</sup>. Tendo como cerne o processo econômico da globalização, Reich (1998) em seus estudos relatou distintos autores e suas teses, onde, por meio dos aspectos econômicos R J Barry Jones (1995) sugere:

“que a globalização pode ser simplesmente uma intensificação do processo de interdependência internacional, em função do crescimento da concorrência em um sistema de livre comércio internacional intensificada pela difusão de tecnologia [...]; uma função do aumento da densidade e da complexidade das interações internacionais; ela se reflete em um crescimento quantitativo no volume e na internacionalização das finanças, produção e transações econômicas. A intensificação desses processos tem uma mudança qualitativa no padrão de restrições e oportunidades que enfrentam os atores, particularmente estados”. (BARRY JONES, 1995, p. 12, tradução do autor)<sup>17</sup>.

Não obstante, Reich traz os autores Wilfried Ruigrok (1995) e Rob van Tulder (1995), que discorrem especificamente sobre as “características da globalização, associando-a com o aumento da mobilidade do capital internacional e uma incidência crescente de fusões e aquisições e de alianças estratégicas” (REICH, 1998, p. 12, tradução do autor)<sup>18</sup>. Portanto, o processo tecnológico sucessivo vinculado a transnacionalização de valores, origina as condições para promover a integração entre organizações ou países, além de, instituir o desenvolvimento de novos mercados e consolidar os já existentes.

Entende-se por transnacionalização “a propriedade que têm certos fenômenos de projetar seus efeitos através das fronteiras nacionais. Sua generalização e aceleração vertiginosas, que a tornam ‘instantânea’” (ALBUQUERQUE, 2007, p. 104). Portanto, o novo cenário global foi definido e organizado, basicamente, em torno de três mecanismos ou aparelhos:

---

<sup>15</sup> “when both Brazil and the US export their agricultural products they are likely to face double the level of protectionism on average than when attempting to export their industrial goods” (RODRÍGUEZ-POSE; GILL, 2005, p. 1.207).

<sup>16</sup> “This integration of markets is a defining characteristic of globalization” (BUCKLEY; GHOURI, 2004, p. 92).

<sup>17</sup> “that globalization may simply be an intensification of the process of international interdependence, a function of the growth of competition in an international free trade system intensified by the diffusion of technology [...]; a function of the increase in the density and complexity of international interactions; it is reflected in a quantitative growth in the volume and internationalization of finance, production, and economic transactions. The intensification of these processes has a qualitative change in the pattern of constraints and opportunities facing actors—particularly states” (REICH, 1998, p. 12). Ver: BARRY JONES, R.J. **Globalization and Interdependence in the International Political Economy: Reality and Rhetoric**. London and New York: Pinter, 1995.

<sup>18</sup> “characterization of globalization, associating it with increased international capital mobility and a growing incidence of mergers and acquisitions and of strategic alliances” (REICH, 1998, p. 12). Ver: RUIGROK, W.; TULDER, R. van. **The Logic of International Restructuring**. London and New York: Routledge, 1995.

“i) o processo de descolonização que gradualmente recompôs o mercado mundial em linhas hierárquicas a partir dos Estados Unidos; ii) a descentralização gradual da produção; iii) a construção de uma estrutura de relações internacionais que espalhou pelo globo o regime produtivo disciplinar e a sociedade disciplinar em suas sucessivas evoluções”. (HARDT; NEGRI, 2006, p. 266).

O processo de descolonização liderado pelos Estados Unidos, por meio de crescentes movimentos de libertação nas colônias era absorvido por outros países, principalmente pelos territórios coloniais derrotados na guerra, como Alemanha, Itália e Japão, também sendo absorvidos por outras potências da época, como a Grã-Bretanha, França, Bélgica e Holanda (HARDT; NEGRI, 2006).

O processo de descentralização dos locais e dos fluxos de produção caracteriza-se em 1970 quando “as corporações transnacionais começaram a estabelecer suas atividades firmemente em todos os cantos do planeta” (HARDT; NEGRI, 2006, p. 267). Segundo Hardt e Negri (2006) as transnacionais tornaram-se o motor da transformação econômica dos países pós-coloniais e das regiões subordinadas, transferindo tecnologia para construção de eixos produtivos e posteriormente mobilizando força de trabalho e capacidade produtiva para esses países. “As transnacionais coletaram os fluxos de riqueza que começaram a circular em base ampliada através do globo” (HARDT; NEGRI, 2006, p. 268).

Juntamente com os precedentes processos, a difusão das formas disciplinares de produção e governo disseminou-se pelo mundo, sendo assim descrito:

“Esse processo era altamente duvidoso. Nos países pós-coloniais, a disciplina exigia que acima de tudo se transformasse a mobilização popular maciça pela libertação num esforço para a produção. O modelo ideológico projetado a partir dos países dominantes (particularmente dos EUA) consistia em regimes salariais fordianos, métodos taylorianos de organização de trabalho, e um Estado de bem-estar social que seria modernizador, paternalista e protetor. Do ponto de vista do capital, o sonho desse modelo era que todo trabalhador, suficientemente disciplinado, fosse permutável no processo produtivo mundial – uma sociedade-fábrica global e um fordismo global. Os altos salários do regime fordiano e a assistência estatal que o acompanhava foram apresentados como a recompensa do operário por ter aceitado a disciplinaridade, por entrar na fábrica global. [...] essas específicas relações de produção, desenvolvidas nos países dominantes, nunca foram realizadas da mesma forma nas regiões subordinadas da economia global. O regime de alto salário que caracterizava o Estado do bem-estar social só foi realizado em formas fragmentárias e para populações limitadas nos países capitalistas subordinados”. (HARDT; NEGRI, 2006, p. 268).

“Em meados dos anos 1980, as estratégias integracionistas ganham força e inicia-se uma [...] onda de integração, com o surgimento de processos de cooperação em praticamente todos os continentes” (MARIANO, 2007, p. 135). A globalização, sob uma nova realidade, desarticulou aspectos como a soberania e territorialidade estatal, gerando novos arranjos territoriais baseados em inter-relações transfronteiriças (MARIANO, 2007).

Ainda que esta estratégia tenha sido adotada pelos países da América Latina nos anos de 1980 e 1990, beneficiando a “inserção econômica dessas nações no âmbito da globalização havia também um forte componente político, que era a preocupação de recuperar importância nas grandes negociações e instituições internacionais” (MARIANO, 2007, p. 133). Ademais, a globalização expandiu a sensação de vulnerabilidade dos países, especialmente daqueles considerados em situação de subdesenvolvimento, enquanto a regionalização parecia protegê-los de uma sensação de isolamento (FAWCETT, 2000).

Como resultado do processo de globalização, a América Latina e o Caribe mostraram elevadas taxas de crescimento do comércio mundial de mercadorias, obtendo entre 1990 e 2001, um crescimento na média anual das exportações de bens de 8.4% em volume e 8.9% em valor (COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE, 2002). Segundo a COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE (2002,) isto se explica devido ao forte dinamismo exportador e a grande capacidade da região para atrair investimento estrangeiro, além do débil dinamismo da atividade produtiva global, destacada pelo panorama regional na última década.

A especialização exportadora correspondente a América do Sul nos anos de 1990 a 2000 caracterizava-se da seguinte forma:

“Os países se integram a redes horizontais de produção e comercialização, especialmente de produtos homogêneos (*commodities*) baseados no processamento de recursos naturais. Este grupo se caracteriza também por um comércio intra-regional altamente diversificado e pela menor concentração dos mercados de destino”. (COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE, 2002, p.180).

Referente aos bens primários, a região da América do Sul tem ganhado participação no comércio mundial, passando de 7.1% em 1985 para 9.8% em 2000 (COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE, 2002). No entanto, o contrário também vem ocorrendo com os manufaturados baseados em recursos naturais, que passaram de 5.0% para 4.6% (COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE, 2002). Os itens que compreendem as maiores exportações são o petróleo cru e seus derivados, ração para animais, café e seus sucedâneos, cobre, frutas frescas e secas, produtos de ferro, oleaginosas, outros materiais e seus concentrados e pasta de celulose (COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE, 2002). Percebe-se, portanto, o predomínio dos bens baseados em recursos naturais e os manufaturados com baixa diferenciação de produto e intensidade tecnológica média (MIRANDA, 2001).

“Entre os países sul-americanos, o Brasil merece uma consideração especial. Trata-se, indubitavelmente, de uma economia de dimensões continentais, na qual o mercado interno tem muito peso nas decisões estratégicas das empresas” (COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE, 2002, p.186). Outro efeito da globalização na economia brasileira foi o movimento de fusão e aquisições entre empresas multinacionais, envolvendo setores dependentes de tecnologia, inclusive empresas do *agribusiness* (COSTA, 2008).

A política cambial brasileira “foi parcialmente responsável pelo lento avanço relativo de suas exportações durante parte importante dos anos 1990; esta situação mudou significativamente a partir do ajuste macroeconômico adotado em 1999, que gerou uma nova fase de dinamismo exportador” (COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE, 2002, p.186). Todavia, “o aumento da disposição de oferta por parte dos produtores brasileiros não significa, automática e necessariamente a demanda dos importadores no mercado internacional” (LACERDA, 2001, p. 7). Além disso, o baixo crescimento do comércio mundial, a queda dos preços dos bens transacionáveis, especialmente *commodities* agrícolas, e o efeito das desvalorizações dos asiáticos que tem provocado quedas de preços de mercado (LACERDA, 2001), foram consequências da globalização nos últimos anos. Portanto, como se encontra o dinamismo exportador brasileiro com os demais estados membros do MERCOSUL no século XXI?

## **2.2 Uma nova geografia econômica: a formação de blocos econômicos**

“Embora a integração seja um processo econômico na sua natureza, todos os casos conhecidos de acordos comerciais resultaram de uma decisão de ordem política, emanada dos governos neles envolvidos” (ALBUQUERQUE, 2007, p. 127). Ao mesmo tempo em que se observa um movimento de integração global, característico da globalização, observa-se também um movimento de integração regional entre os países. Assim, “as principais potências globais ou regionais estão aglutinando suas forças regionais em processos de integração como forma principal de inserção internacional” (COSTA, 2008, p. 31).

Ao pensar-se sobre uma nova geografia econômica novos aspectos na abordagem das relações de comércio e economia são introduzidos, destacando-se algumas variáveis como: distância; custos com transporte; a dimensão espacial da atividade econômica; incorporação de externalidades espaciais; além de estudos de economias de aglomeração (KRUGMAN,

1993). Não obstante, esta abordagem remete-se a novas estruturas de organização econômica, como a formação de Blocos Econômicos, que se insere na temática da integração.

Segundo More (1998) o termo integração aplicável a fenômenos econômicos, surgiu entre 1939 e 1942, ainda durante a II Guerra, tornando-se um importante recurso prático em termos de política econômica internacional e de direito internacional público. Para Balassa (1961) integração remete à simples noção de união de distintas partes num todo.

O fenômeno da integração é considerado complexo e multidimensional, não possuindo uma definição amplamente aceita (BALASSA, 1961; ARENAL, 1990). Para Arenal (1990, p. 260, tradução do autor) a “integração significa um processo, um resultado ou estado”<sup>19</sup>. Quanto à integração como processo “a análise centra-se principalmente sobre as causas, as variáveis que caracterizam o desenvolvimento deste processo (ARENAL, 1990, p. 260, tradução do autor)”<sup>20</sup>, e como resultado ou estado “o objetivo prosseguido é descrever este estado, suas características e formas possíveis (ARENAL, 1990, p. 260, tradução do autor)”<sup>21</sup> tendo “a integração [...] como situação terminal de um processo (ARENAL, 1990, p. 260, tradução do autor)”<sup>22</sup>. Cabe salientar que dependendo do grau de integração econômica, este processo implica na transferência de parte das soberanias nacionais para uma entidade supranacional.

Balassa (1961, p. 12) propõe outra definição, interpretando “integração econômica como um processo e uma situação”. Na interpretação como processo “implica medidas destinadas à abolição de discriminação entre unidades econômicas de diferentes Estados; como situação pode corresponder à ausência de várias formas de discriminação entre economias nacionais (BALASSA, 1961, p. 12)”. O autor ainda complementa que “o processo de integração econômica pressupõe medidas que conduzem à supressão de algumas formas de discriminação (BALASSA, 1961, p. 12)”, como por exemplo, a supressão de barreiras aduaneiras. Para Salvatore (1978, p. 157) “a integração econômica refere-se à formação de uma área de livre comércio, uma união aduaneira, um mercado comum ou uma união econômica entre um grupo de nações”.

Especificamente sobre integração regional Mariano (2001, p. 142) considera “uma forma de cooperação entre Estados que resulta da necessidade de adaptação às mudanças” e, ainda, salienta que são várias as motivações que originam os processos de integração regional.

---

<sup>19</sup> “integración se significa un proceso, un resultado o estado.” (Tradução do autor).

<sup>20</sup> “el análisis se centra sobre todo en las causas, las variables que caracterizan el desarrollo de ese proceso.” (Tradução do autor).

<sup>21</sup> “el objeto que se persigue es describir ese estado, sus características y formas posibles.” (Tradução do autor).

<sup>22</sup> “la integración [...] como situación terminal de un proceso.” (Tradução do autor)

Já referente à integração econômica, Coelho (2003) distingue três níveis: i) a *integração nacional* remete à integração econômica de regiões dentro das fronteiras nacionais (do próprio país); ii) a *integração econômica internacional* diz respeito à integração econômica de diversas economias (países ou Estado-nações) num espaço econômico mais amplo, ou seja, que ultrapassa as fronteiras nacionais; e, iii) a *integração universal* que significa a integração de todas as nações do mundo num único espaço econômico (à escala mundial).

A partir da década de 1970 uma nova visão trazia como ponto de referência a sociedade mundial - visão global, derivativa dos acontecimentos da globalização -, tendo como unidade de análise não apenas o Estado, mas também o indivíduo (ARENAL, 1990). Estas unidades, conhecidas como atores da sociedade internacional, juntamente com o desenvolvimento tecnológico resultaram na formação de distintas redes de relacionamentos transnacionais (ARENAL, 1990).

As redes de relacionamento são caracterizadas pelo comportamento das unidades de análise, ou seja, o comportamento dos atores reflete na configuração das relações internacionais (ARENAL, 1990). Assim, se considera duas unidades de comportamento internacional, sendo uma o indivíduo em nome do Estado, e outra, a unidade política, o Estado. Os estudos referentes ao papel da unidade indivíduo “tem dirigido sua atenção às análises do comportamento internacional do dirigente, como personificação da política exterior do Estado (ARENAL, 1990, p. 244)”. Por outro lado, quando a unidade de análise é o Estado, a generalidade limita a análise das relações internacionais geradas pela entidade estatal, contudo, “considera-se as ações do Estado quando realizadas pelos que atuam em seu nome (ARENAL, 1990, p. 244)”.

No presente estudo, se trabalhou com a integração econômica internacional do ator Estado-nação, que considera a união de diversos países a fim de retirar vantagens na criação de um mercado de maior dimensão, constituído por meio da soma dos mercados nacionais de cada país.

A integração econômica possui diferentes graus, sendo: zonas de livre comércio, união aduaneira, mercado comum, união econômica e integração econômica total (BALASSA, 1961). Já Machado (2000) refere-se que a integração econômica pode alcançar sete formas ou etapas distintas, possuindo graus específicos de interação econômica e política, sendo: zona preferencial de comércio, zona de livre comércio, união aduaneira, mercado comum, união econômica, integração econômica total e união política.

As zonas de livre comércio caracterizam-se pela abolição de direitos e restrições entre os países participantes, “mas cada país mantém as suas pautas próprias em relação aos países não membros” (BALASSA, 1961, p. 13). Já para Salvatore (1978, p. 157) “em uma área de livre comércio, são eliminadas todas as tarifas entre as nações-membro, mas cada um retém suas próprias tarifas aplicáveis aos de fora”.

Uma união aduaneira é caracterizada pela “supressão das discriminações no que se refere aos movimentos de mercadorias no interior da união, a igualização dos direitos em relação ao comércio com países não membros” (BALASSA, 1961, p. 13). Salvatore (1978, p. 157) a descreve como sendo o “mesmo que área de livre comércio, exceto que se aplica uma tarifa comum contra os de fora”.

Em área de mercado comum, “atinge-se uma forma mais elevada de integração econômica, em que são abolidas não só as restrições comerciais, mas também as restrições aos movimentos de fatores produtivos” (BALASSA, 1961, p. 13). Para Salvatore (1978, p. 157) “mercado comum vai além da união aduaneira por também permitir a livre circulação de trabalho e capital; entre as nações-membro”.

Já a união econômica diferencia-se de um mercado comum “por associar a supressão de restrições aos movimentos de mercadorias e fatores com um certo grau de harmonização das políticas econômicas nacionais, de forma a abolir as discriminações resultantes das disparidades existentes entre essas políticas” (BALASSA, 1961, p. 13). Por fim a integração econômica total “pressupõe a unificação das políticas monetárias, fiscais, sociais e anticíclicas, e exige o estabelecimento de uma autoridade supranacional cujas decisões são obrigatórias para os Estados membros” (BALASSA, 1961, p. 13). Salvatore (1978, p. 157) comenta que a integração econômica se caracteriza por “harmonizar as políticas fiscais, monetárias e tributárias das nações-membro”.

Quanto ao objetivo das organizações internacionais formadas pela integração internacional, as mesmas são distintas, podendo ser classificadas como:

“Organizações internacionais de finalidades gerais (por exemplo, a ONU), de cooperação política (Conselho Europeu), de cooperação militar (OTAN), de cooperação social e humanitária (OMS), de finalidades culturais e técnicas (UNESCO) e, de cooperação econômica [...], a exemplo da Comunidade Europeia - CE e do North American Free Trade Agreement – NAFTA”. (MORE, 1998, não paginado).

Os cenários da integração econômica, que resultariam na formação de blocos regionais, iniciaram-se com a formação da União Europeia em 1993, unificando moeda, política externa e de defesa por meio do Tratado de Maastricht (ALBUQUERQUE, 2007). Um Acordo de Livre Comércio celebrado entre Estados Unidos e Canadá, recebe a adesão do



México em 1991, resultando posteriormente no Tratado Norte-Americano de Livre Comércio – NAFTA, considerado também como um passo para a consolidação de um bloco sob hegemonia regional americana (ALBUQUERQUE, 2007). Naquele momento a ex- União Soviética formava outro bloco com a Comunidade dos Estados Independentes, sob liderança da atual Rússia (ALBUQUERQUE, 2007). No mesmo período, os Estados Unidos propuseram a criação de uma área de livre comércio inter-regional, por meio da união das orlas do Pacífico, formando a Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (ALBUQUERQUE, 2007).

Historicamente, o interesse pela integração econômica aumentou após a II Guerra Mundial (BALASSA, 1961; ALBUQUERQUE, 2007). As manifestações que caracterizaram este interesse na Europa foram a união aduaneira e posteriormente a união econômica dos países de Benelux, a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço<sup>23</sup>, a Comunidade Econômica Europeia (Mercado Comum)<sup>24</sup> e a Associação Europeia de Comércio Livre (os Sete)<sup>25</sup> (BALASSA, 1961). Também surgiram planos para estabelecer uma zona de livre comércio abrangendo os países do Mercado Comum e dos Sete, porém as negociações não obtiveram os resultados esperados (BALASSA, 1961).

Paralelamente, a América Latina apresenta o maior progresso referente à integração econômica para a época, que objetivava a criação de uma zona de livre comércio abrangendo todas as economias latino-americanas<sup>26</sup>. Este plano coordenado pela Comissão Econômica para a América Latina das Nações Unidas resultaria em uma união aduaneira total (BALASSA, 1961). Entretanto, o plano não foi aceito, mas acordos originários desta proposta resultaram na constituição de dois agrupamentos de países em 1960, onde a Argentina, o Brasil, o Chile, o Paraguai, o Peru, o Uruguai e o México estabeleceram a Associação Latino-Americana de Livre Comércio; e El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua assinaram um tratado formando o Mercado Comum da América Central (BALASSA, 1961).

Os fatores que levaram ao movimento de integração econômica possuem diferentes ponderações na Europa e em outros continentes, como na América Latina. No quadro Europeu, a desintegração econômica ocasionada pelas duas guerras, o aumento das restrições comerciais, a diminuição da concorrência e menor especialização entre os países, além da

---

<sup>23</sup> “Estabelecida em 10 de fevereiro de 1963 entre os países de Benelux (Bélgica, Holanda e Luxemburgo), a França, a República Federativa da Alemanha e a Itália” (BALASSA, 1961, p. 15).

<sup>24</sup> “Estabelecido em 1 de Janeiro de 1958 entre os países da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço. Ao mesmo tempo, estes países criaram a Comunidade Europeia da Energia Atômica (Euratom), para o aproveitamento da energia nuclear” (BALASSA, 1961, p. 15).

<sup>25</sup> “Estabelecida em Julho de 1960 entre a Áustria, a Dinamarca, a Grã-Bretanha, a Noruega, Portugal, a Suécia e a Suíça. Em Março de 1961 a Finlândia entrou como país associado” (BALASSA, 1961, p. 15).

<sup>26</sup> “América do Sul, América Central e México” (BALASSA, 1961, p. 15).

diminuição do comércio formaram ponderações importantes na constituição de uma União Europeia a fim de reestabelecer o crescimento econômico por meio da integração econômica dos países (BALASSA, 1961).

Para os países subdesenvolvidos a busca pelo crescimento econômico, por programas de industrialização, o aproveitamento de economias de escala, o aumento do poder de negociação, a redução da vulnerabilidade externa dos países membros, a proteção contra possíveis efeitos adversos da integração, além de um possível desejo de imitar o exemplo europeu a fim de assegurar um vasto mercado, compreendem as ponderações pela procura da integração econômica (BALASSA, 1961). Especificamente “para os países latino-americanos, os processos de integração regional são uma estratégia para melhorar a capacidade individual de lidar com problemas que, isoladamente, não conseguiriam ou enfrentariam maiores dificuldades de fazê-lo” (MARIANO, 2001, p. 140).

Por outro lado, problemas regionais podem surgir a partir da integração econômica, como, o enfraquecimento das tendências de aglomeração condicionadas nas fronteiras nacionais, resultando na concentração regional (GIERSH, 1949). Ainda, Mariano (2001) ressalta outros possíveis problemas que podem ser originários em detrimento da forma na condução do processo de interação.

“Quando os interesses dos países que iniciam um processo de cooperação centram-se exclusivamente nos aspectos comerciais, há a possibilidade de um acirramento do protecionismo de grupos importantes da sociedade, que não conseguem vislumbrar benefícios com a integração. A redução de tarifas e de barreiras não comerciais entre os Estados não são elementos suficientes para gerar essa confiança. Ao contrário, são fatores que, isoladamente, podem gerar zonas de exclusão dentro do processo de integração e, conseqüentemente, maior desconfiança”. (MARIANO, 2001, p. 143).

Não menos importante Balassa (1961, p. 24) relata sob a perspectiva de alguns pensadores a importância da intervenção governamental em projetos de integração econômica, evidenciando uma provável necessidade no caso latino-americano, pois segundo o autor “países subdesenvolvidos necessitam de uma maior intervenção estatal na vida econômica do que as economias evoluídas, uma vez que nos primeiros os incentivos de mercado não conduzem muitas vezes ao desenvolvimento”.

A integração econômica internacional conseqüentemente dá origem aos Blocos Econômicos. De acordo com Brasil [2010?], entende-se por Blocos Econômicos a união de países por meio de acordos intergovernamentais dando origem a blocos inter-regionais com objetivos políticos ou sociais. Ou seja, é a união de países com interesses mútuos de crescimento econômico, podendo também estender-se à integração social. Possui como uma das ideias principais a visão de uma integração maior entre os países envolvidos e a

facilitação no comércio entre eles pode beneficiar a ambos tendo um crescimento maior e em conjunto. Atualmente existem 37 Blocos Econômicos no mundo<sup>27</sup>.

São definidos quatro estágios ou tipos de blocos econômicos, sendo:

“i) a determinação de uma *área de livre comércio*, na qual os produtos produzidos por um país podem entrar em países membros desse acordo de livre comércio com ele, possuindo isenção de taxas e burocracias tradicionais de uma importação normal; ii) a *união aduaneira*, possui uma implementação de condutas de comércio, onde também atribui regras para países que não fazem parte dessa união; iii) *mercado comum*, criado para uma integração maior entre as economias, possuindo regras de comércio interno e externo, além de englobar uma passagem de mercadorias, pessoas e capital entre esses países de forma livre; iv) *união econômica e monetária*, caracterizando-se como um mercado comunitário, de moeda comum de circulação entre os países que o compõem, com um banco central único”. (BLOCOS ECONÔMICOS, [200-], não paginado).

Dentre os efeitos benéficos de uma integração, encontra-se uma maior concorrência, formada por vários fatores, tais como “um maior número de unidades de produção eficientes, não há contradição entre a possibilidade de obter economias de escala e de usufruir as vantagens de uma maior concorrência” (BALASSA, 1961, p. 250). Além disso, “alargaria o mercado aberto a cada produtor e aumentaria o número de empresas que ele considera suas concorrentes” (BALASSA, 1961, p. 251). Ademais, “os novos produtos importados dos países membros concorrerão com os bens produzidos internamente e é de esperar que o elevado grau de substituição entre produtos pertencentes ao mesmo grupo de bens intensifique a concorrência” (BALASSA, 1961, p. 251).

Por outro lado, a integração que proferia difundir os benefícios da globalização, como equiparar as condições socioeconômicas entre os países e diminuir as naturais barreiras geográficas, não foi eficiente para os quatro cantos do globo. O mercado mundial tornou-se peça central que regularia redes globais de circulação (HARDT; NEGRI, 2006), mas que trouxe alguns efeitos indesejáveis, descritos por Hardt e Negri (2006).

“Vários efeitos importantes surgiram da tendência à unificação do mercado mundial. De um lado, a ampla difusão do modelo disciplinar da organização de trabalho e da sociedade para fora das regiões dominantes produziu no resto do mundo um estranho efeito de proximidade, simultaneamente tornando-o mais próximo e isolando-o num gueto”. (HARDT; NEGRI, 2006, p. 273).

Outra característica resultante é “a crescente mobilidade de grandes porções do proletariado [...] consequência da unificação tendencial do mercado mundial” (HARDT; NEGRI, 2006, p. 274). Ainda, Hardt e Negri (2006) relatam:

“o Terceiro mundo não desaparece, realmente, no processo de unificação do mercado mundial, mas entra no Primeiro, estabelece-se no seu coração como gueto, comunidade de barracos, favela, continuamente produzido e reproduzido. Por sua

<sup>27</sup> Ver: <[http://blocos-economicos.info/mos/view/Blocos\\_Econ%C3%B4micos/index.html](http://blocos-economicos.info/mos/view/Blocos_Econ%C3%B4micos/index.html)>.

vez, o Primeiro mundo é transferido para o Terceiro na forma de bolsas de valores e bancos, corporações transnacionais e tristes arranha-céus de dinheiro e comando”. (HARDT; NEGRI, 2006, p. 274).

Não obstante, se torna importante saber o quão significativo o elemento espacial influencia nas uniões aduaneiras entre Estados-nação, devido à proximidade dos países participantes, [suas realidades] e seus efeitos econômicos para a integração (BALASSA, 1961). Assim, na década de 1960 “estudos empíricos indicavam que a distância geográfica tem uma influência considerável nas relações econômicas” (BALASSA, 1961, p. 67). “Dadas às barreiras aduaneiras existentes, a integração econômica fará desaparecer as distorções na localização da atividade produtiva causadas pela decomposição de uma área econômica nas unidades nacionais” (BALASSA, 1961, p. 66). Contudo, no século XXI quão influenciável para as relações econômicas a distância geográfica se tornou?

Antes de reverberar sobre a atualidade, torna-se necessário compreender como as relações econômicas foram constituídas na América Latina. “Até a grande depressão da década de 1930, o desenvolvimento econômico da América Latina baseava-se principalmente nas exportações de produtos básicos a países mais desenvolvidos de outras áreas” (BALASSA et al., 1986, p. 50).

Após a II Guerra Mundial iniciou-se na América Latina a substituição de importações por exportações, “onde as indústrias passam a se ajustar as possibilidades de produção dos países em desenvolvimento” (BALASSA et al., 1986, p. 59). Neste período o processo industrial possui uma “grande intensidade de mão-de-obra; a produção não implica o uso de tecnologia sofisticada; a escala ótima de produção é relativamente baixa [...]; não se necessita de uma rede de fornecedores de peças, componentes e acessórios para operações eficientes” (BALASSA et al., 1986, p. 59). Entretanto, a Comissão Econômica para a América Latina das Nações Unidas propõem a criação de um Mercado Comum Latino Americano, devido “a importância das economias de Escala nessas indústrias” (BALASSA et al., 1986, p. 60).

Posteriormente, não se efetivando a integração regional e com ausência de programação industrial de âmbito regional, “estabeleceram-se nos limites dos mercados nacionais indústrias manufatureiras de bens intermediários e de bens duráveis de produção e consumo” (BALASSA et al., 1986, p. 60). Na época houve a necessidade de proteção para as indústrias se estabelecerem e sobreviverem, originando monopólios em algumas indústrias devido ao tamanho limitado dos mercados internos dos países latino-americanos (BALASSA et al., 1986).

Por outro lado, “ao proporcionar lucros fáceis nos mercados internos, o alto nível de protecionismo prejudicou o desenvolvimento de exportações de manufaturas que teriam de ser vendidas no exterior a preços do mercado mundial” (BALASSA et al., 1986, p. 61). Naquele momento, “parece surgir então um consenso a respeito da necessidade de reduzir o protecionismo contra as importações a fim de garantir a distribuição eficiente de recursos e promover as exportações e o crescimento econômico” (BALASSA et al., 1986, p. 88).

Em 1957 o comércio entre os países latino-americanos era pouco importante, quando comparado com as fortes relações econômicas existentes na Europa (BALASSA, 1961). O autor ainda relata que na época:

“o volume de comércio no interior da Europa e da América Latina reflete o grau de desenvolvimento econômico das duas áreas. Na Europa, atingiu-se uma grande especialização entre as economias industrialmente mais desenvolvidas; na América Latina, o comércio era necessariamente limitado entre países subdesenvolvidos da área. Na sua maior parte as economias latino-americanas exportam matérias-primas, combustíveis líquidos, produtos alimentares não transformados para países industrializados, dos quais importam, em contrapartida, produtos das indústrias ligeiras e pesadas. As mercadorias de exportação da área eram também as principais componentes das transações entre os países latino-americanos. O comércio de produtos alimentares representa, em relação ao comércio total no interior da área, cerca de 45-50 por cento, o de combustíveis líquidos 20-25 por cento, o de matérias-primas 20 por cento, enquanto as transações de produtos industriais são insignificantes”. (BALASSA, 1961, p. 87)

Ainda no mesmo período Balassa (1970) relatou que nos países industrializados as importações de produtos primários tenderiam a crescer numa proporção mais baixa, o que impactaria em uma expansão lenta deste comércio e prejudicaria o crescimento das receitas nas regiões não industrializadas. Em contrapartida, em 1985 os países mais importantes da América Latina<sup>28</sup>, detinham 87% da população e 92% do PIB latino-americano, incluindo o Caribe (BALASSA et al., 1986).

Um dos principais parceiros comerciais da América Latina no período de 1980 e 1990 foi os Estados Unidos, devido a “substancial desvalorização real da moeda de muitos países latino-americanos, o que tornou as exportações cada vez mais competitivas” alicerçadas “a diversificação das exportações, implementado por uma série de países e extremamente bem sucedido em alguns deles” (BAER; COES, 1990, p. 9). “A maior parte da forte inversão no saldo comercial da América Latina no início dos anos 80, se deveu não à expansão das exportações, mas sim a redução das importações” (BAER; COES, 1990, p. 18).

O comércio externo dos países da América Latina e Caribe possui um desempenho notável, porém, “essa não tem sido uma condição suficiente para estimular o crescimento da

---

<sup>28</sup> Incluem-se: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Peru, Uruguai e Venezuela.

economia dos países da Região” (COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE, 2007, p. 2). As exportações na América do Sul tiveram variação de 27% no período de 1995-2000 e de 91% entre 2000-2005, enquanto as importações totais dos países sul-americanos cresceram 45% entre 2000-2005 (COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE, 2007). “Esses dados indicam que nos últimos anos a Região em seu conjunto tornou-se mais aberta ao comércio internacional” (COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE, 2007, p. 2).

O Tratado de Roma que criou a Comunidade Econômica Europeia em 1957 “proporcionou um marco para transações econômicas que já existiam entre os agentes econômicos dos países envolvidos”, pois, “o comércio externo desses países sempre foi predominantemente intra-europeu” (COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE, 2007, p. 1). Diferentemente na América Latina, “de um modo geral os acordos e tratados são esforços para emular as transações entre países”, sendo que, “a proximidade geográfica entre países pode provocar antagonismos ou ajudar a promover aproximações econômicas negociadas” (COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE, 2007, p. 1).

O que prejudica o processo de integração dos países latino-americanos é representado na “concreta proximidade geográfica [...] em distância política e em rivalidade diplomática” (SIMÕES, 2010, p.43). Portanto, “se um vizinho é visto como um competidor ou um rival, a desconfiança exige limitar os contatos, criar barreiras para contê-los” (SIMÕES, 2010, p.44).

No que se refere aos esforços de integração na América do Sul, Simões (2010) relata:

“são expressão, acima de tudo, da realidade da geografia, que, quer queiramos, ou não, impõem a necessidade de lidar com a proximidade como um fator incontornável de nossa diplomacia. Há uma diferença fundamental entre o ceticismo histórico em relação a nossos vizinhos e ao processo de integração sul-americana – herança da rivalidade ibérica – e a atual visão que se afirma na sociedade brasileira: a proximidade, hoje, não é apenas vista como um desafio no sentido negativo, mas também como oportunidade de gerar uma integração solidária, capaz de assegurar crescente prosperidade econômica e justiça social como condição para nosso próprio bem-estar”. (SIMÕES, 2010, p.47).

“O que se busca com a integração sul-americana é utilizar a proximidade física e os objetivos comuns – sobretudo os relacionados ao crescimento econômico e à justiça social – para potencializar os respectivos projetos nacionais de desenvolvimento, o que em si representa um rompimento com o paradigma histórico de buscar o desenvolvimento dando as costas para a própria região” (SIMÕES, 2010, p.48).

A partir do fim da década de 80 no século passado, o Novo Regionalismo começa a vigorar, caracterizado pelo amadurecimento das negociações e formação de áreas de livre comércio (AVERBUG, [1999?]). Ainda Either (1998) relata outras características que

passaram a vigorar caracterizando o novo regionalismo, tais como boa parte dos países em desenvolvimento abandonou suas políticas autárquicas e está se abrindo ao comércio multilateral; o investimento direto de nações desenvolvidas em países em desenvolvimento, e; mais completa liberalização multilateral do comércio de manufaturados entre os países industrializados.

A formação do MERCOSUL foi a resposta sul-americana às exigências da nova dinâmica da economia mundial, baseada no contexto do Novo Regionalismo (AVERBUG, [1999?], p. 54). Sobre a iniciativa de a integração regional sul-americana ser promovida pelo Brasil, Simões (2010, p. 49) relata que a geografia determina a posição de determinado país no mundo e “impõem a proximidade física com os vizinhos e torna a região uma dimensão incontornável [...] [da] política externa”. Ainda segundo Either (1998), outra característica do Novo Regionalismo são áreas de livre comércio formadas por um ou mais países economicamente menores ligados a um país maior, tendo como exemplo o MERCOSUL, com o domínio teórico do Brasil.

Deste modo, “não há como não ser afetado pela região, assim como não há como deixar de afetá-la pelas decisões [...] tomadas” (SIMÕES, 2010, p.50). “Os superávits brasileiros com a região e a penetração dos investimentos brasileiros nos países sul-americanos demonstram que a região é a fronteira natural da expansão da economia nacional” (SIMÕES, 2010, p.51). Ainda Salvatore (1978, p. 13) relata que “grande parte do bem estar econômico da maioria das nações depende decisivamente da interdependência internacional”. Neste sentido, se torna importante frisar que “nos anos 70 o Brasil representava 30% do PIB da América do Sul, ao passo que hoje representa 52%” (SIMÕES, 2010, p.52).

### **2.3 MERCOSUL: breve histórico**

Ao versar sobre relações internacionais com objetivo de promover o desenvolvimento harmônico, uma das primeiras idealizações entre os países da América do Sul foi a integração física da Bacia do Prata. Composta pelas Repúblicas da Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai, incluindo suas áreas de influência direta e ponderável, a assinatura do Tratado da Bacia do Prata em 1969 objetivava a identificação de áreas de interesse comum e a realização de estudos, programas e obras que se estimem necessários nas mais diferentes áreas de interesse comum, tais como na utilização de recursos naturais,

promoção e estabelecimento de indústrias de interesse, cooperação mútua em distintas áreas, complementação econômica, dentre outras (BRASIL, 1970).

Outro importante passo que se deve mencionar é o Tratado de Cooperação Amazônica, assinado pelas Repúblicas da Bolívia, do Brasil, da Colômbia, do Equador, da Guiana, do Peru, do Suriname e da Venezuela em julho de 1978 (BRASIL, 1978). O mesmo versa sobre a integração e solidariedade de toda a América Latina, tendo por meio deste o início de um processo de cooperação que redundaria em benefícios de seus respectivos países e da Amazônia em seu conjunto (BRASIL, 1978).

Em contrapartida, relatos históricos trazem a Argentina e o Brasil como articuladores de um processo de integração entre os países Latino-americanos desde 1940 (CANDEAS, 2005). Naquela época as articulações realizadas culminaram na criação da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e, posteriormente, em 1960, era criada a Associação Latino-americana de Livre Comércio (ALALC<sup>29</sup>), com o objetivo de garantir o desenvolvimento econômico e social para a futura formação de um Mercado Comum (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, [200-]).

Em 1970, as perspectivas dos anos vindouros deram ar a uma instabilidade política que gerou a descontinuidade da ALALC, passando a perder seu crédito e prestígio com os países membros. Isto ocorreu, pois simultaneamente crescia um movimento político nacionalista em toda a América Latina que era contrário à abertura e integração de mercado, não havendo nenhum processo para aprofundar as intenções (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, [200-]).

Durante este período os principais países articuladores da integração Latino-americana se encontravam sob regime militar e suas relações oscilavam entre momentos de tensão e estagnação. Retaliações e interdições eram realizadas entre Brasil e Argentina, além desta possuir sentimentos de rivalidade e desconfiança sobre a força da industrialização Brasileira que emergia (CANDEAS, 2005).

Dez anos mais tarde houve uma nova tentativa de integração entre os países da América Latina, onde se criou a Associação Latino Americana de Integração (ALADI<sup>30</sup>) por meio do Tratado de Montevideu (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, [200-]). Primordialmente a ALADI teria os mesmos objetivos da extinta ALALC, mas ainda incentivava o bilateralismo e a formação de acordos de

---

<sup>29</sup> Inicialmente a ALALC era formada pela Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai e Uruguai, ingressando posteriormente Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela.

<sup>30</sup> A ALADI foi criada pelo Tratado de Montevideu assinado em 1980, substituiu a ALALC porém deu continuidade ao processo iniciado pela mesma.



cooperação e integração (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, [200-]). Também nesta época Brasil e Argentina, assim como Brasil e Paraguai iniciam laços bilaterais, objetivados principalmente pela “crescente demanda energética gerada pela industrialização brasileira” que possuía nos seus projetos o interesse de construir a Usina Hidrelétrica de Itaipu (CANDEAS, 2005, p.23).

Diante do exposto, durante estas quatro décadas se caracterizaram dois momentos distintos, o primeiro formado pelas intenções de integração de mercados regionalizados, construído por comissões e associações entre países Sul-americanos, no período de 1940 até 1970. Outro momento foi caracterizado pelo enfraquecimento destas intenções, resultado da instabilidade política que assolava os países Latino-americanos, alterando objetivos e extinguindo organizações criadas para promover o desenvolvimento.

A partir da criação da ALADI formou-se um novo contexto favorável à integração, onde Brasil e Argentina intensificaram suas relações por meio da Declaração Conjunta de Iguazu. A Declaração de Iguazu foi assinada em 30 de novembro de 1985, pelos presidentes dos dois países e o documento continha entre outros temas, a importância da consolidação do processo democrático e da união de esforços com vistas à defesa de interesses comuns nos foros internacionais (BRASIL 1985; COSTA, 2008). Para Simões (2010) a Ata de Iguazu é o marco da aproximação política e econômica entre o Brasil e a Argentina.

Assim, reafirmando o desejo de aproximar as duas economias, criaram a Comissão Mista de Cooperação e Integração Bilateral, à qual coube a formulação de propostas de integração entre Brasil e Argentina (GUERRA, 2013). Ainda, em 1986 o Brasil e a Argentina assinam a decisão Tripartite nº1, que efetivou o Uruguai no processo de integração já existente (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, [200-]).

Também como resultado desta Comissão foi assinado na cidade de Buenos Aires, em 29 de julho de 1986, a Ata para a Integração Argentino-Brasileira. Os dois países “lançaram-se em um projeto de integração cuja base é o reconhecimento de que unidos somos mais fortes e mais capazes de alcançar o desenvolvimento econômico e social” (SIMÕES, 2010, p.44).

Posteriormente, o incremento do intercâmbio comercial entre Brasil e Argentina impulsionou a assinatura do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, em 29 de novembro de 1988, com o objetivo de criação de um Mercado Comum, sendo reafirmado posteriormente pela assinatura da Ata de Buenos Aires em seis de julho de 1990 (BRASIL, 1990). Esta Ata continha uma diminuição no prazo estipulado pelo Tratado de 1988, estabelecendo a data de 31 de dezembro de 1994 para a constituição de um Mercado Comum

entre Brasil e Argentina, onde se privilegiou a redução linear de tarifas aduaneiras e de barreiras não tarifárias ao invés de acordos setoriais (BRASIL, 1990).

Apenas em 1990 o primeiro passo no processo de criação de um Mercado Comum efetivamente foi dado, a República Federativa do Brasil e a República Argentina assinam a Ata de Buenos Aires e em setembro do mesmo ano juntam-se ao projeto a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, [200-]; COSTA, 2008; SIMÕES, 2010). Este ato culminaria na assinatura do Tratado de Assunção em 26 de março de 1991. Portanto, após 50 anos do início das discussões que possuíam como interesse a integração socioeconômica entre os países Sul-americanos, um ato finalmente fora concretizado.

Segundo o Tratado de Assunção (MERCADO COMUM DO SUL, 1991), a integração de mercados nacionais constitui condição fundamental a fim de acelerar o processo de desenvolvimento econômico e justiça social dos Estados Partes. Alicerçados a estes fins, a criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) ainda se justifica pelos acontecimentos internacionais da época, tais como, a consolidação de grandes espaços econômicos, juntamente com a necessidade de concretizar uma inserção internacional dos países Sul-americanos no final do século XX.

Para Albuquerque (2007) o MERCOSUL nasceu devido o estreitamento da cooperação entre Brasil e Argentina, que possuíam como necessidade a defesa da democracia no novo contexto dos processos de integração regional. Já Simões (2010, p. 65) o vê como um projeto ambicioso de integração com “objetivo de liberalização comercial [...] - não é senão uma de múltiplas dimensões que perfazem o projeto de construção de um espaço integrado, em que os aspectos econômicos e comerciais se integram aos aspectos políticos, sociais e institucionais de maneira indissociável”. Costa (2008, p. 39) relata a origem do MERCOSUL sob a finalidade de “consolidação democrática, desenvolvimento socioeconômico e como forma de melhorar a inserção internacional”. Ainda, Mariano (2001, p. 137) coloca como finalidade do MERCOSUL “a aproximação dos Estados como forma de estabelecer uma identidade comum perante o resto do mundo, defendendo a cooperação e a integração como o instrumento eficaz para a promoção do seu desenvolvimento”.

Em relação a concepções em que o MERCOSUL se baseia, Simões (2010, p. 71) vai mais além e descreve a “progressiva abertura comercial na direção da integração na economia mundial; alocação de recursos utilizando os sinais de mercado; atuação do setor público em resposta a demandas do setor privado, que reorganiza sua produção em função da nova realidade, e; inclusão de bens, serviços e investimentos”.

A criação do Mercado Comum do Sul trouxe as seguintes implicações:

“i) livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países, por meio, entre outros, da eliminação dos direitos alfandegários e restrições não tarifárias à circulação de mercadorias e de qualquer outra medida de efeito equivalente; ii) estabelecimento de uma tarifa externa comum e a adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros Estados ou agrupamentos de Estados e a coordenação de posições em foros econômico-comerciais regionais e internacionais; iii) coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados Partes – de comércio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetária, cambial e de capitais, de outras que se acordem -, a fim de assegurar condições adequadas de concorrência entre os Estados Partes; e iv) compromisso dos Estados Partes de harmonizar suas legislações, nas áreas pertinentes, para lograr o fortalecimento do processo de integração. Ademais, o Tratado de Assunção também traz seus propósitos, princípios e instrumentos, estrutura orgânica, vigência, adesão, entre outros. Assim passasse de uma zona de livre comércio para a formação de um Bloco, aprofundando vínculos econômicos e políticos, além de abordar e discutir assuntos de interesse comum entre os Estados Partes”. (MERCADO COMUM DO SUL, 1991).

Em dezembro de 1994, foi assinado o Protocolo de Ouro Preto, sendo este adicional ao Tratado de Assunção, no qual estabelece a Estrutura Institucional do MERCOSUL<sup>31</sup>, com funções e atribuições para os seus órgãos. Nele o MERCOSUL assume uma personalidade jurídica internacional, além de gerar o compromisso de disciplinamento conjunto das políticas econômicas nacionais entre os Estados Partes comprometidos em adotar todas as medidas necessárias para assegurar o cumprimento das normas emanadas (MERSOCUL, 1994; SIMÕES, 2010). Ainda, no mesmo Protocolo foram definidos instrumentos fundamentais de política comercial comum que caracterizam atualmente o MERCOSUL, encabeçados pela Tarifa Externa Comum (TEC) que a partir de janeiro de 1995 passou de zona de livre comércio para união aduaneira, pela qual os Estados Partes deveriam cobrar as mesmas alíquotas nas importações de terceiros países (MERSOCUL, 1994). Outro acontecimento importante ocorreu em 1996 quando Bolívia e Chile adquirem o status de membros associados do MERCOSUL.

Já em 2002 a crise Argentina “frustrou setores que acreditavam que o país seria ajudado pelo mundo rico [...] e favoreceu internamente as forças que defendiam o aprofundamento das relações com o Brasil e o MERCOSUL” (CANDEAS, 2005, p. 31). Naquele momento o Brasil foi visto como sócio fiel, onde as “empresas deram mostra de visão estratégica e investiram numa Argentina em crise quando as de outros países se retiravam” (CANDEAS, 2005, p. 31).

<sup>31</sup> A Estrutura Institucional do MERCOSUL foi agrupado em dois grandes conjuntos, sendo um correspondente as instituições decisórias e executoras (Conselho Mercado Comum, Grupo Mercado Comum e a Comissão de Comércio do MERCOSUL), e o outro composto por instituições consultiva, arbitral e de assessoria técnico-administrativa (Parlamento do MERCOSUL, Fórum Consultivo Econômico-Social, Tribunal Permanente de Revisão do MERCOSUL, Secretaria do MERCOSUL, Tribunal Administrativo-Laboral do MERCOSUL e o Centro Mercosul de Promoção de Estado de Direito) (SIMÕES, 2010).

Em 2004, foi assinado o Protocolo de Olivos, o qual criou o Tribunal Arbitral Permanente de Revisão do MERCOSUL, e este passa a conferir ao Bloco maior segurança jurídica, além de pautar sobre solução de controvérsias no MERCOSUL, também faz referência sobre a evolução do processo de integração no âmbito do bloco (MERCADO COMUM DO SUL, 2004).

Em quatro de julho de 2006, os Estados Partes do MERCOSUL assinaram o Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela, reafirmando a importância da sua adesão ao MERCOSUL para a consolidação do processo de integração da América do Sul no contexto da integração Latino-americana (MERCADO COMUM DO SUL, 2006). Durante a vigência da Presidência Pro Tempore Brasileira, em agosto de 2012 tal protocolo foi ratificado, oficializando a entrada da Venezuela no Bloco (MERCADO COMUM DO SUL, [2012]). Assim, atualmente o Mercado Comum do Sul constitui-se de cinco Estados Parte: República Bolivariana da Venezuela, República Argentina, República Federativa do Brasil, República do Paraguai e República Oriental do Uruguai, e mais cinco Estados Associados, que são Estado Plurinacional da Bolívia, República do Equador, República do Chile, República da Colômbia e a República do Peru, sendo que participam apenas do livre comércio, mas não da união aduaneira.

Ao longo da sua história o MERCOSUL “acabou oscilando entre os objetivos originais, mais ambiciosos, de integração e conformação de um mercado comum, e uma agenda mais voltada para liberalização comercial pura e simples” (SIMÕES, 2010, p. 66). “O volume do comércio entre os países membros cresceu rapidamente até 1997, saindo de US\$ 5,1 bilhões em 1991, para US\$ 10 bilhões em 1993 e chegando a mais de US\$ 21 bilhões em 1997” (SIMÕES, 2010, p. 72). Posteriormente caíram para cerca US\$ 15 bilhões em 2000 (SIMÕES, 2010). “Já o comércio do Brasil, com os demais países membros do MERCOSUL cresceu de US\$ 4,5 bilhões em 1991 para US\$ 42 bilhões em 2008” (SIMÕES, 2010, p. 72).

Diferentemente da União Europeia que “nasceu da necessidade de enfrentar problemas comuns como a questão do carvão e do aço”, considerada “uma dimensão defensiva dos países de uma região contra efeito dos processos transnacionais” (ALBUQUERQUE, 2007, p. 128), o MERCOSUL é uma obra política e econômica, com momentos de rápido aprofundamento e outros de estagnação e possui como “objetivo final a formação de um mercado comum”, mesmo “permanecendo atualmente uma zona de livre comércio imperfeita”, ou “uma união aduaneira incompleta” (SIMÕES, 2010, p. 70).

Ainda, diferentemente do Canadá e do México que se integraram com o mercado americano, isto foi devido “a tornar a economia de ambos os países mais competitiva para

responder aos desafios da globalização” (ALBUQUERQUE, 2007, p. 128). Já para o MERCOSUL, as principais características da integração estão relacionadas com a “flexibilidade e a contínua construção” (SIMÕES, 2010, p. 71). Entretanto, de uma forma mais pessimista, Mariano (2001, p. 138) relata o MERCOSUL como “um elemento importante para o fortalecimento da posição argentina e brasileira nos fóruns internacionais”.

“A história do MERCOSUL tem sido uma sucessão de momentos de otimismo e de pessimismo”, como relata Simões (2010, p. 71):

“Isto se caracteriza devido ao ânimo correspondente ao próprio comportamento das economias dos principais sócios. Em momentos de crise, o comércio intrazona cai e algumas tensões comerciais podem surgir, dando a impressão de regressão nos aspectos de zona de livre comércio e de perpetuação das imperfeições da união aduaneira. Em momentos de conjuntura econômica mais favorável, com crescimento de renda e emprego, há naturalmente mais espaço para avançar na agenda da integração”. (SIMÕES, 2010, p. 71).

O MERCOSUL configura, “um projeto comum dos [...] parceiros, que se insere na perspectiva de fortalecer as estruturas nacionais, com vistas a facilitar a inserção na livre competição num segundo momento” (SIMÕES, 2010, p. 71) e possui como “objetivo final, por certo ambicioso, a livre circulação de bens, pessoas e capitais” (SIMÕES, 2010, p. 71). Contudo, Albuquerque (2007) salienta sob a ótica brasileira que:

“a menos que o Brasil aceite ter sua identidade e sua agenda definidas de fora para dentro, e a menos que o país renuncie a ter relevância global e regional, o papel do Brasil no mundo não cabe no MERCOSUL. A identidade nacional de um país como o Brasil não pode ser definida em termos locais”. (ALBUQUERQUE, 2007, p. 164).

“Na visão atual da integração, o MERCOSUL tem três vertentes principais: econômico-comercial, social (direitos coletivos) e cidadão (direitos individuais)” (SIMÕES, 2010, p. 78). Sob a ótica econômico-comercial o MERCOSUL visa à formação de um mercado comum entre seus Estados Parte e se caracteriza pelo regionalismo aberto. Porém, após ter completado 20 anos de intenção de existência, passando por várias transições políticas e econômicas, ele ainda é classificado como uma união aduaneira imperfeita, ou seja, já superou a zona de livre comércio, mas ainda possui vocação para um Mercado Comum. Simões (2010, p.46) corrobora com este pensamento e descreve que o MERCOSUL “é uma união aduaneira e aspira-se a transformar-se em um verdadeiro mercado comum”.

No que diz respeito à matéria econômico-comercial, na Cúpula de San Juan, realizada em agosto de 2010, foram resolvidos duas questões muito importantes, a primeira é a dupla cobrança da Tarifa Externa Comum, que era um limitante enorme, inclusive nas negociações com a União Europeia e a outra foi o Código Aduaneiro do MERCOSUL (CENTRO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2010).

Alguns números atuais sobre o saldo comercial do Brasil em 2010 destacam que 60% vêm da América do Sul e 30 % do MERCOSUL (CENTRO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2010). Outros dados relevantes compreendem: 20% do que a Argentina exporta vem para o Brasil, sendo 80% desta exportação itens de alto valor agregado; no caso do Uruguai, 19,4%; e do Paraguai, 10% (CENTRO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2010).

#### **2.4 O MERCOSUL e seus destinos: acordos e negociações comerciais em pauta**

No século XVI até meados do século XVIII, o ponto de vista mercantilista quanto ao comércio era pregado em países como a Grã-Bretanha, Espanha, França e Holanda, onde se considerava que para uma nação se tornar rica e poderosa deveria exportar mais do que importar (SALVATORE, 1978). Posteriormente, em 1776 este ponto de vista foi atacado por Adam Smith, que defendia o livre comércio entre as nações, com liberdade para especializar-se em determinada produção que a nação possuir uma vantagem absoluta, podendo importar os produtos que se possui uma desvantagem absoluta (SALVATORE, 1978). Para Smith (1950, p. 217) “o sistema mercantil desencoraja a exportação de materiais de manufatura e de instrumentos de comércio”. Ainda, segundo o autor “o sistema mercantil considera, absurdamente, que o objetivo da indústria e do comércio é a produção e não o consumo” (SMITH, 1950, p. 245).

Quarenta anos depois, David Ricardo traz uma teoria conhecida como a Lei da Vantagem Comparativa, afirmando que mesmo que uma nação tivesse uma desvantagem absoluta na produção de ambas às mercadorias em relação à outra, poderia haver um comércio vantajoso, isto se, esta nação menos eficiente se especialize na produção e exportação de mercadorias na qual sua desvantagem absoluta é menor, importando assim, mercadorias que sua desvantagem absoluta é maior (SALVATORE, 1978). Assim, Ricardo descreve:

“Num sistema comercial perfeitamente livre, cada país naturalmente dedica seu capital e seu trabalho à atividade que lhe seja mais benéfica. Essa busca de vantagem individual está admiravelmente associada ao bem universal do conjunto dos países. Estimulando a dedicação ao trabalho, recompensando a engenhosidade e propiciando o uso mais eficaz das potencialidades proporcionadas pela natureza distribui-se o trabalho de modo mais eficiente e mais econômico, enquanto, pelo aumento geral do volume de produtos difunde-se o benefício de modo geral une-se a sociedade universal de todas as nações do mundo civilizado por laços comuns de interesse e de intercâmbio”. (RICARDO, 1988, p. 70).

Outro benefício do intercâmbio comercial refere-se à fronteira de consumo de uma nação, ou seja, com o intercâmbio comercial a nação pode consumir mercadorias que vão além da sua fronteira de possibilidades de produção (SALVATORE, 1978). Assim, com o comércio “cada nação pode especializar-se na produção da mercadoria de sua vantagem comparativa e acabar consumindo quantidade maior de ambas as mercadorias do que seria o caso se não houvesse intercâmbio” (SALVATORE, 1978, p. 41).

Historicamente, “as relações econômicas entre qualquer país e o resto do mundo fluem potencialmente por meio de dois canais principais: o mercado de bens e o mercado de capitais (ou de ativos)” (BAER; COES, 1990, p. 15). Por meio da evolução do intercâmbio comercial e das relações estabelecidas entre os Estados-nação, o estudo das relações internacionais teve início logo após a Primeira Guerra Mundial, resultado de um conjunto de acontecimentos socioeconômicos que não se limitavam geograficamente. Segundo Dias (2010, p. 9) o objetivo deste estudo é a sociedade internacional, formada por uma “rede de relações internacionais” com “origem em ações derivadas da soberania exterior dos Estados e também de ações individuais e coletivas de outros atores (como indivíduos, organizações internacionais, organizações não governamentais, empresas transnacionais, etc.)”. Entre estas ações, encontram-se os acordos e as negociações comerciais.

“Negociações comerciais constituem-se em fóruns de discussão que visam produzir acordos em áreas como regras de comércio, acesso a mercados, salvaguardas, serviços, subsídios à exportação, apoio interno e outras (INSTITUTO DE ESTUDOS DO COMÉRCIO E NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS, 2007, não paginado)”. Por meio destas negociações comerciais podem-se gerar “acordos comerciais nas esferas bilateral, regional, plurilateral ou multilateral podendo ainda ocorrer sob a égide de uma organização internacional, como ocorre nas rodadas de negociação da Organização Mundial do Comércio (INSTITUTO DE ESTUDOS DO COMÉRCIO E NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS, 2007, não paginado)”.

“Os acordos comerciais correspondem a um conjunto de regras e normas estipuladas entre dois ou mais países, por meio de negociações comerciais, que visam regular seus fluxos de comércio, bem como determinar objetivos comuns de comércio entre eles (INSTITUTO DE ESTUDOS DO COMÉRCIO E NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS, 2007, não paginado).” Estes acordos comerciais em nível internacional possuem como objetivo o incremento e o desenvolvimento do comércio exterior dos países participantes, por meio da facilitação de fluxos de mercadorias, ampliação de exportações, acesso ao mercado externo de

produtos potenciais em exportação, entre outros (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, 2008).

Em relação a negociações para acordos comerciais da União Europeia (UE) e dos Estados Unidos (EUA), Albuquerque (2007) salienta que:

“a UE, tal como os EUA, pretende o máximo de abertura de seus parceiros de ultramar, enquanto pretende manter reservada como inegociável uma área significativa de comércio, a agricultura, cuja dimensão é quase impossível estimar a priori. O que distingue o caso da UE do caso dos EUA com relação aos interesses comerciais brasileiros é que a área reservada por este último é mais delimitada e restrita e de estimativa mais factível, enquanto na UE esbarrar-se em questões intrincadíssimas de princípio e de política doméstica, como é o caso da política agrícola comum”. (ALBUQUERQUE, 2007, p. 160).

Já no caso do MERCOSUL, Albuquerque (2007) relata que os acordos de cooperação econômica possuíam o enfoque na integração do mercado interno a fim de coordenar políticas industriais para fortalecer o Brasil e a Argentina. A expansão das relações de comércio com a Argentina, principal parceiro comercial do Brasil na América Latina, “tem representado potencialmente entre 8% e 11% do comércio global” (SARQUIS, 2011, p. 168) brasileiro e este comércio bilateral “tem sido marcado por um perfil exportador líquido do Brasil desde a última década (SARQUIS, 2011, p. 170)”.

As opções do Brasil quanto a acordos para arranjos de comércio concentram-se na “integração sub-regional do MERCOSUL, na integração continental da ALCA e na inter-regional com a União Europeia” (ALBUQUERQUE, 2007, p. 153). Ainda para o autor, o caso do MERCOSUL torna-se simultaneamente simples e complexo, onde:

“A crise do MERCOSUL é a conjunção de três crises, aquela decorrente da desaceleração do real, que afetou negativamente o conjunto das economias do bloco; a crise decorrente da crise argentina, que levou este país a um grau de volatilidade fiscal e comercial que na prática revogou a união aduaneira existente entre os quatro países; e finalmente a crise desencadeada com a alteração da posição brasileira em relação à ALCA<sup>32</sup>”. (ALBUQUERQUE, 2007, p. 157).

O comércio do Brasil com os países da América do Sul trouxe ganhos dinâmicos para o MERCOSUL e seus integrantes (SARQUIS, 2011), como:

“Área de livre comércio, união aduaneira e plataforma de integração econômica, o MERCOSUL induziu, entre outros processos, a intensificação do comércio intra e extrazona, atração de investimentos diretos estrangeiros, a internacionalização da produção e a integração das cadeias produtivas na sub-região”. (SARQUIS, 2011, p. 172).

Contudo, o aumento das relações comerciais entre os países e a globalização tornando-se presente trouxe alguns efeitos importantes na organização da economia mundial, tendo:

---

<sup>32</sup> Área de Livre Comércio das Américas.



“O GATT<sup>33</sup> – e por extensão a OMC<sup>34</sup> – deixou de ser visto como um instrumento de abertura forçada de mercados para os países industrializados, passando a ser encarado como um instrumento de convergência entre os interesses distintos de países exportadores e importadores”. (ALBUQUERQUE, 2007, p. 118).

Outros órgãos considerados importantes no desempenho da economia mundial são as agências transnacionais de finanças e comércio, o *International Monetary Fund* – FMI- e o Banco Mundial. O FMI foi fundado em 1945 com objetivo de ajudar na reconstrução do sistema monetário internacional, no período pós II Guerra Mundial. Já o Banco Mundial iniciou juntamente com o FMI e o GATT na Conferência de Bretton Woods<sup>35</sup> em 1944 com o objetivo de fornecer empréstimos e financiar internacionalmente países em desenvolvimento. Ainda se torna importante ressaltar que o Banco Mundial é composto por duas instituições, o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento –BIRD- e a Associação Internacional de Desenvolvimento (AID).

Ao se abordar países em desenvolvimento, os países da região Sul-americanos podem ser agrupados em três grupos de países, o “Arco Norte (Colômbia, Venezuela, [Guiana, Suriname e Guiana Francesa]), o Eixo Ocidental (Peru, Chile, Bolívia e Equador) e o Cone Sul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai)” (COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE, 2007, p.3).

Ao se destacar o intercâmbio econômico brasileiro com esses grupos de países (exportação e importação), entre os anos de 2000 e 2005, observa-se que as exportações brasileiras cresceram para o Arco Norte - principalmente para Colômbia e Venezuela - mas nos três casos houve geração expressiva de excedente comercial a favor do Brasil:

“a) nas relações com o ‘Arco Norte’ as exportações brasileiras cresceram 186%, mas as importações caíram 76%, e como resultado a posição brasileira passou de um déficit de US\$ 583 milhões em 2000 para um superávit de US\$ 3,2 bilhões em 2005; b) no comércio com o Eixo Ocidental as exportações brasileiras cresceram 175% e as importações 139%, e o superávit brasileiro cresceu de US\$ 631 milhões para US\$

<sup>33</sup> GATT é a sigla correspondente a "*General Agreement on Tariffs and Trade*", que em português significa "Acordo Geral de Tarifas e Comércio". Corresponde a uma série de acordos de comércio internacional destinados a promover a redução de obstáculos às trocas entre as nações, em particular as tarifas e taxas aduaneiras entre os membros signatários do acordo. O GATT se tornou o resultado do insucesso da Organização Internacional de Comércio, tendo o seu primeiro acordo foi estabelecido em 1947.

<sup>34</sup> OMC é a sigla correspondente a "*World Trade Organization*", que em português significa "Organização Mundial de Comércio". Formada em 1995, a organização regulamenta o comércio entre os seus países-membros; fornece uma estrutura para negociação e formalização de acordos comerciais; conduz processo de resolução de conflitos a fim de reforçar a adesão dos participantes aos acordos da OMC. Estes acordos são assinados pelos representantes dos governos dos Estados-nação e posteriormente ratificados pelos parlamentos nacionais.

<sup>35</sup> A Conferência de Bretton Woods definiu o Sistema Bretton Woods de gerenciamento econômico internacional em julho de 1944. O sistema foi o primeiro exemplo, na história mundial, que tratava da criação de "regras e instituições formais de ordenação de um sistema monetário internacional capaz de superar as enormes limitações que os sistemas então conhecidos, o padrão-ouro e o sistema de desvalorizações cambiais competitivas, havia imposto não apenas ao comércio internacional, mas também à própria operação das economias domésticas" (CARVALHO, [200-], não paginado).

2,3 bilhões; c) nas relações com os demais parceiros do Cone Sul as exportações brasileiras cresceram 52%, entre 2000 e 2005, enquanto as importações tiveram queda de 9%; como consequência, o Brasil passou de um déficit de US\$ 450 milhões para um superávit de US\$ 4,3 bilhões”. (COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE, 2007, p. 3).

Para Simões (2010, p. 17) “a América do Sul é o espaço primordial para a transnacionalização das empresas brasileiras. [...] Por ser o Brasil a maior e mais diversificada economia da região, é inevitável que o país exerça o papel de propulsor da integração”. Neste sentido e devido ao potencial de crescimento da região Hardt e Negri (2006, p. 50) relatam que “o capital sempre foi, de fato, organizado com vistas a esfera global inteira, mas só na segunda metade do século XX corporações industriais e financeiras multinacionais e transnacionais começam de fato a estruturar biopoliticamente territórios globais”.

O anteposto corrobora com os pensamentos de Simões (2010, p.41) que argumenta “ao Brasil interessa que os países de nossa região prosperem, vivam em paz e contribuam, com seu próprio desenvolvimento econômico e social, para que se possa alcançar uma melhor distribuição do poder mundial”.

De modo mais específico, o MERCOSUL para Albuquerque (2007, p.158) tornou-se “um instrumento essencial de negociação comercial externa do Brasil com seus principais parceiros, os EUA e a UE.” Por outro lado, este “caráter instrumental descarta o MERCOSUL como prioridade política de integração econômica” (ALBUQUERQUE, 2007, p. 159). Contudo, Simões (2010, p.52) o contrapõem alegando que “a América do Sul responde pelo maior coeficiente de produtos manufaturados e de alto valor agregado de nossas exportações. Para o resto do mundo, predominam as exportações de *commodities*”. Sobre as exportações de produtos agrícolas, Albuquerque (2007) se refere a UE como, sendo relevante para os interesses comerciais do Brasil, devido a sua política de subsídios e o protecionismo empregado nos setores onde o Brasil é mais competitivo.

Referente às restrições à importação originada por alguns países Smith (1950, p. 246) relata que “as restrições à importação de mercadorias concorrenciais sacrificam o interesse do consumidor ao do produtor”. Paralelamente em mundo de globalização dos mercados, Hardt e Negri (2006, p. 276) fazem uma crítica enfatizando que “longe de ser simplesmente o fruto abominável da organização capitalista, foi, na realidade, o resultado dos desejos e demandas da força de trabalho taylorista, fordiana e disciplinada no mundo inteiro”.

Em meio a distintas realidades precedidas sobre o mercado mundial, o aperfeiçoamento da união aduaneira é um dos objetivos basilares do MERCOSUL, a fim de fortalecer o seu processo de integração. Portanto, a proposta de uma integração comercial

requer que se abandone uma economia protegida (economia nacional), geralmente de substituição de importações e se inicie uma abertura econômica entre os Estados-nação. Neste sentido, a atual agenda discute áreas relevantes para os países da região, como Ciência, Tecnologia, Inovação e Capacitação, com interesses renovados que tratarão de agronegócio, energia, inovação, infraestrutura e logística (BRASIL, 2013).

Não obstante uma definição de poder se torna importante de ser relatada. Von Clausewitz (1946) descreve poder como a habilidade de um grupo para mover outro em uma direção pretendida. Sob a ótica das relações internacionais, Salacuse (2002) comenta que mais importante do que poder, são os resultados previstos a partir dos recursos que um determinado lado pode trazer para a negociação, das suas habilidades e vontade inserida no processo de negociação dos acordos. Deve-se mencionar que diferentemente de poder, os acordos são frutos de objetivos ou do interesse dos atores em jogo, ou seja, dos envolvidos, de ambos, dos grupos.

### 3 METODOLOGIA DA PESQUISA

O atual capítulo tem a finalidade de descrever a metodologia utilizada nesta pesquisa, ou seja, apresentar de modo planejado os passos realizados para a obtenção dos resultados, a fim de permitir que outros possam seguir o conjunto de procedimentos aqui utilizados. Para tal, se faz necessário delinear corretamente as ações de investigação desenvolvidas.

Sobre pesquisa, Gil (2007) traz que é um processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. Por meio do método científico pretende-se descobrir a realidade dos fatos (CERVO; BERVIAN, 1996). Entende-se por método, na linguagem técnica atual, um sentido genérico de procedimentos teóricos ou um conjunto de procedimentos que resultam em algum conhecimento (VIEGAS, 2007). Severino (2007, p. 102) refere-se ao método científico como sendo “um conjunto de procedimentos lógicos e de técnicas operacionais que permitem o acesso às relações causais constantes entre os fenômenos”. Já para Marconi e Lakatos (2008, p. 83) método é “o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo [...], traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista”.

Compreendem este item os seguintes subitens: a natureza da pesquisa, o delineamento do universo desta pesquisa e seus respectivos métodos.

#### 3.1 Natureza da pesquisa

Quanto à classificação da natureza científica desta pesquisa, a mesma possui delineamento de natureza básica. A pesquisa básica, “objetiva gerar conhecimentos novos, úteis para o avanço da Ciência, sem aplicação prática prevista” (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p. 34).

Quanto ao objetivo traçado, a pesquisa pode ser classificada em três grupos: estudos exploratório, descritivo e explicativo (GIL, 1991). Incluem nesta pesquisa os objetivos exploratórios e descritivos, pois visam compreender algo num fenômeno, proporcionando maior familiaridade com o problema, descrevendo fatos ou ações que envolvem o objeto de estudo.

Gil (2007) considera que a pesquisa exploratória pretende explicar a visão geral de um determinado fato. Para Lakatos e Marconi (2010) a pesquisa exploratória deve estar voltada à formulação de questões ou de problemas de investigação, que aumentem a familiaridade do pesquisador com o assunto pesquisado. Já em relação à pesquisa descritiva, esta tem o objetivo de descrever determinadas características com técnicas padronizadas ou por meio de observação sistemática do que é analisado (GIL, 1991). Para Lakatos e Marconi (2010) a pesquisa descritiva é recomendada principalmente nas ciências humanas e sociais, e trabalha sobre dados ou fatos colhidos da própria realidade.

Em relação ao tipo de abordagem, esta pesquisa classifica-se de forma mista (qualitativa e quantitativa). Esta escolha se justifica devido à problemática da pesquisa e dos objetivos traçados. A abordagem quantitativa tem o caráter de promover quantificação das informações por meio da utilização de instrumento estatístico, considerando-se, portanto um método objetivo (RICHARDSON, 1999). Por outro lado, a abordagem qualitativa se caracteriza como uma tentativa de compreender detalhadamente significados e características situacionais (RICHARDSON, 1999) e busca complementar os aspectos que compõem o cenário estudado.

Outro item importante para o delineamento da pesquisa científica corresponde aos procedimentos técnicos. Neste trabalho, os procedimentos técnicos utilizados foram a pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica é aquela que engloba dados obtidos de distintas fontes bibliográficas, ou seja, dados de livros, jornais, revistas, entre outros (GIL, 2007). Severino (2007, p. 122) complementa que este tipo de pesquisa se utiliza “de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados”. Já a pesquisa documental é caracterizada por documentos de arquivos, leis, normativas, regulamentos, registros pessoais, relatórios, tabelas e fontes estatísticas, dentre outros (GIL, 2007). Também se pode inserir que neste tipo de pesquisa “os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima” (SEVERINO, 2007, p. 123).

### 3.2 Delimitação do universo

A delimitação do universo desta pesquisa possui o Brasil como foco de estudo, abordando o fenômeno das relações comerciais no MERCOSUL, com interesse nos produtos

agrícolas comercializados, bem como compreender as dinâmicas nas relações institucionais para estes produtos na intrazona. Esta intrazona é formada pelos Estados Partes que compõem o Mercado Comum do Sul, exceto a Venezuela, devido a sua inserção oficial ao bloco ter sido aprovada no último ano da análise. Lakatos e Marconi (2010, p. 223), trazem que a delimitação “consiste em explicitar que pessoas ou coisas, fenômenos, etc. serão pesquisados”. Assim, para compreender o fenômeno abordado, se realizou dois cortes em séries temporais de dados, analisando os que são pertinentes para esta pesquisa apenas nos anos de 1991 e de 2012.

### 3.3 Métodos da pesquisa

Descrevem-se aqui os procedimentos de levantamento e coleta dos dados, bem como os instrumentos utilizados para a realização da pesquisa. Portanto, abaixo se encontra a descrição dos instrumentos e seus respectivos passos.

- I) Levantamento e coleta de dados; Os dados coletados para o desenvolvimento desta pesquisa são secundários, ou seja, colhidos de “arquivos históricos, registros estatísticos, diários, [...], jornais, revistas etc.” (GIL, 2007, p. 160). Estes compreendem as séries históricas de importação e exportação (balança comercial) brasileira no MERCOSUL, disponíveis na página da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL, mais especificamente organizados pela CEPALSTAT que corresponde a uma base de dados estatística e de indicadores da América Latina e Caribe. Os dados utilizados correspondem aos valores monetários comercializados, com ênfase nos anos analisados, 1991 e 2012, e a participação dos principais itens em relação ao total do intercâmbio comercial. Os dados coletados encontram-se localizados na interface avançada para a combinação de indicadores, inseridos no item “Econômico”, conforme Figura 2.

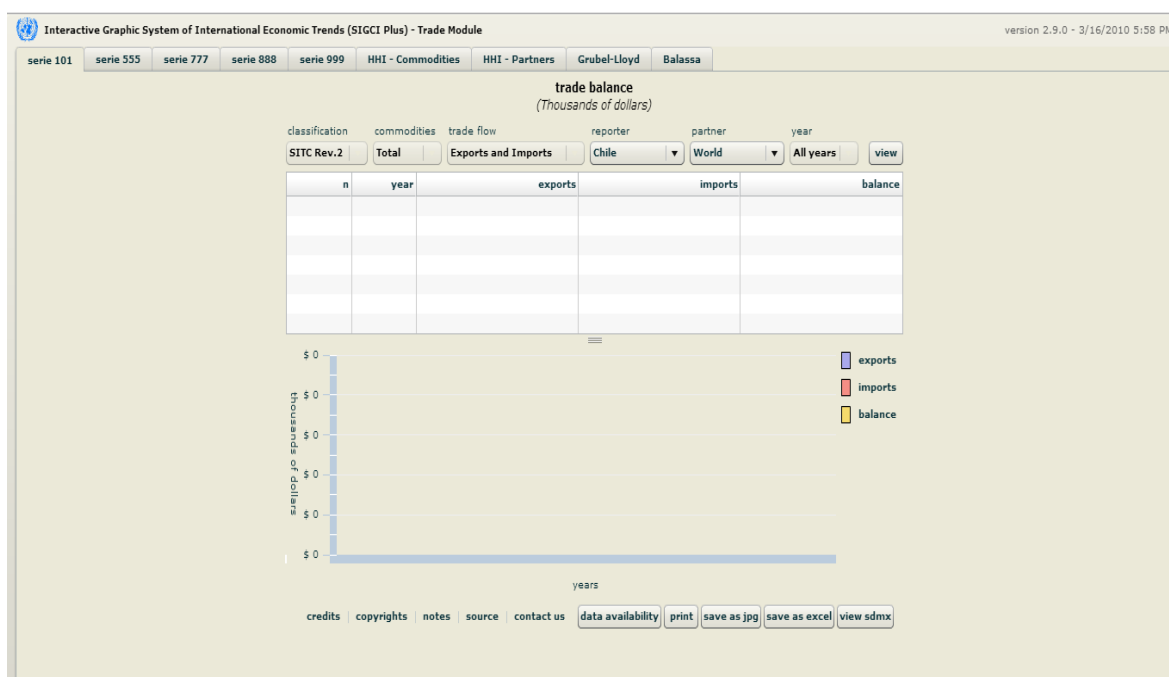


**Figura 2** – Página inicial da CEPALSTAT.

II) Instrumentos utilizados; Para responder sobre o intercâmbio comercial agropecuário entre o Brasil e os demais membros do MERCOSUL (1º objetivo específico) e a parcela da participação brasileira (3º objetivo específico) utilizou-se os dados históricos da CEPALSTAT<sup>36</sup>, que se encontram na ferramenta denominada Sistema gráfico de dados do Comércio Internacional (Figura 3). Para estes dois objetivos se utilizaram dados referentes aos produtos agrupados por tecnologia, com seus respectivos valores e percentuais, bem como foram estratificados os principais da balança comercial nos dois anos analisados. Ainda segue uma estratificação da balança comercial com os parceiros do bloco, bem como o índice de vantagem competitiva revelada e o índice Grubel – Lloyd dos principais produtos comercializados entre os países nos respectivos anos analisados. A escolha desta base de dados se justifica por três motivos, primeiro por se tratar de uma base de dados alimentada por um órgão internacional, considerando-se pertinente ao objetivo da pesquisa, pois todos os países membros do MERCOSUL também são membros da Comissão Econômica para América Latina e Caribe; segundo, por ser um banco alimentado com dados onde a fonte passa credibilidade e confiança; terceiro, por possuir uma compilação de vários dados e a combinação dos mesmos, bem como a fácil acessibilidade e manuseio,

<sup>36</sup> A CEPALSTAT é considerada a porta de entrada para todas as informações estatísticas coletadas dos países da América Latina e do Caribe, sendo posteriormente sistematizadas e publicadas pela CEPAL. Ademais, esta forma de disponibilidade de informação estatística torna-se essencial para a análise socioeconômica, ambiental dentre outras e oportuniza vários indicadores para o processo de tomada de decisão (CEPAL, 2013). A CEPALSTAT é um banco de dados e de publicações estatísticas da CEPAL - Comissão Econômica para América Latina e Caribe.

onde se considerou um instrumento adequado. Para responder sobre as relações existentes entre os Estados Parte e os Associados (2º objetivo específico), como seus acordos ocorrem e se caracterizam, se fará uma análise de conteúdo das fontes primárias de arquivos públicos nacionais (pesquisa documental das decisões, resoluções, diretrizes e recomendações do MERCOSUL pertinentes a esta pesquisa), disponíveis na *homepage* do Itamaraty. Moraes (1999) relata que esta análise é uma metodologia de pesquisa que parte da informação manifesta do conteúdo e dirige-se até a intenção do que o autor quis expressar. Sobre a análise de conteúdo May (2004, p 222) traz que “os documentos não existem isolados, mas precisam ser situados em uma estrutura teórica para que o seu conteúdo seja entendido”. Ao que se refere a dificuldades e vantagens para o setor agropecuário brasileiro (4º objetivo específico), evidenciar-se-ão estas questões por meio das análises dos dados supracitados, correlacionados com os protocolos desenvolvidos para o setor.



**Figura 3** – Imagem da plataforma do Sistema gráfico de dados do Comércio Internacional (SIGCI PLUS) da CEPALSTAT.

Em relação aos índices utilizados para complementar a pesquisa (o Índice de Vantagens Comparativas Reveladas e o de Grubel e Lloyd), encontram-se descritos abaixo. O Índice de Vantagens Comparativas Reveladas (IVCR), originalmente proposto por Balassa, em 1965, se baseia no princípio das vantagens comparativas. De acordo com Maia (2002,



p.03), “o IVCR fornece um indicador da estrutura relativa das exportações de uma região ou país”. O IVCR maior do que 1 indica que o país tem vantagem comparativa revelada nas exportações do produto, enquanto um IVCR menor do que 1 indica que o país possui desvantagem comparativa revelada. O mesmo índice pode ser calculado para verificar a existência de vantagem ou desvantagem para as importações, devendo apenas substituir os valores de exportação da equação pelos de importação. O índice é obtido por meio da seguinte equação:

$$IVCR_j = (X_{ij} / X_i) / (X_{wj} / X_w)$$

Onde:

$X_{ij}$  = Valor das exportações brasileiras do produto específico analisado;

$X_i$  = Valor total das exportações brasileiras;

$X_{wj}$  = Valor total das exportações mundiais do produto específico analisado;

$X_w$  = Valor total das exportações mundiais.

Já sobre o índice de Grubel e Lloyd traz uma análise tradicional da evolução do comércio intra-indústria por meio de um índice. Segundo Grubel e Lloyd (1975, p. 20), o comércio intra-indústria é definido como "o valor das exportações de uma indústria que é exatamente compensado por importações da mesma indústria". Este índice, pode ser representado da seguinte forma:

$$GL_i = \frac{(X_i + M_i) - |X_i - M_i|}{(X_i + M_i)} \dots \dots \dots 0 \leq GL_i \leq 1$$

Onde:

$X_i$  e  $M_i$  = representam o valor das exportações e importações da indústria  $i$ , respectivamente;

$(X_i + M_i)$  = é o comércio total da indústria  $i$ ;

$(X_i + M_i) - |X_i - M_i|$  = é o comércio intra-indústria e, conseqüentemente;

$|X_i - M_i|$  = é o comércio interindústria.

Quanto à fonte dos dados utilizados nesta pesquisa, estes foram coletados na plataforma do Sistema gráfico de dados do Comércio Internacional e são mantidos pela CEPALSTAT, seguindo um sistema harmonizador de classificação, denominado classificação

uniforme do comércio internacional (CUCI)<sup>37</sup>. São várias as fontes de dados utilizadas para alimentar as estatísticas sobre o comércio internacional de bens, tais como: registros alfandegários, inquéritos de empresas, registros administrativos relativos ao imposto sobre o valor acrescentado e o intercâmbio comercial, porém o mais importante são os registros de pessoal aduaneiro, pelo que se dedica especial atenção à coleção com base em dados da alfândega<sup>38</sup>.

Referente à análise dos resultados, os dados obtidos na plataforma SIGCI PLUS foram descritos, tabulados e posteriormente analisados, bem como debatidos com outras referências bibliográficas análogas para que haja uma vinculação com a literatura existente. Ademais, foram descritos acordos pertinentes a esta pesquisa e correlacionados com uma base teórica. Todavia, estes acordos se encontram melhor relatados nos apêndices que estão estruturados da seguinte forma: o ano da recomendação, seu código de identificação e a abordagem ou assunto que envolve o respectivo código.

---

<sup>37</sup> Para maiores esclarecimentos, se encontra na página da CEPALSTAT, na divisão de Estatística, um anexo intitulado Estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias, onde possui maiores detalhes sobre a classificação, conceitos e definições utilizados.

<sup>38</sup> Para maiores esclarecimentos, se encontra na página da CEPALSTAT, na divisão de Estatística, um anexo intitulado Estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias, onde possui maiores detalhes sobre a fonte de dados e suas respectivas compilações.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesse capítulo estão apresentados os resultados, juntamente com análise e discussão dos mesmos. Assim, com o intuito de compreender a dinâmica da proposta deste estudo, esta etapa desenvolve as respostas para os objetivos traçados, bem como a complementariedade de informações até então desconhecidas, ou não trabalhadas sobre o assunto abordado.

“Estudiosos contemporâneos e os decisores políticos têm vindo a considerar que a economia mundial entrou em uma fase totalmente nova e que a globalização terá efeitos sem precedentes no comércio, tecnologia, finanças e até mesmo políticas econômicas” (BAIROCH, 1996, p. 173). A partir da afirmação acima segue uma estrutura articulada com a abordagem dos resultados, dando ênfase para os produtos agrícolas.

Primeiramente, está abordado o intercâmbio comercial brasileiro com os demais países membros do MERCOSUL, onde se descreve detalhadamente as importações e exportações dos produtos por agrupamentos de intensidade tecnológica, com seus respectivos valores e percentuais nos dois anos em questão. Bem como, segue uma representatividade destes dados em formato de tabela. Para complementar as informações comerciais intrabloco, foram elaborados gráficos para dimensionar e ilustrar os dez principais produtos importados e exportados pelo Brasil, nos anos de 1991 e 2012, a fim de estratificar e quantificar estas relações.

De modo concomitante, enquadraram-se os principais produtos comercializados no ano de 2012 em um mapeamento de fluxo de comércio, a fim de identificar se os mesmos eram convergentes ou divergiam intrabloco.

Para enriquecer o trabalho e as discussões, incorporou-se nos resultados o índice de vantagem comparativa revelada, tanto para exportações quanto importações. Assim, estão representados em tabelas os 15 principais produtos comercializados nos dois anos em análise, e além destes, também foram complementados com índices de outros produtos de interesse agrícola.

Ademais, a participação de cada país nas exportações e importações brasileiras durante os anos de 1991 e 2012 foi inserida individualmente, para refletir a conjuntura das relações comerciais intrabloco, a fim de obter a representação e/ou participação de cada país e a importância do seu papel nestas relações comerciais.

Para finalizar o capítulo, são apresentadas as principais observações das normativas do MERCOSUL referentes ao setor agrícola, descritas detalhadamente nos Apêndices.

#### **4.1 Intercâmbio comercial Brasil e MERCOSUL: principais produtos e fluxo de comércio**

O intercâmbio comercial brasileiro com o MERCOSUL é dinâmico, por abranger uma lista com mais de 600 itens comercializáveis (COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE, 2013), porém, torna-se concentrado quando observado por setor ou nível tecnológico. Na Tabela 1 encontra-se a representatividade deste comércio com valores em dólares e percentuais, sendo que os produtos integrantes deste arranjo comercial se encontram agrupados de acordo com a intensidade tecnológica e são descritos posteriormente.

As exportações brasileiras para o MERCOSUL em 1991 geraram um montante de US\$ 2.308.577,00, distribuídos em seis agrupamentos de intensidade tecnológica, que compreendem: os produtos de fábrica com média tecnologia com participação de 44,44%; os recursos naturais com base de fábrica com 21,31%; os produtos com baixa tecnologia representaram 17,14%; seguidos pelos produtos primários com 11,31%; os produtos de alta tecnologia (5,62%); e, 0,17% classificados como outros, conforme Tabela 1.

Já ao analisar as importações realizadas pelo Brasil do MERCOSUL no ano de 1991, encontra-se outra representatividade que corresponde aos produtos primários com 50,43%; aos recursos naturais com base de fábrica com 17,91%; aos produtos de fábrica com média tecnologia com participação de 16,72%; os produtos com baixa tecnologia representaram 13,09%; seguidos pelos produtos de alta tecnologia (1,64%); e, 0,20% classificados como outros. Esta representatividade, bem como os valores podem ser visualizados na Tabela 1, onde corresponderam para a época importações no montante de US\$ 2.415.022,00.

Ainda na Tabela 1 estão representados os valores e percentuais das exportações no ano de 2012, agrupados por intensidade tecnológica, onde, os produtos de fábrica com média tecnologia possuem uma participação de 56,98%, os recursos naturais com base de fábrica possuem 15,36% da fatia de produtos exportados, os produtos com baixa tecnologia representaram 11,48%, seguidos pelos produtos primários com 9,02%, além dos produtos de alta tecnologia com 5,21%, e, 1,94% para os classificados como outros. Após 20 anos da criação do MERCOSUL, a comercialização intrabloco continuou movimentando elevados

valores e quantidades crescentes de mercadorias. Em 2012 as exportações brasileiras para os países membros do MERCOSUL chegaram a US\$ 22.801.530,00, obtendo um crescimento neste período de 987%.

Do mesmo modo as importações realizadas pelo Brasil no ano de 2012 aumentaram quando comparadas às de 1991, compreendendo as seguintes representatividades de agrupamento: produtos de fábrica com média tecnologia apresentaram uma participação de 50,67%, seguidos pelos produtos primários com 24,14%, os recursos naturais com base de fábrica corresponderam a 18,30% da fatia de produtos importados, os produtos com baixa tecnologia representaram 5,11%, os de alta tecnologia 1,51%, e, 0,27% para os classificados como outros, como pode ser observado na Tabela 1. Esta representatividade expõe um montante de US\$ 19.250.591,00, que corresponde aos produtos importados dos países membros do MERCOSUL no ano de 2012 e quando comparado com o valor importado em 1991 (US\$ 2.415.022,00) observa-se um crescimento de 797%.

**Tabela 1 – Representação da exportação e importação brasileira intrabloco (MERCOSUL) por produtos agrupados de acordo com a intensidade tecnológica nos anos de 1991 e 2012**

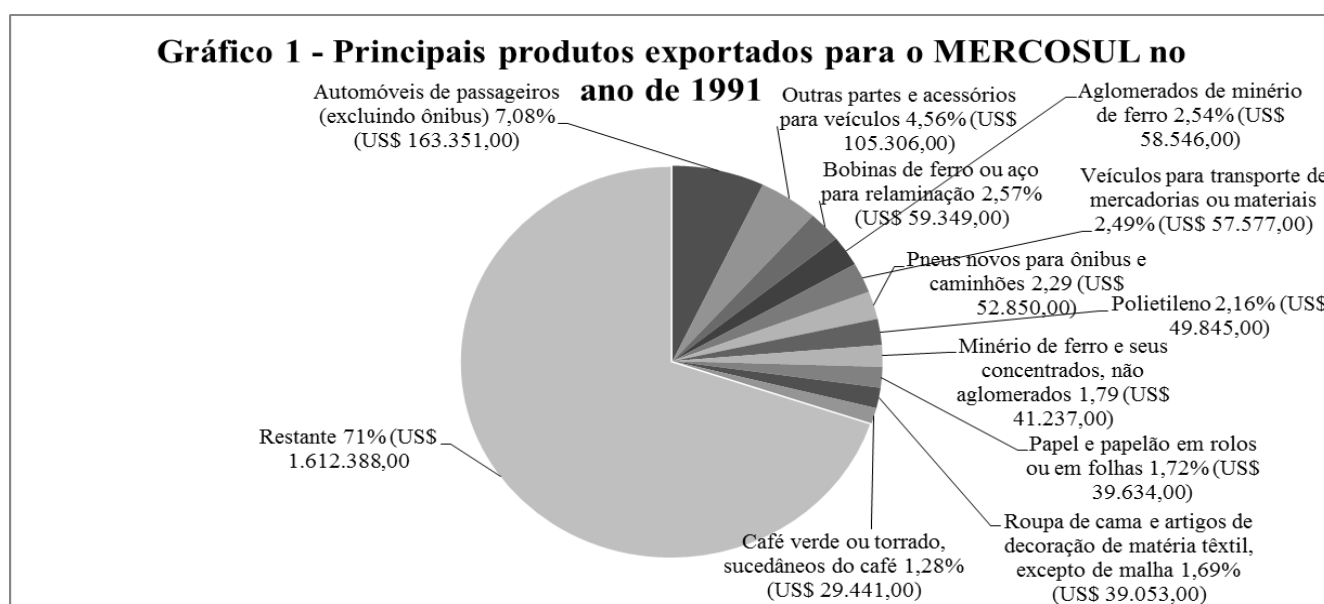
<i>Produtos agrupados por intensidade tecnológica</i>	<i>Importação no ano de 1991</i>		<i>Importação no ano de 2012</i>	
	<i>US\$</i>	<i>%</i>	<i>US\$</i>	<i>%</i>
Produtos primários	US\$ 1.218.004,00	50,43%	US\$ 4.647.387,00	24,14%
Recursos naturais com base de fábrica	US\$ 432.492,00	17,91%	US\$ 3.523.355,00	18,30%
Produtos de fábrica com baixa tecnologia	US\$ 316.089,00	13,09%	US\$ 983.310,00	5,11%
Produtos de fábrica com média tecnologia	US\$ 403.893,00	16,72%	US\$ 9.753.751,00	50,57%
Produtos de fábrica com alta tecnologia	US\$ 39.606,00	1,64%	US\$ 290.453,00	1,51%
Outros	US\$ 4.939,00	0,20%	US\$ 52.334,00	0,27%
<b>TOTAL</b>	<b>US\$ 2.415.022,00</b>	<b>100%</b>	<b>US\$ 19.250.591,00</b>	<b>100%</b>
<i>Produtos agrupados por intensidade tecnológica</i>	<i>Exportação no ano de 1991</i>		<i>Exportação no ano de 2012</i>	
	<i>US\$</i>	<i>%</i>	<i>US\$</i>	<i>%</i>
Produtos primários	US\$ 261.068,00	11,31%	US\$ 2.056.095,00	9,02%
Recursos naturais com base de fábrica	US\$ 492.049,00	21,31%	US\$ 3.501.938	15,36%
Produtos de fábrica com baixa tecnologia	US\$ 395.791,00	17,14%	US\$ 2.618.501	11,48%
Produtos de fábrica com média tecnologia	US\$ 1.025.905,00	44,44%	US\$ 12.992.722,00	56,98%
Produtos de fábrica com alta tecnologia	US\$ 129.746,00	5,6%	US\$ 1.188.816,00	5,21%
Outros	US\$ 4.014,00	0,17%	US\$ 443.458	1,94%
<b>TOTAL</b>	<b>US\$ 2.308.577,00</b>	<b>100%</b>	<b>US\$ 22.801.530,00</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** CEPALSTAT, ferramenta SIGCI PLUS v2.0.0.

**Nota:** Elaborado pelo autor (2013).

Quando comparadas as exportações nos anos de 1991 e 2012, os principais grupos exportadores continuam sendo os mesmos, ou seja, produtos de fábrica com média tecnologia ainda lideram as exportações brasileiras intrabloco – atualmente representa 56,98% do total exportado -, seguidos de recursos naturais que possuem base de fábrica e de produtos de fábrica com baixa tecnologia. Já em relação à importação, quando se comparam os anos de 1991 e 2012, tem-se uma mudança entre os principais agrupamentos de produtos. Em 1991, os principais grupos compreendiam os produtos primários, seguido pelos recursos naturais com base de fábrica e produtos de média tecnologia. Em 2012 os principais grupos de produtos importados mudaram, sendo atualmente os produtos de fábrica com média tecnologia – com participação de 50,67% -, seguidos pelos produtos primários e os recursos naturais com base de fábrica. Portanto os produtos de média tecnologia representam atualmente mais de 50% da pauta de importação e exportação brasileira no MERCOSUL.

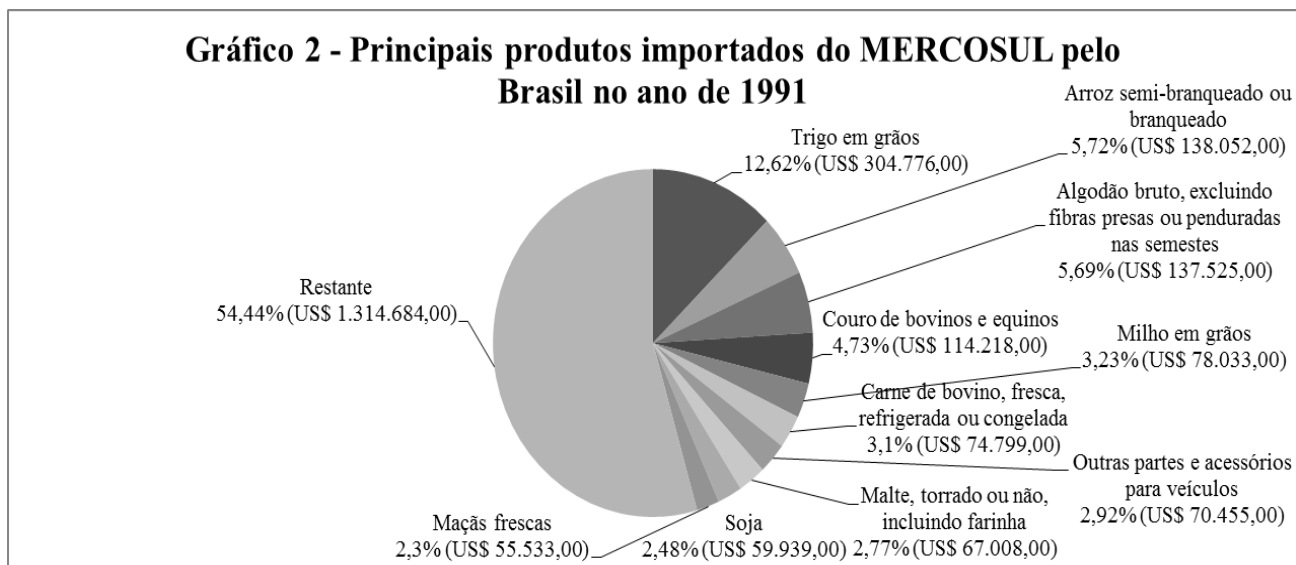
Especificando estes grupos de nível tecnológico, encontram-se os produtos comercializados entre os países membros do MERCOSUL. Em 1991 os dez principais produtos exportados pelo Brasil para a Argentina, Paraguai e Uruguai encontram-se descritos no Gráfico 1. Naquela época, automóveis (7,08%), acessórios para veículos (4,56%), bobinas de ferro e aço (2,57%), compreendiam os principais itens. De modo mais específico o primeiro item relacionado com o setor produtivo agrícola é o café, com participação de 1,28% da pauta, sendo equivalente a US\$ 29.441,00, todavia é o décimo na lista dos 100 principais comercializados.



**Fonte:** CEPALSTAT, ferramenta SIGCI PLUS v2.0.0.

**Nota:** Elaborado pelo autor (2013).

Em contrapartida, dos dez principais produtos importados pelo Brasil dentre os países membros do MERCOSUL no ano de 1991, apenas um não está diretamente ligado ao setor produtivo agrícola, conforme demonstrado no Gráfico 2. Os principais produtos importados naquele ano foram o trigo em grão (12,62%), seguido do arroz (5,72%) e do algodão (5,69), dentre outros.

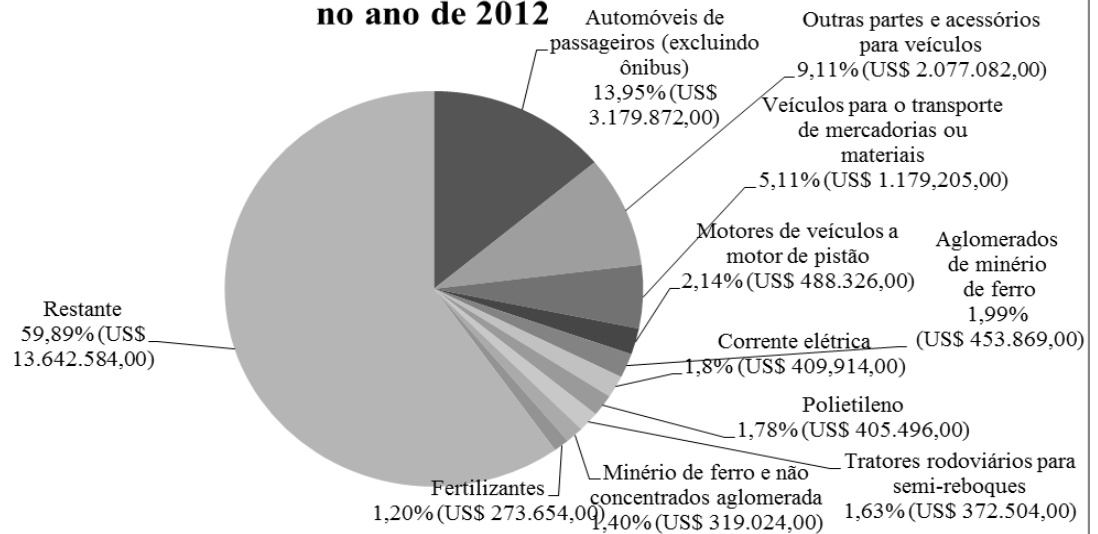


**Fonte:** CEPALSTAT, ferramenta SIGCI PLUS v2.0.0.

**Nota:** Elaborado pelo autor (2013).

Já no ano de 2012 os principais produtos exportados foram: automóveis (13,95%), acessórios para veículos (9,11%), veículos para transporte de mercadorias e materiais (5,11%). Dentre os dez primeiros itens (Gráfico 3), o que corresponde ao setor agrícola propriamente dito são os fertilizantes, que se encontram em décimo lugar com uma participação de 1,20%. Ademais, se torna importante salientar que a soma dos quatro primeiros produtos exportados pelo Brasil em 2012, representa 30% da fatia de exportação intrabloco e integram o setor automobilístico.

**Gráfico 3 - Principais produtos exportados para o MERCOSUL no ano de 2012**

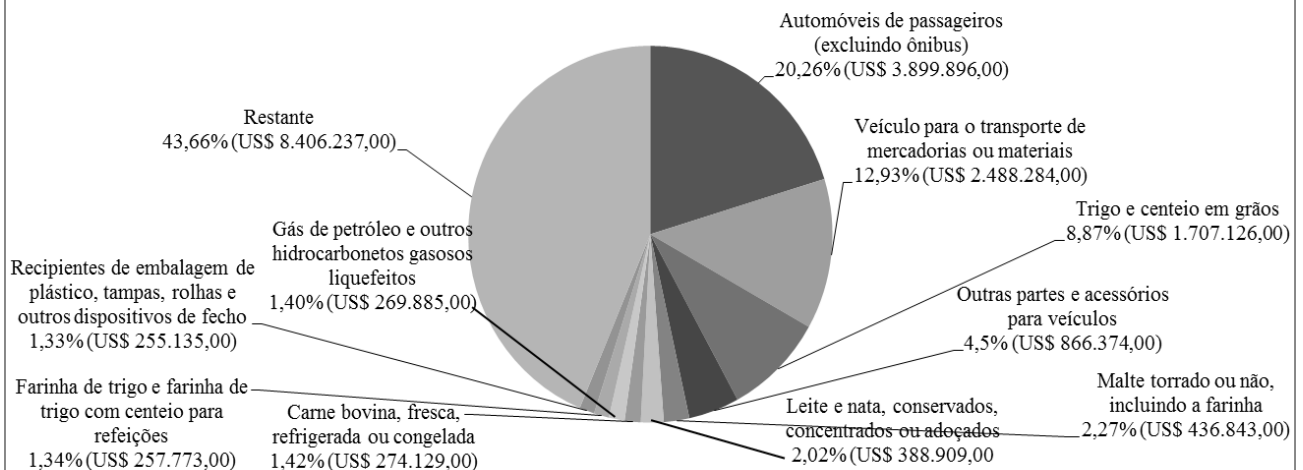


**Fonte:** CEPALSTAT, ferramenta SIGCI PLUS v2.0.0.

**Nota:** Elaborado pelo autor (2013).

Os produtos importados no ano de 2012 encontram-se no Gráfico 4, sendo os três principais, automóveis (20,26%), veículos para transporte de mercadoria ou materiais (12,93%), e trigo e centeio em grãos (representante direto do setor agrícola). Torna-se importante salientar que a soma dos dois principais itens importados resulta acima de 32% da pauta de importações, sendo que estes correspondem apenas ao setor automobilístico. Ainda se destaca que, no ano de 2012, dentre os seis principais produtos da balança comercial cinco integram o setor automobilístico, havendo, portanto, uma relação comercial dentro do mesmo setor, ou seja, um comércio intraindústria. Isto ocorre devido às economias de escala de cada país evitar que cada um produza sozinho a gama total de seus produtos (KRUGMAN; OBSTFELD, 2001).

**Gráfico 4- Principais produtos importados do MERCOSUL pelo Brasil no ano de 2012**



**Fonte:** CEPALSTAT, ferramenta SIGCI PLUS v2.0.0.

**Nota:** Elaborado pelo autor (2013).



Quando se consideram apenas os itens da balança comercial que compõem o setor agrícola, os principais produtos integrantes da balança comercial no ano de 1991 eram o café para a exportação e para importação o trigo em grão, o arroz e o algodão. Já no ano de 2012, os principais itens do setor agrícola que compuseram a balança comercial foram os fertilizantes quanto à exportação e trigo e centeio na importação.

Para se analisar esta conjuntura recorreu-se a Friedmann e McMichael (1989) que propuseram um conceito de regime alimentar, onde ressaltavam as relações sistêmicas entre as dietas alimentares, os fenômenos econômicos e políticos mundiais, a expansão mundial das relações capitalistas, resultando em delineamentos de algumas periodizações de regimes alimentares, identificados como sistema agroalimentar mundial. Portanto, aqui se insere a ideia de que a dieta alimentar é determinada por fenômenos políticos, sociais e econômicos.

Fridmann e McMichael (1989) identificaram e propuseram três periodizações sobre os regimes alimentares globais, que correspondem a três diferentes regimes de acumulação e regulação social. O primeiro entre os anos de 1870 até 1914 foi caracterizado com a importação de trigo e carne pela Europa, pois a agricultura europeia já não acompanhava o crescimento da demanda por produtos agrícolas, devido ao acelerado processo de industrialização, bem como o livre comércio imposto pela Inglaterra aos demais países europeus (FRIDMANN; MCMICHAEL, 1989). Ainda, a exportação de produtos agrícolas de clima temperado para a Europa abasteceu o proletariado europeu com gêneros de alimentos básicos, que se tornou a base de um novo tipo de comércio e aliado a isto, a expansão das relações capitalistas pelo mundo após a primeira revolução industrial, foi também acompanhada da expansão da dieta europeia, baseada no trigo, leite e carne (FRIDMANN; MCMICHAEL, 1989).

O segundo período de regime alimentar caracterizou-se entre 1947 e 1973, sob a hegemonia americana no pós-segunda Guerra Mundial envolvendo relações de produção e consumo, integração entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, formação de blocos comerciais, reestruturação de setores agrícolas devido ao investimento de capitais agroindustriais, integração da agricultura com a indústria de transformação, alimentos processados até o consumidor final, bem como simultaneamente o regime fordista de produção padronizada em massa definiram esta época (FRIDMANN; MCMICHAEL, 1989). Ainda cabe salientar que devido a modernização da agricultura nos países ricos ter barateado a produção de alguns cereais, a exportação destes para os países pobres - principalmente o trigo – acarretou na destruição dos mercados de produtos tradicionais locais, intensificando o

processo de proletarização e tornando essas populações dependentes de importação (FRIDMANN; MCMICHAEL, 1989).

O terceiro regime alimentar denominado de liberal produtivista corresponde ao atual período da globalização financeira, ou seja, a partir de 1980 e se caracteriza com a globalização no âmbito da produção, onde os sistemas de capitais agroalimentares se tornam mais livres das regulações dos Estados, porém não significou um comércio livre de produtos alimentares, pois resultou em ambientes de extremo protecionismo em alguns países (FRIDMANN; MCMICHAEL, 1989). Ainda, segundo os autores, maiores facilidades para corporações transnacionais de alimentos, além de maior integração vertical na produção e intensificação na utilização de tecnologias, a inserção da diferenciação por nichos de produtos, organização logística desenvolvida para capitais agroindustriais, bem como a inserção de um modelo alimentar denominado americano - baseado no consumo de carne bovina que se tornou a base do modo de consumo nos países desenvolvidos -, em dicotomia com a busca pela alimentação natural ou pouco processada, dentre outros fatores, caracterizam este período. Ademais, para sustentar este modo alimentar foram realizados incentivos para o cultivo de soja e milho, principalmente, destinados para a alimentação do gado (FRIDMANN; MCMICHAEL, 1989).

Alicerçado a este contexto mundial sobre regime alimentar global, que traz algumas explicações sobre a ótica da comercialização dos produtos do setor agrícola, a história da exportação de produtos brasileiros se inicia logo após a colonização pelos Portugueses. O primeiro produto exportado foi o Pau-Brasil, seguido pelo açúcar produzido no Nordeste brasileiro, pelas jazidas de ouro encontradas na região centro-sul do Brasil e pelo café – principal produto exportado no período do Império (1822-1889) (BIBLIOTECA VIRTUAL DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, s.d.). De modo específico, o café já chegou a representar 60% do total de exportações do Brasil nas últimas décadas do Império, também devido à crise do açúcar, um dos principais produtos da época do Brasil Colônia (BIBLIOTECA VIRTUAL DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, s.d.). Ainda no século XIX se destacaram como produtos de exportação o cacau, a borracha, e o algodão, sendo que este em 1860 tornou-se o segundo produto de exportação nacional (BIBLIOTECA VIRTUAL DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, s.d.).

Posteriormente, no período da Primeira República – 1889 até 1930 – o café continua como o principal produto de exportação e a borracha permanece em segundo por quase 30 anos, superando o açúcar e o algodão (BIBLIOTECA VIRTUAL DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, s.d.). Em 1930 na Era Vargas, se reinicia uma política de

valorização do café e em detrimento de supersafras ocorre uma crise na cafeicultura que acaba estimulando a exploração de outros produtos, tais como frutas, algodão, vegetais, minerais e óleos (BIBLIOTECA VIRTUAL DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, s.d.). No período do Regime Militar – 1964 até 1985 – o Brasil passou por várias crises econômicas, com períodos de recessão, baixo crescimento do Produto Interno Bruto e elevada inflação (BIBLIOTECA VIRTUAL DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, s.d.).

A partir de 1970 o Brasil passa a exportar mais produtos manufaturados do que produtos agrícolas, mesmo passando por estagnação econômica na década de 1980 (BIBLIOTECA VIRTUAL DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, s.d.). Já nos anos de 1990 com a abertura de mercado e a globalização da economia mundial, o Brasil entrou num novo ciclo de crescimento, com um desenvolvimento modesto (BIBLIOTECA VIRTUAL DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, s.d.).

Sobre a participação do café nas exportações brasileiras, constatou-se que este produto possui características produtivas que representam um valor histórico-cultural para o Brasil, pois se tornou um importante produto na pauta de exportação por longos períodos. Embora comercialmente tenha aumentado a quantidade exportada nas últimas quatro décadas, a participação deste item nas exportações mundiais caiu de 32,96% em 1960 para 25,81% em 2003 (SIQUEIRA, 2005). A confortável posição do café observada desde a metade da década de 1970, que perdurou até o início da década de 1990, foi alterada devido à expansão das vendas de países concorrentes do Brasil, como a Colômbia – principalmente na década de 1970 – e o Vietnã – na década de 1990 – (SIQUEIRA, 2005). Portanto, isto explica as mudanças do café no *ranking* da balança comercial brasileira e de modo específico com o comércio do MERCOSUL, visualizado neste trabalho.

Quando se analisa o trigo, este produto passa por uma intervenção estatal no mercado durante o período de 1967 até o ano de 1990, onde a intervenção do governo se baseava no estímulo da produção nacional por meio de vantagens monetárias aos produtores (COLLE, 1998). Durante os anos de 1950 as importações de trigo foram estimuladas por acordos firmados com os Estados Unidos, havendo prazo de até 40 anos sem nenhum fator de correção cambial (COLLE, 1998). Outro dado importante para a época está relacionado ao consumo interno de trigo no período de 1967 a 1977, com uma taxa média de crescimento de 7,4% ao ano (ZANDONADI, 1979). O aumento do consumo interno foi devido aos preços relativos do trigo, ao aumento da renda da população, à migração da população rural para o meio urbano e não apenas pelo aumento populacional (ZANDONADI, 1979).

Ainda, os subsídios ao trigo levaram a um aumento do consumo de farinha de trigo, obtendo uma produção crescente até 1990 (COLLE, 1998). A partir de 1990 a produção foi rapidamente reduzida, voltando a ter elevados valores de importação de trigo, pois as políticas de amparo à triticultura foram suspensas (COLLE, 1998). Portanto, este contexto explica o porquê que o trigo foi o principal item importado intrabloco no ano de 1991, ou seja, com uma demanda crescente e uma oferta interna baixa devido à suspensão de subsídios à triticultura, se torna necessário importar trigo para atender a demanda.

Quanto ao arroz importado na década de 1990, o Brasil tornou-se um dos principais importadores deste cereal, devido à lacuna entre a produção e o consumo brasileiro, passando a importá-lo principalmente do Uruguai e da Argentina (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, 2005). Os fatores existentes nos países vizinhos que contribuíram para estas importações foram: a alta qualidade do arroz, menores custos de produção, financiamentos com juros mais competitivos, carga tributária mais branda e menores custos de frete e comercialização, além da proximidade geográfica (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, 2005). Já no caso do algodão, também na década de 1990, a produção da cotonicultura brasileira diminuiu tanto em área colhida quanto em produção, havendo, portanto, necessidade de importar o produto (ALVES; BARROS; BACCHI, 2008).

Quanto aos fertilizantes serem o principal representante do setor agrícola brasileiro na pauta de exportações para os países membros do MERCOSUL no ano de 2012, isto representou um crescimento histórico iniciado na década de 1970 com o 1º Programa Nacional de Fertilizantes e Calcário Agrícola. O programa tinha como objeto ampliar e modernizar a indústria brasileira de fertilizantes e calcário agrícola (DIAS; FERNANDES, 2006). Nesta nova fase surgiram vários complexos industriais que objetivavam a produção interna de matéria-prima e fertilizantes, passando posteriormente para um 2º Plano e associado com a abertura da economia na década de 1990 e algumas privatizações de empresas de fertilizantes (DIAS; FERNANDES, 2006), o setor tornou-se um exportador. Ainda os autores relatam que o aumento da produção nacional de fertilizantes está condicionado à sua competitividade frente ao produto importado, pois no Brasil os custos de produção dos fertilizantes são elevados.

E em relação à importação, o produto trigo foi o principal item representante do setor agrícola no ano de 2012, resultante de uma política de produção desenvolvida desde os anos de 1950 e associada a um regime alimentar característico de consumo de trigo, iniciado no século XIX. Contudo, desde 2005 o Brasil importa uma parcela significativa do trigo que

consome e se transformou no maior importador do grão no mundo (TERRA, 2013). Atualmente, de julho de 2012 a julho de 2013, por exemplo, as importações brasileiras de trigo somaram sete milhões de toneladas (o maior volume dos últimos seis anos), com aumento de 41% dos gastos (TERRA, 2013). Este aumento está associado com a diminuição das importações realizadas da Argentina, devido à escassez do grão, onde o Brasil passou a importar trigo dos Estados Unidos (TERRA, 2013). Por exemplo, o Brasil importou em janeiro de 2013 481 mil toneladas de grãos da Argentina, enquanto em julho importou 53 mil toneladas, ou seja, uma queda de 89% em meio ano (TERRA, 2013). Já durante o mesmo período, o volume de trigo importado dos Estados Unidos passou de 10 mil toneladas para 555 mil, o que representa um aumento de 50 vezes, além de encarecer o produto para o mercado consumidor (TERRA, 2013). Este encarecimento é resultante da alta do dólar, de uma elevação mundial do mercado de trigo e, principalmente, de uma interrupção do anterior grande exportador, a Argentina (TERRA, 2013).

No final do século XX, produtos compostos por proteína de origem animal – principalmente carnes – passam a integrar a pauta de itens exportados pelo Brasil de forma significativa, ou seja, encontram-se entre os principais produtos exportados pelo país, inclusive para o MERCOSUL, nos primeiros anos do século XXI. Como explicação, a adoção de uma dieta fordista associada às mudanças da revolução verde transformaram os alimentos de bens perecíveis e locais para bens duráveis e globais (FRIDMANN; MCMICHAEL, 1989), obviamente, concomitante a isto métodos de armazenamento e conservação de alimentos foram implantados. Têm-se como principal exemplo as carnes de frango, bovina e suína, que compõem a determinação do terceiro regime alimentar elaborado por Fridmann e McMichael, característico aos dias atuais.

Ao analisar a conjuntura comercial individual dos países que compõem o MERCOSUL, o Quadro 1 apresenta uma classificação dos 10 principais itens comercializados no ano de 2012. Estes itens se encontram separados em convergentes e divergentes quanto à comercialização dos produtos, tanto na exportação quanto importação. Assim, se considerou como produto convergente, quando ambos os países exportam o mesmo produto entre si e divergente quando isto não ocorreu, ou seja, os produtos exportados por determinado país não são os mesmos que os importados por ele. O fluxo de comércio com interesse convergente foi observado apenas com a Argentina para os itens de partes e acessórios de veículos, veículos de transporte de mercadorias e materiais e polietileno (Quadro 1), conforme explicado por Krugman e Obstfeld (2001) no Gráfico 4.

<i>Fluxo de comércio</i> <i>Interesse</i>	<i>Exportações Brasileiras em 2012</i>		
	<b>Argentina</b>	<b>Paraguai</b>	<b>Uruguai</b>
<b>Convergente</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Partes e acessórios para veículos</li> <li>- Veículos para transporte de mercadorias ou materiais</li> <li>- Polietileno</li> </ul>	-	-
<b>Divergente</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Automóvel de Pistão</li> <li>- Aglomerados de minério de ferro</li> <li>- tratores rodoviários para semirreboques</li> <li>- Minério de ferro e seus concentrados</li> <li>- Equipamentos elétricos automotivos</li> <li>- Peças de motores de pistão</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fertilizantes</li> <li>- Tabaco</li> <li>- Máquinas para colheita</li> <li>- Calçados</li> <li>- Tijolos cerâmicos não refratários</li> <li>- Malte</li> <li>- Polietileno</li> <li>- Papel e papelão</li> <li>- Estrutura e partes de ferro, de aço, placas, estradas e similares</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Petróleo bruto</li> <li>- Veículos automotores para transporte</li> <li>- Corrente elétrica</li> <li>- Automóvel de passageiros</li> <li>- Malte</li> <li>- Carne de porco</li> <li>- Polietileno</li> <li>- Estrutura e peças de ferro, de aço, placas, estradas e similares</li> <li>- Móveis e suas partes</li> <li>- Açúcar refinado</li> </ul>
<i>Fluxo de comércio</i> <i>Interesse</i>	<i>Importações Brasileiras em 2012</i>		
	<b>Argentina</b>	<b>Paraguai</b>	<b>Uruguai</b>
<b>Convergente</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Partes e acessórios para veículos</li> <li>- Veículos para transporte de mercadorias ou materiais</li> <li>- Polietileno</li> </ul>	-	-
<b>Divergente</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Automóvel de passageiros</li> <li>- Trigo e centeio em grãos</li> <li>- Gases de petróleo</li> <li>- Farinha de trigo</li> <li>- Perfumaria e cosméticos</li> <li>- Malte, torrado ou não</li> <li>- Petróleo bruto e óleos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Trigo e centeio</li> <li>- Milho em grãos</li> <li>- Carne bovina</li> <li>- Soja</li> <li>- Arroz semi-branqueado</li> <li>- Arroz com casca ou sem</li> <li>- Embalagens de plástico</li> <li>- Peças de calçados</li> <li>- Óleo de semente de girassol</li> <li>- Colza e nabo silvestre</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Leite e nata</li> <li>- Malte, torrado ou não</li> <li>- Trigo e centeio</li> <li>- Materiais de borracha</li> <li>- Embalagem plástica</li> <li>- Arroz</li> <li>- Carne bovina</li> <li>- Fungicidas</li> <li>- Tubos</li> <li>- Soja</li> </ul>

**Quadro 1** – Mapeamento de interesses convergentes e divergentes no comércio brasileiro intrabloco\*.

\*O mapeamento feito por país não representa os mesmos produtos intrabloco, ou seja, os produtos diferem.

**Nota:** Elaborado pelo autor (2013).

#### **4.2 Índice de vantagem comparativa revelada, a participação individual dos parceiros comerciais e o comércio intra-indústria**

Outra forma de análise empregada refere-se ao índice de vantagem comparativa revelada (IVCR), utilizado para medir as vantagens competitivas de um produto (BALASSA, 1965). O IVCR comprova a importância de determinado produto na pauta de exportações ou importações de um país em relação às suas exportações ou importações totais.

De um total de 233 produtos importados pelo Brasil do MERCOSUL no ano de 1991 – segundo a ferramenta SIGCI PLUS v2.0.0. – os 15 primeiros produtos se encontram descritos na Tabela 2, bem como o seu respectivo índice de vantagem comparativa revelada. Destes, 12 produtos importados no ano de 1991 foram considerados de vantagem comparativa para o Brasil, sendo dentre todos 11 relacionados direta ou indiretamente com o setor agrícola. Uma explicação para esta vantagem, sendo que estes produtos também são produzidos no Brasil, pode estar relacionado com a diversificação de fornecedores, com a necessidade de ampliar ou melhorar o mix de produtos para agregação de valor, com a venda de produtos que possam possuir uma qualidade superior aos do mercado interno, ou pela compra de matéria-prima inexistente no mercado local, e até mesmo pela importação de insumos para a fabricação de produtos que serão exportados posteriormente (PORTER, 1990).

Os outros três produtos (Tabela 2) foram considerados produtos de tendência de comércio interno, ou seja, não possuem uma vantagem competitiva para importações, porém também não possuem desvantagens. Vale aqui ressaltar que dois destes três produtos integram o setor automobilístico.

**Tabela 2 – Índice de vantagem comparativa revelada para importações brasileiras do MERCOSUL no ano de 1991**

<i>Produtos*</i>	<i>Índice no ano de 1991**</i>
Trigo e centeio em grãos	0,8
Arroz	0,6
Algodão	0,8
Couro	0,7
Frutas frescas e secas	0,7
Produtos hortícolas frescos ou simplesmente preservados; raízes e tubérculos	0,7
Carnes e miudezas, comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas	0,7
Cereal, farinha ou amido preparações de frutas ou vegetais	0,3
Milho em grãos	0,7
Peças e acessórios para veículos	0,3
Sementes e frutos oleaginosos, inteiro ou partido	0,8
Peixe fresco, refrigerado ou congelado	0,7
Óleos vegetais fixos, suave, refinado bruto ou purificada	0,7
Fios têxteis	0,5
Motores de pistão de combustão interna, e suas partes	0,2
Cereais em grãos (soja)	0,8

\*Apenas os 15 primeiros classificados segundo a quantidade de dólares comercializáveis, mais a soja que nesta classificação encontra-se nos cereais em grãos, com posição de 37º produto.

\*\*O IVCR classifica-se da seguinte forma: -1,0 até -0,5 = desvantagem competitiva; -0,4 até 0,4 = tendência de comércio interno; 0,5 até 1,0 = vantagem competitiva.

Para o ano de 2012, o IVCR dos 15 primeiros produtos importados se encontra na Tabela 3. No total eram 237 produtos e destes dez obtiveram índice de produtos com vantagem competitiva, possivelmente devido aos fatores já explicados anteriormente por Porter. Por outro lado, diferenciando-se de 1991, dois produtos que integram este índice são do setor automobilístico, os demais (oito) são do setor agrícola.

Ainda, na Tabela 3, os que ficaram com o índice de produtos com tendência de comércio interno foram: peças e acessórios para veículos, derivados de petróleo refinado, produtos de polimerização e copolimerização, artigos de materiais plásticos e gás natural, sendo todos produtos que envolvem algum grau de tecnologia.



**Tabela 3 – Índice de vantagem comparativa revelada para importações brasileiras do MERCOSUL no ano de 2012**

<i>Produtos*</i>	<i>Índice no ano de 2012**</i>
Automóveis de passageiros	0,7
Caminhões e veículos automotivos para fins especiais	0,8
Trigo e centeio em grãos	0,8
Peças e acessórios para veículos	0,2
Derivados de petróleo refinado	-0,2
Produtos de polimerização e copolimerização	0,3
Cereal, farinha ou amido para preparações de frutas ou vegetais	0,8
Leite e nata	0,8
Produtos hortícolas frescos ou simplesmente preservados; raízes e tubérculos	0,7
Arroz	0,8
Carnes e miudezas, comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas	0,8
Frutas frescas e secas	0,6
Artigos de materiais plásticos	0,4
Gás natural	-0,3
Farinha de trigo e farinha de trigo com centeio	0,8

**Fonte:** CEPALSTAT, ferramenta SIGCI PLUS v2.0.0.

**Nota:** Elaborado pelo autor (2013).

\*Apenas os 15 primeiros classificados segundo a quantidade de dólares comercializáveis.

\*\*O IVCR classifica-se da seguinte forma: -1,0 até -0,5 = desvantagem competitiva; -0,4 até 0,4 = tendência de comércio interno; 0,5 até 1,0 = vantagem competitiva.

Quando se analisam as exportações para os mesmos anos, observa-se um maior dinamismo. No ano de 1991 (Tabela 4) foram exportados 227 produtos, sendo entre os 15 primeiros, seis obtiveram índice de vantagem competitiva e cinco estão relacionados com produtos de médio ou alto grau de tecnologia. Ainda, sete produtos com índice de tendência de comércio interno são do setor automobilístico ou do setor de mineração. Também se inclui neste índice um produto representante para a época do setor agrícola, o cacau.

Outro produto representante do setor agrícola e bastante importante para a pauta de exportação brasileira para o período foi o café, que obteve naquele ano um índice com desvantagem competitiva. O que explica esta questão de desvantagem competitiva do café foi o tabelamento de preços no mercado interno até 1992, provocada pela intervenção indireta do Estado e resultava em alterações no mercado, afetando os preços e conseqüentemente a renda do setor (PIRES; GOMES; ALVES, 2004; FREITAS; NICOLA; FOSSATI, 2005).

**Tabela 4 – Índice de vantagem comparativa revelada para exportações brasileiras ao MERCOSUL no ano de 1991**

<i>Produtos*</i>	<i>Índice no ano de 1991**</i>
Automóveis de passageiros	0,7
Peças e acessórios para veículos	0,4
Minério de ferro e seus concentrados	-0,3
Pneus de borracha, interior e abas, para as rodas de todos os tipos	0,6
Produtos de polimerização e copolimerização	0,5
Papel e papelão	0,3
Lingotes e outras formas primárias, de ferro ou aço	-0,3
Placas e folhas universais, de ferro ou aço	0,0
Caminhões e veículos automóveis de fins especiais	0,3
Equipamentos de tipo doméstico	0,7
Artigos confeccionados de matérias têxteis, total ou parcialmente	0,5
Máquinas e aparelhos eléctricos	0,5
Motores de pistão de combustão interna e suas partes	-0,3
Bombas, compressores; centrífugas; aparelho de filtragem; e peças	0,2
Cacau	0,2
Café e sucedâneos	-0,6

**Fonte:** CEPALSTAT, ferramenta SIGCI PLUS v2.0.0.

**Nota:** Elaborado pelo autor (2013).

\*Apenas os 15 primeiros classificados segundo a quantidade de dólares comercializáveis.

\*\*O IVCR classifica-se da seguinte forma: -1,0 até -0,5 = desvantagem competitiva; -0,4 até 0,4 = tendência de comércio interno; 0,5 até 1,0 = vantagem competitiva.

Resende (2001) estudou o índice de vantagem comparativa revelada e o índice de orientação regional para exportação de café brasileiro para o MERCOSUL no período de 1990 até 2000. O autor identificou que neste período as exportações de café tendiam ao comércio intrabloco, porém constatou redução do índice de orientação regional até o ano de 1993. Provavelmente, durante este período a orientação regional de mercado não fora interessante para a comercialização do café brasileiro, por fatores como vantagens comparativas, custos de transportes, barreiras tarifárias e outras formas que possam impedir ou dificultar o comércio em mercados alternativos (RESENDE, 2001).

Ainda analisando as exportações, agora na Tabela 5, o índice dos principais produtos no ano de 2012 está representado da seguinte forma: dez produtos considerados com vantagem competitiva, sendo representativos do setor automotivo e apenas um que corresponde ao setor agrícola, os fertilizantes. Quanto aos fertilizantes, é um dos principais itens exportados para o Paraguai, sendo que nos últimos 10 anos o comércio bilateral entre os países vem aumentando.

**Tabela 5 – Índice de vantagem comparativa revelada para exportações brasileiras ao MERCOSUL no ano de 2012**

<i>Produtos*</i>	<i>Índice no ano de 2012**</i>
Automóveis de passageiros	0,8
Peças e acessórios para veículos	0,7
Caminhões e veículos automóveis de fins especiais	0,7
Minério de ferro e seus concentrados	-0,6
Derivados de petróleo refinado	0,2
Motores de pistão de combustão interna e suas partes	0,4
Produtos de polimerização e copolimerização	0,5
Papel e papelão	0,5
Veículos rodoviários	0,6
Corrente elétrica	0,8
Placas e folhas universais, de ferro ou aço	0,6
Pneus de borracha, interior e abas, para as rodas de todos os tipos	0,4
Máquinas e aparelhos elétricos	0,7
Fertilizantes fabricados	0,8
Bombas, compressores; centrífugas; aparelho de filtragem; e peças	0,3

**Fonte:** CEPALSTAT, ferramenta SIGCI PLUS v2.0.0.

**Nota:** Elaborado pelo autor (2013).

\*Apenas os 15 primeiros classificados segundo a quantidade de dólares comercializáveis.

\*\*O IVCR classifica-se da seguinte forma: -1,0 até -0,5 = desvantagem competitiva; -0,4 até 0,4 = tendência de comércio interno; 0,5 até 1,0 = vantagem competitiva.

Por outro lado, quatro produtos integram o índice de tendência de comércio interno, como os derivados de petróleo e produtos do setor automotivo. Lemos e Azevedo (2011) estudaram as exportações brasileiras do setor automotivo para o MERCOSUL durante o período de 1991 até 2006 e constataram que o expressivo crescimento do comércio deste setor parece ter sido resultado de um processo de desvio de comércio para uma parcela significativa de produtos, onde o comércio intrabloco cresceu em detrimento das importações mais eficientes de fora do bloco. A causa mais plausível para este fenômeno são as elevadas preferências concedidas pelo bloco, resultando assim, incentivos aos produtores brasileiros para venda de seus produtos a preços mais elevados para os consumidores do bloco (LEMOS; AZEVEDO, 2011). Ainda, um produto obteve índice de desvantagem competitiva dentre os principais, é o minério de ferro e seus concentrados.

A Tabela 6 traz a participação comercial do Brasil intrabloco e suas proporções em percentuais, tanto para importação, quanto exportação nos anos de 1991 e 2012. Para o Banco Inter-Americano de Desenvolvimento (1996) o comércio entre os membros do bloco, desde a sua criação, pode ser caracterizado como um comércio administrado, baseando-se em conteúdos regionais mínimos, requisitos de equilíbrio da balança comercial e entrada condicionada.

De modo mais específico, Faria e Coutinho (2010) trazem uma possível divisão do MERCOSUL em quatro períodos e suas características econômicas. O primeiro, entre 1991 e 1994, caracteriza-se como a criação do MERCOSUL, onde os autores alegam que o comércio regional aumentou mesmo com as Cláusulas de Salvaguarda e também aumentou a interdependência comercial entre os países, principalmente entre os maiores membros, a Argentina e o Brasil (FARIA; COUTINHO, 2010).

O período de 1994 até 1998 foi marcado por um crescimento ainda maior dos fluxos comerciais e de investimento na região, porém também de um aumento considerável na regulação, obtendo grandes avanços em termos comerciais (FARIA; COUTINHO, 2010), porém uma estagnação na estrutura institucional (BOUZAS, 2001), caracterizando-se portanto como o segundo período.

O terceiro compreende entre 1998 até o ano de 2003, caracterizado por modesto crescimento do comércio regional e uma fase de crise no processo de integração. Em 1999 o comércio entre os países do bloco diminuiu tanto de forma absoluta quanto de forma relativa, devido à crise econômica que acaba se refletindo no MERCOSUL, além da crise Argentina em 2001, o que retardou a recuperação do comércio regional para 2004 (FARIA; COUTINHO, 2010). Todavia nos anos de 2000 e 2002 foram tomadas medidas para fortalecer a imagem da integração com objetivo além de incrementar o comércio, fortalecer as instituições já criadas (FARIA; COUTINHO, 2010).

A partir de 2003, inicia-se a revitalização do MERCOSUL, o quarto período. Em termos econômicos, essa é uma etapa de recuperação para o bloco, pois há um rápido crescimento do comércio regional, principalmente em termos absolutos (FARIA; COUTINHO, 2010). Já em termos relativos, segundo os autores o MERCOSUL vem perdendo espaço principalmente para regiões mais dinâmicas, como China e o Leste Asiático, o que resulta de um expressivo crescimento de corrente de comércio dos países membros com aquela região do planeta.

A interpretação da COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE (1999) para os países do MERCOSUL era de que possuíam economias muito fechadas antes da criação do bloco, de modo que com a sua criação o volume de comércio aumentaria muito. Ademais, nota-se que a região passou a ser mais dinâmica, crescendo mais que o resto do mundo, sendo que o bloco representava 2,7% do PIB mundial em 1990 e atualmente é o quarto maior PIB mundial, com US\$ 3,3 trilhões (LIMA, 2013).

Em relação ao intercâmbio comercial, deve-se considerar que cada país apresenta uma proporção diferente de comércio com o Brasil, sendo isto, também evidenciado por Faria e

Coutinho (2010). Percebe-se que a Argentina (Tabela 6) desde a criação do MERCOSUL possui os maiores valores no intercâmbio comercial com o Brasil, devido às características socioeconômicas de cada país, que possui diferentes regimes de acumulação e regulação social, além das proporções de comercialização, dentre outros fatores. Todavia, durante este período – nos anos de 1991 até 2012 – se manteve a mesma ordem nas participações percentuais, ou seja, a Argentina é a principal parceira econômica intrablobo, seguida pelo Paraguai e Uruguai. Outro elemento importante a se mencionar refere-se ao aumento dos valores comercializáveis com todos os países, isto tanto para importações quanto exportações, totalizando em 2012 montantes de US\$ 19.250.591,00 e US\$ 22.801.529,00, respectivamente, como pode ser visualizado na Tabela 6.

**Tabela 6 – Participação individual por país membro no intercâmbio comercial brasileiro**

<i>Exportação total de produtos por país membro do MERCOSUL</i>	<i>Ano de 1991</i>		<i>Ano de 2012</i>	
	<i>US\$</i>	<i>%</i>	<i>US\$</i>	<i>%</i>
Argentina	1.475.470,00	63,91	17.997.706,00	78,93
Paraguai	496.080,00	21,49	2.617.509,00	11,48
Uruguai	337.027,00	14,60	2.186.314,00	9,59
<i>Importação total de produtos por país membro do MERCOSUL</i>	<i>Ano de 1991</i>		<i>Ano de 2012</i>	
	<i>US\$</i>	<i>%</i>	<i>US\$</i>	<i>%</i>
Argentina	1.746.457,00	72,32	16.444.100,00	85,42
Paraguai	445.184,00	18,43	1.818.926,00	9,45
Uruguai	223.381,00	9,25	987.565,00	5,13

**Fonte:** CEPALSTAT, ferramenta SIGCI PLUS v2.0.0.

**Nota:** Elaborado pelo autor (2013).

Já sobre o comércio intra-indústria, após identificar que produtos do agrupamento de média tecnologia são os principais comercializados pelo Brasil intrabloco (importações e exportações em 2012) e a fim de melhor interpretar e estratificar estes dados, optou-se por analisar o comércio intra-indústria, que consiste no comércio (exportação e importação) entre dois países (ou grupos de países) de produtos de um mesmo segmento industrial. Por outro lado, no comércio inter-indústria o intercâmbio dá-se entre diferentes setores de atividade.

O comércio intra-indústria, segundo Grubel e Lloyd (1975, p. 20), é definido como "o valor das exportações de uma indústria que é exatamente compensado por importações da mesma indústria", ou seja, se um país importa e exporta simultaneamente outros tipos similares de bens ou serviços, esta similaridade identificada por bens ou serviços é classificada como sendo do mesmo setor.

Várias são as explicações para a existência do comércio intra-indústria. Para Helpman (1981) e Krugman (1981), entre outros, a existência deste comércio é atribuída à importância

da economia de escala e imperfeição de mercado. Já para Havrylyshyn e Civan (1983) e Gavelin e Lundberg (1983), Balassa (1986) e Bergstrand (1990), além da economia de escala e imperfeição de mercado, consideram na explicação do comércio intra-indústria as características individuais dos países, como igualdade de renda, nível de desenvolvimento econômico, tamanho da economia e nível de tarifas. Estas últimas atribuições caracterizam perfeitamente a realidade do objeto abordado neste estudo, o MERCOSUL.

Na Tabela 7 encontram-se os reflexos do intercâmbio intra-industrial no MERCOSUL em relação aos 15 principais produtos no ano de 1991. Dentre os principais, oito produtos enquadraram-se como comércio inter-industrial, sendo principalmente relacionados ao setor agrícola, tais como: trigo e centeio em grãos, arroz, algodão, produtos hortícolas, carnes e miudezas, cereal ou farinha e milho em grãos. Ainda compreende este índice o minério de ferro e seus concentrados.

**Tabela 7 – Índice de comércio intra-indústria entre Brasil e MERCOSUL no ano de 1991**

<i>Produtos*</i>	<i>Índice Grubel e Lloyd (%)**</i>
Trigo e centeio em grãos	0,00%
Automóveis de passageiros	30,35%
Peças e acessórios para veículos	74,91%
Arroz	0,10%
Frutas frescas e secas	37,01%
Algodão	0,65%
Couro	11,19%
Produtos de polimerização e copolimerização	61,01%
Produtos hortícolas frescos ou simplesmente preservados; raízes e tubérculos	5,56%
Pneus de borracha, interior e abas, para as rodas de todos os tipos	21,29%
Minério de ferro e seus concentrados	0,00%
Carnes e miudezas, comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas	7,60%
Papel e papelão	10,70%
Cereal, farinha ou amido para preparações	7,08%
Milho em grãos	0,17%

**Fonte:** CEPALSTAT, ferramenta SIGCI PLUS v2.0.0.

\*Apenas os 15 primeiros classificados segundo a quantidade de dólares comercializáveis.

\*\*O índice de Grubel e Lloyd varia entre zero e um, indicando puro comércio inter-indústria para zero e puro comércio intra-indústria para um. Na interpretação da própria ferramenta segue, a cor vermelha = apenas comércio inter-industrial; a cor amarela = potencial de comércio intra-industrial; a cor verde = indicação de comércio intra-industrial.

**Nota:** Elaborado pelo autor (2013).

Com potencial de comércio intra-indústria, os itens automóveis de passageiros, pneus de borracha e papel e papelão possuem este índice, além do couro que integra o setor agrícola. Já os principais itens identificados com indicação de comércio intra-indústria no ano de 1991

foram, peças e acessórios para veículos, produtos de polimerização e frutas frescas e secas (produto do setor agrícola).

Analisando a Tabela 8, o índice de comércio intra-indústria no ano de 2012 apresentou mudanças no intercâmbio comercial brasileiro em relação ao de 1991. Uma delas foi a percepção de que dentre os 15 principais produtos comercializados, 11 tiveram indicação de comércio intra-indústria, sendo seis relacionados com o setor automotivo (automóveis de passageiros, caminhões e veículos automotivos, peças e acessórios para veículos, motores de pistão, veículos rodoviários e pneus de borracha de todos os tipos) e dois com o setor agrícola (pesticidas e carnes e miudezas). Já os demais produtos compreendem outros setores da economia.

**Tabela 8 – Índice de comércio intra-indústria entre Brasil e MERCOSUL no ano de 2012**

<i>Produtos*</i>	<i>Índice Grubel e Lloyd (%)**</i>
Automóveis de passageiros	89,83%
Caminhões e veículos automotivos de fins especiais	64,41%
Peças e acessórios para veículos	59,13%
Trigo e centeio em grãos	0,03%
Derivados de petróleo refinado	90,84%
Produtos de polimerização e copolimerização	90,25%
Motores de pistão de combustão interna e suas partes	46,34%
Minério de ferro e seus concentrados	0,00%
Cereal, farinha ou amido para preparações	16,41%
Pneus de borracha, interior e abas, para as rodas de todos os tipos	56,29%
Veículos rodoviários	35,20%
Papel e papelão	25,33%
Artigos de materiais plásticos	79,33%
Pesticidas	92,85%
Carnes e miudezas, comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas	58,83%

**Fonte:** CEPALSTAT, ferramenta SIGCI PLUS v2.0.0.

\*Apenas os 15 primeiros classificados segundo a quantidade de dólares comercializáveis.

\*\*O índice de Grubel e Lloyd varia entre zero e um, indicando puro comércio inter-indústria para zero e puro comércio intra-indústria para um. Na interpretação da própria ferramenta segue, a cor vermelha = apenas comércio inter-industrial; a cor amarela = potencial de comércio intra-industrial; a cor verde = indicação de comércio intra-industrial.

**Nota:** Elaborado pelo autor (2013).

Outra observação pertinente é que dentre os onze, apenas motores a pistão e veículos rodoviários possuem índice de comércio intra-indústria abaixo de 50%. Ainda, apenas dois produtos possuem índice de potencial de comércio intra-indústria (farinha e amido para preparos e papel e papelão), bem como, o trigo e o minério de ferro apresentaram índice de comércio inter-indústria.

O comércio intra-indústria para o intercâmbio entre o Brasil e o MERCOSUL vem crescendo ao longo do tempo, passando de cerca de 46% em 1994 para cerca de 64% em 1998 (VASCONCELOS, 2003). Ainda, o autor considerando os setores industrializados como um todo, inferiu durante o período de 1990 até 1998 que, excluindo os dois primeiros anos de vigência do MERCOSUL, o crescimento do intercâmbio deveu-se basicamente ao incremento no fluxo de comércio intra-indústria.

Desta forma, o índice GL para os 15 primeiros produtos demonstra que, além dos possíveis acordos de comércio firmados intrabloco, seja para aumentar o comércio intra-indústria dos países envolvidos ou não, o comércio intrabloco estaria contribuindo em maiores proporções que o comércio extrabloco para o aumento do comércio intra-indústria nas relações comerciais do MERCOSUL.

#### **4.3 Relações institucionais e acordos para o setor agrícola no MERCOSUL**

No referente aos acordos discutidos intrabloco, e sob a ótica da estrutura organizacional do MERCOSUL, o subgrupo de trabalho oito é o responsável para gerar recomendações na área de interesse da Agricultura. Ademais, Comissões, Grupos e o próprio Conselho do Mercado Comum podem determinar diretrizes, resoluções e decisões, respectivamente, pertinentes à Agricultura.

As recomendações (Apêndice A) disponíveis no *site* do Itamaraty e que integram esta pesquisa datam do período de 2002 até o ano de 2013, todavia para esta pesquisa foram utilizadas recomendações até o ano de 2012. Estas recomendações elaboradas correspondem a diferentes abordagens do setor, tais como: políticas públicas para a agricultura familiar a fim de promover igualdade de gênero no campo; política de gestão de riscos e seguro rural para a agricultura familiar, que promova o desenvolvimento sustentável do meio rural do ponto de vista socioeconômico, cultural e ambiental; elaboração de políticas diferenciadas de financiamento para a agricultura familiar, a fim de promover a produção e facilitar o comércio dos seus produtos; políticas específicas dirigidas à educação rural, que promovam práticas sociais e produtivas as pessoas do meio; políticas públicas regionais para o fortalecimento do setor vitivinícola; políticas públicas para as mulheres rurais com a finalidade de garantir a elas o direito à propriedade, o acesso e controle sobre a terra e outros ativos produtivos.



Sobre as recomendações elaboradas pelo subgrupo, se percebeu uma preocupação efetiva com a população rural e suas condições socioeconômicas. Neste sentido e com o auxílio do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), que desde 1997 por meio de empréstimos concedidos aos países do MERCOSUL, apoia a institucionalização das políticas de desenvolvimento rural e redução da pobreza, com compromissos entre os países membros e também com a participação de dois associados, a Bolívia e o Chile (FUNDO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA, 2012).

Mais recentemente em 2009 o MERCOSUL, com concordância do FIDA, decidiu criar o Fundo de Agricultura Familiar do MERCOSUL (FAF), onde, os países membros incorporaram em suas legislações nacionais sua participação no Fundo e atualmente estão plenamente encarregados do funcionamento e do seu financiamento (FUNDO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA, 2012).

Já referente às diretrizes (Apêndice B) estão disponíveis desde 1994 até 2013, sendo utilizadas as que satisfazem o interesse da pesquisa até o ano de 2012 e sendo deliberadas pelas Comissões de Trabalho do MERCOSUL. Em suma, as diretrizes de interesse desta pesquisa integram abordagens de intervenção e harmonização da legislação zoo e fitossanitária a fim de assegurar a condição zoo e fitossanitária de animais vivos, material genético, plantas e suas partes e outros produtos durante o transporte, após ter sido realizada a inspeção por autoridade sanitária competente.

Quanto às resoluções elaboradas pelo Grupo Mercado Comum (Apêndice C), estão disponíveis no período de 1991 até 2013, sendo utilizadas nesta pesquisa até o ano de 2012. Elas tratam de modo geral sobre questões zoo e fitossanitárias, como a harmonização de legislação, qualidade e conformidade de produtos específicos de origem animal e vegetal, certificação, trânsito internacional destes produtos, procedimento quarentenário, metodologias de análise, resíduos de produtos agrícolas, dentre outros. Ainda, seguem observações referentes aos animais de companhia, como normas sanitárias para caninos e felinos e a comercialização de material genético animal e vegetal.

Ainda cabe salientar que apenas duas resoluções que tratam de cadeias do setor agrícola foram mencionadas, uma relacionada ao setor vitivinícola e outra ao chamado complexo açúcar. Quanto ao primeiro, é sobre regulamento vitivinícola do MERCOSUL, devido à necessidade de uma norma regional que favoreça a circulação de produtos vitivinícolas nos Estados Partes e quanto ao segundo, uma resolução solicita uma comissão que avalie e proponha alternativas orientadas a formular uma política regional com relação ao complexo açúcar, pois, se precisa harmonizar políticas que envolvam o complexo

agroindustrial de cana de açúcar e beterraba, os combustíveis derivados dos hidrocarburetos e a contribuição que o uso do álcool carburante pode proporcionar à proteção do meio ambiente.

Referente às decisões elaboradas pelo Conselho do Mercado Comum (Apêndice D), estão disponíveis no período de 1991 até 2013, sendo utilizadas nesta pesquisa até o ano de 2012. As decisões tratam de assuntos similares às recomendações, diretrizes e resoluções, todavia, com um cunho mais heterogêneo, ou seja, ressalta desde a necessidade de prosseguir trabalhando na definição de um regime que permita a adequação do setor açucareiro à união aduaneira, bem como questões sanitárias relacionadas com o programa de ação MERCOSUL livre de febre aftosa. Este programa tem o objetivo de erradicar a febre e traz definições de prazos e metas com cronogramas. Dentre as outras decisões, também se encontram as de estabelecer um grupo de trabalho especial sobre biocombustíveis, devido à necessidade de fortalecer a cooperação em áreas estratégicas, e também, a discussão sobre um fundo para a agricultura familiar do MERCOSUL, criado com o objetivo de financiar os programas e projetos de incentivo a agricultura familiar, associado à necessidade de estabelecer e aperfeiçoar políticas públicas diferenciadas para este grupo, que promovam o desenvolvimento territorial rural sustentável nas suas dimensões socioeconômicas, cultural, ambiental e institucional com igualdade entre homens e mulheres, bem como fomentar a produção e facilitar o comércio dos produtos da agricultura familiar.

Ainda cabe salientar, que a participação dos Estados Associados se dá pela adesão ou não às recomendações, diretrizes, resoluções e decisões, portanto é inerente a cada país. Ao que se refere às questões do setor agrícola, se percebeu que a Bolívia e o Chile aderiram principalmente às medidas sanitárias estabelecidas pelos Estados Parte. Esta forma de adesão provavelmente facilite a comercialização entre estes países, bem como é uma forma de apoio dentro da estrutura de poder global, pois, para Hardt e Negri (2006, p. 304), “as regiões dominantes continuarão a se desenvolver, e as subordinadas continuarão a se subdesenvolver”.

Em relação aos acordos, “os principais desafios do MERCOSUL são propriamente internos; eles derivam, em grande medida, do protecionismo renitente que persiste nos dois grandes sócios, e também do soberanismo tradicional de sua cultura política e jurídica” (ALMEIDA, 2011). Já Simões (2010) traz que, o fim da visão do país vizinho como ameaça, passa por um envolvimento da sociedade em um processo de mudança de mentalidade, onde se possa ser reconhecido como mais favorável aos interesses e aspirações das populações, e

assim, sejam determinadas as medidas importantes para os passos futuros da integração regional.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Passados vinte anos da experiência integracionista, o MERCOSUL não conseguiu cumprir as metas estabelecidas no Tratado de Assunção, sendo a principal consolidar um Mercado Comum entre os Estados Partes, e não parece estar próximo de realizá-las. Ao longo dessas duas décadas, principalmente na última, o MERCOSUL pareceu ter se afastado de objetivos exclusivamente comerciais e econômicos, a fim de converter-se em um bloco dotado de interesses mais diversificados.

Todavia, existe um consenso formal entre os países membros – ora, se trata de obrigação “constitucional” – onde tem como objetivo primordial do MERCOSUL a integração das quatro economias. Esta integração seria por meio da livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, do estabelecimento da tarifa externa comum, da adoção de uma política comercial comum e da coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais, que até o presente momento não se encontram totalmente contempladas.

No plano estritamente comercial, o MERCOSUL não deixa de registrar desenvolvimentos satisfatórios de comercialização intrabloco, o que se torna perceptível com o crescimento quantitativo dos volumes de comércio, bem como com as relações comerciais externas. Já as relações comerciais brasileiras com o MERCOSUL iniciaram, em 1991, de patamares muito baixos atingindo elevados índices de comercialização em 2012, sendo que apenas os produtos considerados de média tecnologia representam atualmente mais de 50% da pauta de importação e exportação brasileira no MERCOSUL. Cabe aqui salientar que o contínuo crescimento das importações e exportações entre estes países pode ser visto como uma dependência de mercados globais. Ainda, devido os resultados apresentados se evidencia que o crescimento do intercâmbio comercial entre o Brasil e os demais países membros do MERCOSUL se deveu basicamente ao incremento no fluxo de comércio intra-indústria.

A contribuição do comércio intra-indústria para o crescimento do fluxo comercial brasileiro intrabloco foi evidenciada nos principais produtos estudados, tanto no ano de 1991 quanto no ano de 2012, pois obtiveram indicação de comércio intra-intustrial por meio do índice de comércio intra-indústria de Grubel e Lloyd. Neste sentido, se leva a crer que o comércio destes produtos manteve-se ao longo do tempo.

A ampliação das preferências comerciais com os demais Estados Partes vislumbrou para a região o mais importante mercado brasileiro para os produtos industriais de maior valor

agregado, tornando o Brasil como beneficiário deste contexto. Possivelmente a consolidação dessas estruturas de mercado intrabloco se deu pela necessidade de inserção de produtos manufaturados internacionalmente, onde em outros países o protecionismo era elevado e acabaram se desenvolvendo setores específicos de comércio entre os Estados Partes. Ainda esta consolidação dos setores específicos de comércio foi resultante da realização de acordos setoriais, ou seja, de um comércio administrado, não obtendo o mesmo otimismo na comercialização de produtos primários, onde se encontram os principais itens do setor agrícola que são exportados pelo Brasil. Portanto, se constata uma concentração regional da comercialização de produtos industrializados, sem perspectivas de um possível crescimento na comercialização de produtos agrícolas, exceto em duas situações distintas: na quebra de safra de algum produto que possua importância econômica para determinado país; e, ou em produtos nos quais algum dos países já se tornou dependente comercialmente, como no caso brasileiro, o trigo, por exemplo, importado da Argentina.

A participação do setor agrícola brasileiro na balança comercial com o MERCOSUL está definida principalmente por produtos primários, alguns processados e outros de maior tecnologia – como os fertilizantes –. Neste sentido, a análise realizada por nível tecnológico demonstrou que o setor agrícola possuiu as menores representatividades percentuais no ano de 2012, possivelmente se mantendo em 2013. Esta relação só será alterada quando houver mudança no dinamismo das importações de trigo brasileiras, pois conseqüentemente aumentaria o percentual de participação dos produtos primários, devido ao trigo argentino – que integra o setor agrícola – ser o principal produto na pauta de importação brasileira.

Os principais itens do setor agrícola comercializados pelo Brasil, nos dois anos analisados, foram: fertilizantes, farinha de trigo e centeio, carnes, leite e derivados, trigo e centeio em grãos. Quando se analisam as trocas comerciais no bloco, a participação do setor agrícola brasileiro dentre os principais itens comercializados é baixa, se restringido a um pequeno número de produtos, já supracitados. Possivelmente isto se explica devido às características histórico/culturais de colonização na América do Sul, e pela distinta realidade produtiva em relação aos demais continentes, que levou o Brasil a ser reconhecido entre os principais países produtores agrícolas do mundo. Conseqüentemente, a exportação de seus produtos para regiões que não possuem tal eficiência produtiva aumentou no decorrer das décadas, devido ao aumento de demanda, conciliado a um menor protecionismo para produtos do setor agrícola.

Em qualquer das hipóteses, não se pode reduzir a importância dos resultados positivos do bloco, como a consolidação de uma relação bilateral entre o Brasil e a Argentina e a

implementação de uma zona de livre comércio, que é relevante para cada um dos países, ainda que com deficiências funcionais e lacunas em diferentes setores. Porém, o resultado mais positivo é, de fato, o aumento do comércio e dos investimentos recíprocos entre os membros e, a partir daí, a ampliação dos intercâmbios com os demais vizinhos, começando pelos dois associados, Chile e Bolívia.

De modo mais específico, os resultados sobre os índices de vantagem comparativa revelada para importações e exportações dos produtos estudados do setor agrícola demonstraram que apenas o café no ano de 1991 possuía uma desvantagem competitiva, quanto aos demais produtos comercializados intrabloco pelo Brasil, estes obtiveram vantagem competitiva. Já sobre o índice de comércio intra-indústria para os produtos agrícolas estudados, a maioria enquadrou-se como potencial de comércio intra-industrial.

Todas estas ponderações evidenciam que para o Brasil o MERCOSUL não é a melhor opção na comercialização de produtos do setor agrícola, pois o foco de intercâmbio se dá em produtos com maior tecnologia e conseqüentemente maior valor agregado, característicos de um mesmo segmento industrial.

Quanto aos acordos comerciais relacionados ao setor agrícola, em suma, são característicos de delimitações e requisitos zoológicos e fitossanitários para a comercialização de animais e plantas e material genético, onde os Estados Associados podem aderir a tais exigências para o intercâmbio entre os demais países.

Resguardando as limitações da análise, o presente trabalho se propôs a apresentar uma visão geral das relações comerciais existentes sob a ótica de produtos do setor agrícola, segundo uma sistematização que se espera ser útil para eventuais etapas posteriores. Assim, a fim de complementar a discussão do trabalho seguem algumas sugestões. A realização dos cálculos de índice de complementariedade comercial e o nível de proteção tarifária nominal para os dez principais itens comercializáveis, bem como os cálculos realizados para cada produto de modo bilateral, ou seja, feito para as negociações comerciais a cada dois países, trará um resultado agregador das relações comerciais bilaterais, bem como fazendo jus a uma análise setorial mais detalhada. Ainda, uma análise comparativa da Política Agrícola Comum da União Europeia, traria maiores noções de capacidade de ação em diferentes vertentes para o setor agrícola do MERCOSUL, com possíveis políticas que possam auxiliar, subsidiar e até mesmo desenvolver o setor de modo competitivo.

## REFERÊNCIAS

ACN BRASIL. **50 maiores economias do mundo 2013**. [S.l.]. 2013. Disponível em: <<http://www.acnbrasil.com.br/noticias/50-maiores-economias-do-mundo-2013/>>. Acesso em: 7 out 2013.

ALBUQUERQUE, J. A. G. **Relações Internacionais Contemporâneas: a ordem mundial depois da guerra fria**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

ALMEIDA, P. R. O desenvolvimento do MERCOSUL: progressos e limitações. **Revista Espaço da Sophia**, Tomazina, v. 1, n. 43, p. 63, 80, 2011.

ALVES, L. R. A.; BARROS, G. S. C.; BACCHI, M. R. P. Produção e exportação de algodão: efeitos de choques de oferta e de demanda. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 62, n. 4, oct-dec, 2008.

ARENAL, C. del. **Introducción a las relaciones internacionales**. 3. ed. rev. y ampl. Madrid: Tecnos, 1990.

AVERBUG, A. A abertura e integração comercial brasileira na década de 90. **BNDES**, [S.l.]. [1999?]. Disponível em: <[http://www.bndespar.com.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro/eco90\\_02.pdf](http://www.bndespar.com.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro/eco90_02.pdf)>. Acesso em: 07 out. 2013.

BAER, W.; COES, D. V. As políticas norte-americanas e a dívida e comércio da América Latina. **Revista de Economia Política**, v. 10, n. 3, julho-setembro, p. 5-21, 1990. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/39-1.pdf>>. Acesso em: 7 out. 2013.

BAIROCH, P. Globalization myths and realities: one century of external trade and foreign investment. In: BOYER, R.; DRACHE, D. **States Against Markets: the limits of globalization**. London, New York: Routledge, 1996.

BALASSA, B. Trade liberalization and revealed comparative advantage. **Manchester School of Economic and Social Studies**. Oxford, v. 33, n. 2, p. 99-123, 1965.

BALASSA, B. **Comércio Internacional**. Rio de Janeiro: Victor Publicações LTDA, 1970.

BALASSA, B. Intra-industry specialization: a cross-country analysis. **European Economic Review**, Amsterdam, v. 30, n. 1, p. 27–42, 1986.

BALASSA, B. **Teoria da Integração Econômica**. 2. ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1961.

BALASSA, B. et. al. **Uma nova fase de crescimento para a América Latina**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986.

BARRY JONES, R. J. **Globalization and Interdependence in the International Political Economy**: reality and rhetoric. London and New York: Pinter, 1995.

BEM, J. S. **Estado e economia na América Latina**: a construção do pensamento Neo-estruturalista Cepalino. Porto Alegre, 2005. Disponível em: <[http://www.ufrgs.br/PPGE/pcientifica/2005\\_10.pdf](http://www.ufrgs.br/PPGE/pcientifica/2005_10.pdf)>. Acesso em: 07 out. 2013.

BERGSTRAND, J. H. The Heckscher-Ohlin-Samuelson model, the linder hypothesis and the linder hypothesis and the determinants of bilateral intra-industry trade. **The Economic Journal**, v. 100, p. 1216-1229, dec, 1990.

BIBLIOTECA VIRTUAL DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. História da exportação de produtos no Brasil. **Biblioteca Virtual do Governo do Estado de São Paulo**, São Paulo, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.bibliotecavirtual.sp.gov.br/pdf/temasdiversos-historiadaexportacao.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2013.

BANCO INTER-AMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **Informe Mercosur**, Buenos Aires, n. 1, 1996. Disponível em: <<http://www.iadb.org/intal/>>. Acesso em: 2 nov. 2013.

BRASIL. Portal Brasil. **Blocos Políticos e Econômicos**. [2010?]. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/sobre/o-brasil/brasil-no-exterior/blocos-politicos-e-economicos>>. Acesso em: 11 dez. 2012.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Intercâmbio comercial do agronegócio**: principais mercados de destino. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio. – Brasília: Mapa/ACS, 2011. Disponível em: <[http://www.agricultura.gov.br/arq\\_editor/file/MAIS%20DESTAQUES/Agronegocio\\_2011.pdf](http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/MAIS%20DESTAQUES/Agronegocio_2011.pdf)>. Acesso em: 09 de abr. 2013.

BOUZAS, R. MERCOSUL, dez anos depois: processo de aprendizado ou déjà-vu? **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, n. 68, p. 26-37, 2001.



BUCKLEY, P. J.; GHAURI, P. N. Globalisation, economic geography and the strategy of multinational enterprises. **Journal of international Business Studies**, Estados Unidos da América, v. 35, p. 81-98, 2004.

CANDEAS, A. W. Relações Brasil-Argentina: uma análise dos avanços e recuos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 48, n. 1, p. 178-213, 2005. Disponível em: <<http://www.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2008/01363.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2013.

CARVALHO, F. J. C. **Bretton Woods aos 60 anos**. [200-]. Disponível em: <[http://www.ie.ufrj.br/moeda/pdfs/bretton\\_woods\\_aos\\_60\\_anos.pdf](http://www.ie.ufrj.br/moeda/pdfs/bretton_woods_aos_60_anos.pdf)>. Acesso em: 7 out. 2013.

CENTRO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. **MERCOSUL nos Próximos Vinte Anos**. 2010. Disponível em: <[http://www.cebri.org/midia/documentos/resumo\\_mesa\\_redonda\\_-\\_10.11.2010.pdf](http://www.cebri.org/midia/documentos/resumo_mesa_redonda_-_10.11.2010.pdf)>. Acesso em: 7 out. 2013.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Makron, 1996.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE. **O Brasil e seus vizinhos na América do Sul: sumário executivo**. 2007. Disponível em: <<http://www.cepal.org/publicaciones/xml/6/32306/LCBRSR189NotaBrasilRBaumann.pdf>>. Acesso em: 7 out. 2013.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE. O caráter histórico e multidimensional da globalização. In: CEPAL (Org.). **Globalização e Desenvolvimento**. [S.l.: s.n.]. p. 15 – 27, 2002. Disponível em: <<http://www.eclac.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/9/10029/P10029.xml&xsl=/tpl/p9f.xsl&base=/tpl/top-bottom.xsl>>. Acesso em: 22 maio 2013.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE. **O que é CEPALSTAT?**. [S.l.]. 2013. Disponível em: <[http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/WEB\\_CEPALSTAT/acercaDe.asp?idioma=i](http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/WEB_CEPALSTAT/acercaDe.asp?idioma=i)>. Acesso em: 7 out. 2013.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE. **Uruguay en el Mercosur: perspectivas del comercio intrarregional**, Montevidéo: CEPAL, 1999.

CERNY, P. G. Globalization and the changing logic of collective action. **International Organization**, Cambridge, v. 49, n. 4, p. 595-625, 1995. Disponível em: <<http://journals>>.

cambridge.org/action/displayAbstract?fromPage=online&aid=4310980>. Acesso em: 4 mar. 2013.

COELHO, T. M. S. B. **Integração Económica Regional**: que perspectivas para Timor Leste (a ASEAN e o grupo ACP). 2003. 201 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional) – Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2003.

COLLE, C. A. **A cadeia produtiva do trigo no Brasil**: contribuição para a geração de renda e emprego. 1998. 153 f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

CONVERSI, D. The Limits of Cultural Globalisation?. **Journal of Critical Globalisation Studies**, London, v. 3, p. 36-59, 2010.

COSTA, R. S. O MERCOSUL e a integração da América do Sul. In: CEPIK, M. (Org.). **América do Sul**: economia e política da integração regional. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Declaração do Iguaçu**. Foz do Iguaçu, 1985. Disponível em: <<http://www.tempopresente.org/attachments/article/5798/01%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20do%20Igua%C3%A7u.pdf>>. Acesso em: 6 dez. 2012.

DIAS, R. **Relações internacionais**: introdução ao estudo da sociedade internacional global. São Paulo: Atlas, 2010.

DIAS, V.P.; FERNANDES, E. Fertilizantes: uma visão global sintética. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 97-138, set. 2006. Disponível em: <[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/set2404.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/set2404.pdf)>. Acesso em: 12 nov. 2013.

EITHER, W. The new regionalism. **The Economic Journal**. v. 108, n. 449, p. 1149-1161, 1998. Disponível em: <<http://people.ds.cam.ac.uk/mb65/library/ethier.1998.pdf>>. Acesso em: 7 out. 2013.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. Consumo, mercado e comercialização do arroz no Brasil. **Cultivo do Arroz Irrigado no Brasil**. (Embrapa Clima Temperado. Sistemas de Produção, 3). 2005.

FARIA, L. A. E.; COUTINHO, C. R. **Relações Comerciais e integração na América do Sul**. [S.l.]. 2010. Disponível em: <[http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/publicacoes/pg\\_tds\\_detalhe.php?ref=084](http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/publicacoes/pg_tds_detalhe.php?ref=084)>. Acesso em: 2 nov. 2013.

FAWCETT, L. Regionalism in historical perspective. In: FAWCETT, L.; HURRELL, A. (Org). **Regionalism in world politics: regional organization and international order**. Oxford: Oxford University Press. 2000. Disponível em: <<http://www.ucss.ge/TSC%20-Week%2001-2.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2013.

FUNDO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA. **Programa Regional FIDA MERCOSUL**. [S.l.]. 2012. Disponível em: <<http://fidamercosur.org/site/index.php/pt-historico>>. Acesso em: 2 nov. 2013.

FREITAS, C. A.; NICOLA, D. S.; FOSSATI, D. M. Avaliando a competitividade internacional das *commodities* brasileiras negociadas na BM&F, no período de 1990-2003. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL: Instituições, Eficiência, Gestão e Contratos no Sistema Agroindustrial, 43., 2005, Ribeirão Preto, São Paulo. **Anais...** Ribeirão Preto, São Paulo: [s.n.], jul., 2005.

FRIEDMANN, H.; MCMICHAEL, P. Agriculture and State System. **Sociologia Ruralis**, Wageningen, v. 29, n. 2, p. 93-117. 1989.

GAVELIN, L.; LUNDBERG, L. Determinants of intra-industry trade: testing some hypotheses on Swedish trade data. In: THARAKAN, P. K. M. E. (Org.). **Intra-Industry Trade: empirical and methodological aspects**. Amsterdam: North-Holland, p. 161-200, 1983.

GIBSON, P. et al. **Profiles of Tariffs in Global Agricultural Markets: Market and Trade Economics Division, Economic Research Service, U.S.** Washington, DC: Department of Agriculture, 2001. (Relatório Econômico Agrícola, 796). Disponível em: <<http://www.ers.usda.gov/media/919871/aer796.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2013.

GIERSCH, H. Economic Union Between Nations and the Location of Industries. **The Review of Economic Studies**, v. 17, n. 2, p. 87-97, 1949. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2295866>>. Acesso em: 2 out. 2013.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. 8. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.

GRUBEL, H. G.; LLOYD, P. J. **Intra-Industry Trade**: the theory and measurement of international trade in differentiated products. Macmillan: London, 1975.

GUERRA, S. Mercosul: do Ideal Bolivariano para a Realidade Atual (e quem sabe futura?). **Revista de la Secretaría del Tribunal Permanente de Revisión**, Asunción, Paraguay, v. 1, n. 1, 2013. Disponível em: <[www.revistastpr.com/index.php/rstpr/article/view/14/17](http://www.revistastpr.com/index.php/rstpr/article/view/14/17)>. Acesso em: 13 mar. 2013.

HARDT, M; NEGRI, A. **Império**. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

HAVRYLYSHYN, O.; CIVAN, E. Intra-industry trade and the stage of development: a regression analysis of industrial and developing countries. In: THARAKAN, P. K. M. E. (Org.). **Intra-Industry Trade**: empirical and methodological aspects. Amsterdam: North-Holland, p. 111–140, 1983.

HELPMAN, E. International trade in the presence of product differentiation, economies of scale and monopolistic competition: a Chamberlin-Heckscher- Ohlin approach. **Journal of International Economics**, North-Holland, v. 11, n.3 , p. 305–340, 1981.

INSTITUTO DE ESTUDOS DO COMÉRCIO E NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS. **Políticas e Negociações Comerciais**. [S.l.]. 2007. Disponível em: <[http://www.iconebrasil.org.br/pt/?actA=15&area ID=14&secaoID=28&faq\\_assuntoID=5](http://www.iconebrasil.org.br/pt/?actA=15&area ID=14&secaoID=28&faq_assuntoID=5)>. Acesso em: 11 dez. 2012.

JAUMOTTE, A. **La Mondialisation, opportunité ou fatalité?**. [S.l.]: Universidade Livre de Bruxelas, 2002.

KLEINKNECHT, A.; WENGEL, J. The myth of economic globalization. **Cambridge Journal of Economics**, Cambridge, v. 22, p. 637-647, 1998. Disponível em: <<http://cje.oxfordjournals.org/content/22/5/637>>. Acesso em: 04 mar. 2013.

KRUGMAN, P. R. Intra-industry specialization and gains from trade. **Journal of Political Economy**, Chicago, v. 89, n..5, p. 959–973. 1981.

KRUGMAN, P. R. **Development, geography and economic theory**. Cambridge: MIT, 1995.

KRUGMAN, P. H.; OBSTFELD, M. **Economia internacional**: teoria e política. São Paulo: Makron Books, 2001.

LACERDA, A. C. O Brasil na economia globalizada. **Revista Gestão & Planejamento**, Salvador, v. 1, n. 4, 2001. Disponível em: <<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rgb/article/view/157/160>>. Acesso em: 2 out. 2013.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2010.

LEMOS, C.; AZEVEDO, A. F. Z. As exportações brasileiras do setor automotivo para o MERCOSUL: desvio ou supressão de comércio? In: ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE, 5., 2011, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UDESC, 2011. Disponível em: <[http://www.apec.unesc.net/V\\_EEC/sessoes\\_tematicas/Economia%20industrial,%20ci%C3%A2ncia,%20tecnologia%20e%20inova%C3%A7%C3%A3o/AS%20EXPORTA%C3%87%C3%95ES%20BRASILEIRAS%20DO%20SETOR%20AUTOMOTIVO%20PARA%20O%20MERCOSUL.pdf](http://www.apec.unesc.net/V_EEC/sessoes_tematicas/Economia%20industrial,%20ci%C3%A2ncia,%20tecnologia%20e%20inova%C3%A7%C3%A3o/AS%20EXPORTA%C3%87%C3%95ES%20BRASILEIRAS%20DO%20SETOR%20AUTOMOTIVO%20PARA%20O%20MERCOSUL.pdf)>. Acesso em: 2 nov. 2013.

LEVITT, T. The globalization of markets. **Harvard Business Review**, Boston, v.1 , n.3 , p. 92–102, maio/jun., 1983.

LIMA, N. MERCOSUL: força econômica com unidade política. **São Carlos Dia e Noite**, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.saocarlosdiaenoite.com.br/Imno/opniao/item/32626-mercosul-for%C3%A7a-econ%C3%B4mica-com-unidade-pol%C3%ADtica>>. Acesso em: 2 nov. 2013.

LOPES, M. Subsídios para o Futuro: debate se Agruanalysis indica o que negociar para 2005. **Agroanalysis**. São Paulo: FGV, 2003. p. 6-15. Disponível em: <<http://www.iconebrasil.org.br/arquivos/noticia/2531.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2013.

MACHADO, J. B. **MERCOSUL - Processo de Integração**: origem, evolução e crise. São Paulo: Aduaneiras, 2000.

MAIA, S. F. Impactos da abertura econômica sobre as exportações agrícolas brasileiras: análise comparativa. In: CONGRESSO BRASILEIRO DA SOCIEDADE BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 40., 2002, Passo Fundo. **Anais...** Passo Fundo: SOBER, 2002. p. 1-20. 1 CD-ROM.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio. Balança Comercial do Agronegócio – Dezembro/2012. **Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio**. [S.l.]. 2012. Disponível em: <[https://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:Y\\_c6MUPWKcJ:www.agricultura.gov.br/arq\\_editor/file/0arquivos/12\\_%2520Dezembro%25202012.doc+principais+blocos+parceiros+comerciais+do+agroneg%C3%B3cio+em+2012&hl=pt-BR&pid=bl](https://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:Y_c6MUPWKcJ:www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/0arquivos/12_%2520Dezembro%25202012.doc+principais+blocos+parceiros+comerciais+do+agroneg%C3%B3cio+em+2012&hl=pt-BR&pid=bl)>

&srcid=ADGEESi5xylV3Pn8h01oKHON\_3vMhcqeDeNpu5z1JS10Vv3PL-wqkBQ-6MNA X7bzvL-gKIdJxcjWDrXApRFAFjrYHc4ms2iz107raIpdAC9U4kbN8sM73XMJKG6z6-p26Hy8etBKsC\_&sig=AHIEtbRwQdSgVSFxo8EPIVvKVd2W3pv8-g>. Acesso em: 9 abr. 2013.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Acordos e Negociações Comerciais: MERCOSUL. **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento** [S.l.]. [200-]. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/internacional/acordos-comerciais/mercosul>>. Acesso em: 13 mar. 2013.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARIANO, K. P. Globalização, integração e o estado. **Revista Lua Nova**, São Paulo, v. 71, p.123-168, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n71/04.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2013.

MAY, T. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. Estratégia Brasileira de Exportação: 2008-2010. **Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior**. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <[http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl\\_1220468182.pdf](http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1220468182.pdf)>. Acesso em: 6 dez. 2012.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. Exportações brasileiras mantêm patamar elevado em 2012. **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/noticia.php?area=5&noticia=12078>>. Acesso em: 9 abr. 2013.

MERCADO COMUM DO SUL. Ministério das Relações Exteriores. Cronologia do MERCOSUL. **Ministério das Relações Exteriores**. Brasília, DF, [2012]. Disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br/cronologia>>. Acesso em: 23 fev. 2013.

MERCADO COMUM DO SUL. Ministério das Relações Exteriores. **Evolução recente do comércio intrazona**. **Ministério das Relações Exteriores**. Brasília, DF, [2010?]. Disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br/principais-tema-da-agenda-do-mercosul/dados-basicos-e-principais-indicadores-economicos-comerciais/evolucao-recente-do-comercio-intrazona/>>. Acesso em: 11 dez. 2012.

MERCADO COMUM DO SUL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao MERCOSUL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.** Brasília, DF, 2006. Disponível em: <[http://www.agricultura.gov.br/portal/pls/portal/!PORTAL.wwpob\\_page.show?\\_docname=72259.PDF](http://www.agricultura.gov.br/portal/pls/portal/!PORTAL.wwpob_page.show?_docname=72259.PDF)>. Acesso em: 11 dez. 2012.

MERCADO COMUM DO SUL. Ministério das Relações Exteriores. **Protocolo de Olivos para a Solução de Controvérsias no Mercosul. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.** Brasília, DF, 2004. Disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br/normativa/tratados-e-protocolos/protocolo-de-olivos-1/>>. Acesso em: 6 dez. 2012.

MERCADO COMUM DO SUL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Protocolo de Ouro Preto Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção sobre a Estrutura Institucional do MERCOSUL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.** Brasília, DF, 1994. Disponível em: <[http://www.agricultura.gov.br/portal/pls/portal/!PORTAL.wwpob\\_page.show?\\_docname=72256.PDF](http://www.agricultura.gov.br/portal/pls/portal/!PORTAL.wwpob_page.show?_docname=72256.PDF)>. Acesso em: 6 dez. 2012.

MERCADO COMUM DO SUL. Ministério das Relações Exteriores. **Tratado para a Constituição de um Mercado Comum entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai. Ministério das Relações Exteriores.** Brasília, DF, 1991. Disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br/tratados-e-protocolos/tratado-de-assuncao-1>>. Acesso em: 6 dez. 2012.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. MERCOSUL consolida negociações extra regionais. **Ministério das Relações Exteriores.** Brasília, DF, [200-] Disponível em: <[http://www.fecomerciomg.org.br/pdfs/comex\\_estudos\\_mercosul\\_consolidada.pdf](http://www.fecomerciomg.org.br/pdfs/comex_estudos_mercosul_consolidada.pdf)>. Acesso em: 09 abr. 2013.

MIRANDA, J. C. R. **Abertura comercial, reestruturação industrial e exportações brasileiras na década de 1990.** Brasília: IPEA, 2001.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MORE, R. F. Integração Econômica Internacional. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, v. 59, 1998. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/3307/integracao-economica-internacional>>. Acesso em: 23 fev. 2013.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. América do Sul e Integração Regional: MERCOSUL. **Ministério das Relações Exteriores**, Brasília, DF, 2013. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/america-do-sul-e-integracao-regional/mercosul>>. Acesso em: 11 abr. 2013.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Ata de Buenos Aires. **Ministério das Relações Exteriores**, Brasília, DF, 1990. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1990/b\\_24\\_2011-10-17-15-48-37/](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1990/b_24_2011-10-17-15-48-37/)>. Acesso em: 6 dez. 2012.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Tratado da Bacia do Prata. . **Ministério das Relações Exteriores**, Brasília, DF, 1970. Disponível em: <[https://www.dpc.mar.mil.br/sta/depto\\_traquav/hidrovia/TratBcPrata.pdf](https://www.dpc.mar.mil.br/sta/depto_traquav/hidrovia/TratBcPrata.pdf)>. Acesso em: 22 maio 2013.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Tratado de Cooperação Amazônica. **Ministério das Relações Exteriores**, Brasília, DF, 1978. Disponível em: <[http://www.otca.info/portal/admin/\\_upload/tratado/O\\_TRATADO\\_DE\\_COOPERACAO\\_AMAZONICA\\_PT.pdf](http://www.otca.info/portal/admin/_upload/tratado/O_TRATADO_DE_COOPERACAO_AMAZONICA_PT.pdf)>. Acesso em: 22 maio 2013.

BLOCOS ECONÔMICOS. O que são Blocos Econômicos. **Blocos Econômicos**, [S.l.] [200-]. Disponível em: <[http://blocos-economicos.info/mos/view/O\\_que\\_s%C3%A3o\\_Blocos\\_Econ%C3%B4micos/index.html](http://blocos-economicos.info/mos/view/O_que_s%C3%A3o_Blocos_Econ%C3%B4micos/index.html)>. Acesso em: 23 fev.2013.

OHMAE, K. **O estrategista em ação: a arte japonesa de negociar**. São Paulo: Pioneira, 1985.

OLIVEIRA, I. T. M. **A Regulação do Comércio Internacional Agrícola: histórico e perspectivas**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, DF, 2011. Texto para discussão 1651. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1651.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1651.pdf)>. Acesso em: 09 abr. 2013.

PETRELLA, R. Globalization and internationalization: the dynamics of the emerging world order. In: BOYER, R.; DRACHE, D. (Org.). **States against markets: the limits of globalization**. London and New York: Routledge, 1998.

PIRES, M. M.; GOMES, M. F.; ALVES, J. M. Fatores de crescimento das receitas das exportações brasileiras de café. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL – DINÂMICA SETORIAIS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 42., 2004, Cuibá. **Anais...** Cuibá: [s.n.], 2004.



PORTER, M. E. **Vantagem competitiva: criando e sustentando um desempenho superior.** Rio de Janeiro: Campus, 1990.

REICH, S. **What is Globalization?:** four possible answers. 1998. (Working Paper).

RESENDE, R. M. **Relações entre o MERCOSUL e as exportações brasileiras de café.** 2001. 104 f. Tese (Dourado em Economia Aplicada) – Faculdade de Economia. Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, 2001.

RICARDO, D. **Princípios de Economia Política e Tributação.** 3. ed. São Paulo: Nova Cultura, 1988.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRÍGUEZ-POSE, A.; GILL, N. How does trade affect regional disparities? **World Development**, Oxford, v. 34, n. 7, p. 1201–1222, 2006.

RODRIK, D. **Has Globalization Gone Too Far?.** [S.l.]: Institute for International Economics, 1997.

RUIGROK, W.; VAN TULDER, R. **The Logic of International Restructuring.** London and New York: Routledge, 1995.

SALACUSE, J. W. Lessons for practice. In: ZARTMAN, I.W.; RUBIM, J. Z. (Org.). **Power & negotiation.** Michigan: University Michigan Press: IIASA, 2002.

SALVATORE, D. **Economia Internacional.** São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1978.

SARQUIS, J. B. S. **Comércio Internacional e Crescimento Econômico no Brasil.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, H. C. M. **Da substituição de importações à substituição de exportações: a política de comércio externa brasileira de 1945 a 1979.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. A pesquisa científica. In: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SIMÕES, A. J. F. **Integração**: sonho e realidade na América do Sul. Brasília: FUNAG, 2010.

SIQUEIRA, T. V. A cultura do café: 1961-2005. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 22, p. 205-270, 2005. Disponível em: <[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/set2207a.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/set2207a.pdf)>. Acesso em: 12 nov. 2013.

SMITH, A. **An Inquiry Into the Nature and Causes of the Wealth of Nations**. 6. ed. Londres: Mathuen and Co. LTD, 1950.

SOUZA, N. J. **Uma introdução à história do pensamento econômico**. [200-]. Disponível em: <[http://www.nalijsouza.web.br.com/introd\\_hpe.pdf](http://www.nalijsouza.web.br.com/introd_hpe.pdf)>. Acesso em: 07 out. 2013.

STEGER, Manfred. **A globalização**. Santa Maria da Feira: Quasi Edições, 2006.

TERRA. **Brasil importa 50 vezes mais trigo dos Estados Unidos**. Operações Empresariais, Terra. 2013. Disponível em: <<http://economia.terra.com.br/operacoes-cambiais/operacoes-empresariais/brasil-importa-50-vezes-mais-trigo-dos-estados-unidos,5bd9176d282a0410VgnVCM20000099cceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 12 nov. 2013.

THARAKAN, P. K. M. Measurement and determinants of intra-industry international trade. In: THARAKAN, P. K. M. E. (Org.). **Intra-Industry Trade**: empirical and methodological aspects. Amsterdam: North-Holland, p. 201–253. 1990.

VASCONCELOS, C. R. F. O Comércio Brasil-Mercosul na Década de 90: uma análise pela ótica do comércio intra-indústria. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 1, jan./mar., 2003.

VIEGAS, W. **Fundamentos lógicos da metodologia científica**. 3. ed. rev. Brasília: Ed. Unb, 2007.

VON CLAUSEWITZ, C. **On War**. 1946. E-book produzido por Charles Keller e David Widger, 2006. Disponível em: <<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&sqi=2&ved=0CDYQFjAB&url=https%3A%2F%2Fedcat.unimuenster.de%2Fpub%2Fbscw.cgi%2Fd12517640%2FClausewitz%2520%2522On%2520War%2522.pdf&ei=6aR3UqeUNIfPkQe55oGgCg&usq=AFQjCNFwqcX5k6N637OPdYt4n5zBJiybQ&bvm=bv.55819444,d.eW0>>. Acesso em: 22 maio 2013.

ZANDONADI, R. Consumo Interno de Trigo. **Revista Trigo e Soja**, Porto Alegre, n. 39, p. 8-11, fev., 1979.

## Apêndice A – Recomendações elaboradas pelo grupo de trabalho agricultura

Ano	Código	Objetivo ou assunto
2008	MERCOSUL/CMC/REC. N° 06/08	Recomendações sobre diretrizes para igualdade de gênero em políticas públicas para a agricultura familiar, objetivando promover políticas universais com implantações de ações afirmativas para as mulheres por meio de ações e programas de acesso a terra, a créditos e mercados, além de assistência técnicas, entre outros.
2009	MERCOSUL/CMC/REC N° 03/09	Recomendações sobre diretrizes de uma política de gestão de riscos e seguro rural para a agricultura familiar devido à necessidade de estabelecer e aperfeiçoar políticas públicas diferenciadas para a agricultura familiar, que promovam o desenvolvimento sustentável do meio rural do ponto de vista socioeconômico, cultural e ambiental, bem como a igualdade entre homens e mulheres, por meio de políticas de gestão de riscos, formuladas para atender as características e necessidades específicas da agricultura familiar.
2010	MERCOSUR/CMC/REC. N° 05/10	Recomendações sobre diretrizes para a elaboração de políticas diferenciadas de financiamento para a agricultura familiar, a fim de promover a produção e facilitar o comércio dos produtos por meio do desenvolvimento de mecanismos de financiamento, do fortalecimento e desenvolvimento institucional de organizações, de formulação e gestão das políticas de financiamento, dentre outros.
2011	MERCOSUL/CMC/REC. N° 02/11	Recomendações sobre políticas específicas dirigidas à educação rural, que promovam práticas sociais e produtivas em diferentes modalidades, por meio de medidas urgentes voltadas à superação do analfabetismo no campo, promovendo processos educativos que articulem alfabetização contextualizada e escolarização, dentre outros.
2012	MERCOSUL/CMC/REC. N° 02/12	Recomendações sobre políticas públicas regionais para o fortalecimento do setor vitivinícola, com o objetivo de promover o fortalecimento do setor vitivinícola regional que contribuam para o aumento da competitividade da vitivinicultura, bem como para o fortalecimento dos atores participantes

Continua...

Continua...

		da cadeia produtiva, por meio da proteção e do crescimento do capital social da vitivinicultura e desenvolvimento e fortalecimento dos organismos relacionados.
2012	MERCOSUL/CMC/REC. N° 07/12	Recomendações sobre a promoção de políticas públicas para as mulheres rurais com a finalidade de garantir a elas o direito à propriedade, o acesso e controle sobre a terra e outros ativos produtivos, dentre outras relevâncias.

**Apêndice B – Diretrizes elaboradas pelas comissões de trabalho**

Ano	Código	Objetivo ou assunto
1996	MERCOSUL/CCM/DIR N°16/96	Diretrizes sobre a divulgação de intervenções zoo e fitossanitárias devido ao ingresso em outro Estado Parte, de animais, vegetais ou suas partes, produtos e subprodutos e derivados, pois se deve respeitar os meios necessários que deverão cumprir os usuários para poder ingressar em outro Estado Parte.
1997	MERCOSUL/CCM/DIR N° 17/97	Diretrizes sobre a harmonização de selos sanitários, devido à necessidade de assegurar a condição zoo e fitossanitária de animais vivos, material genético, plantas e suas partes e outros produtos durante o transporte, após ter sido realizada a inspeção por autoridade sanitária competente.

### Apêndice C – Resoluções elaboradas pelo grupo de trabalho

Ano	Código	Objetivo ou assunto
1992	MERCOSUL/GMC/RES. N° 21/92	Resolução cria uma comissão que avalie e proponha alternativas orientadas a formular uma política regional com relação ao complexo açúcar, devido à necessidade de harmonizar políticas que envolvam o complexo agroindustrial de cana de açúcar e beterraba, os combustíveis derivados dos hidrocarburetos e a contribuição que o uso do álcool carburante pode proporcionar a proteção do meio ambiente.
1992	MERCOSUL/GMC/RES. N° 45/92	Resolução cria proposta sobre sistema regional harmonizado de registros de produtos fitossanitários, devido à necessidade de minimizar as assimetrias existentes em relação aos procedimentos de registro de produtos fitossanitários nos países integrantes.
1993	MERCOSUL/GMC/RES N° 02/93	Resolução sobre a encomendar aos organismos nacionais competentes dos Estados Partes o desenvolvimento de estudos e ações necessárias para estabelecer um sistema regional harmonizado de produtos fitossanitários.
1993	MERCOSUL/GMC/RES. N° 29/93	Resolução sobre aprovação de um sistema de convalidação do certificado de registro dos produtos veterinários com normas harmonizadas e as disposições legislativas, regulamentares e administrativas necessárias para dar cumprimento ao sistema.
1993	MERCOSUL/GMC/RES. N° 30/93	Resolução sobre aprovação de um certificado fitossanitário único para as transações intra MERCOSUL.
1993	MERCOSUL/GMC/RES. N° 31/93	Resolução sobre o regulamento técnico para a fixação da identidade e da qualidade do leite em pó para consumo humano.
1993	MERCOSUL/GMC/RES. N° 34/93	Resolução sobre princípios fitossanitários para o trânsito internacional de produtos de origem vegetal, objetivando harmonizar as regulamentações que os países membros aplicam ao trânsito de vegetais, suas partes produtos e subprodutos, de maneira tal que as medidas aplicadas representem o menor grau de interferência ao livre comércio, sendo compatíveis com a salvaguarda da segurança fitossanitária dos países transitados e também aprovado um conjunto de princípios de quarentena vegetal em relação ao comércio internacional.

Continua...

Continua...

1993	MERCOSUL\GMC\RES N° 44/93	Resolução sobre registro de produtos veterinários, objetivando facilitar a circulação de produtos veterinários entre os países membros, dando cumprimento às mais estritas normas de qualidade, eficiência e segurança.
1993	MERCOSUL/GMC/RES. N° 55/93	Resolução sobre requerimentos quarentenários para pêssego, tabaco, uva, alho, cebola, tomate, pimentão, citros, batata, maçã e pêra, a partir da consideração dos standards e lineamentos internacionais e regionais na matéria e no disposto pelo acordo sanitário e fitossanitário.
1993	MERCOSUL/GMC/RES. N° 66/93	Resolução sobre praga quarentenária de produtos de origem vegetal, com objetivo de limitar a aplicação de medidas quarentenárias que interferem no livre comércio de produtos de origem vegetal entre os Estados Partes aquelas dirigidas a minimizar o risco de introdução no território de um, adotando definições e critérios sobre pragas quarentenárias.
1993	MERCOSUL/GMC/RES. N° 67/93	Resolução sobre normas sanitárias para a importação de animais, sêmen, embriões e ovos férteis de países extra regionais, a fim de facilitar a circulação de produtos animais entre os Estados Partes.
1994	MERCOSUL/GMC/RES N° 2/94	Resolução sobre harmonização da metodologia de análise de sementes, que visa adotar a metodologia de análise de sementes e auxilia no comércio de sementes tanto no âmbito intra regional como extra regional.
1994	MERCOSUL/GMC/RES N° 23/94	Resolução sobre resíduos de praguicidas em produtos agrícolas <i>in natura</i> , que objetiva fixar os limites máximos de resíduos de praguicidas agrícolas nos produtos: arroz, cebola, morango, maçã, pêra, batata e tomate.
1994	MERCOSUL\GMC\RES. N° 53/94	Resolução sobre critérios para definir as prioridades de controle de resíduos de princípios ativos de medicamentos veterinários em produtos de origem animal, a fim de harmonizar as prioridades e eliminar obstáculos entre nações.
1994	MERCOSUL\GMC\RES N° 57/94	Resolução sobre critérios para a validação de metodologias analíticas para determinação de resíduos de princípios ativos de medicamentos veterinários (RMV) em produtos de origem animal.
1994	MERCOSUL\GMC\RES N° 61/94	Resolução sobre harmonização dos períodos de provas a campo de cultivares, a fim de autorizar o uso de cultivares, a realização

Continua...



Continua...

		prévia de provas a campo de avaliação agrônômica e de qualidade terá duração máxima de três anos.
1994	MERCOSUL\GMC\RES N° 65/94	Resolução sobre normas sanitárias e certificado zoossanitário único para o intercâmbio regional de caprinos, pois convém facilitar a circulação de animais entre os Estados Partes, cumprindo com os níveis de risco acordados.
1994	MERCOSUL\GMC\RES N° 66/94	Resolução sobre normas sanitárias e certificado zoossanitário único para o intercâmbio regional de ovinos, pois convém facilitar a circulação de animais entre os Estados Partes, cumprindo com os níveis de risco acordados.
1994	MERCOSUL\GMC\RES N° 67/94	Resolução sobre normas sanitárias que os centros de produção de embriões bovinos e bubalinos deverão cumprir para sua habilitação, pois convém facilitar a circulação de material genético de multiplicação entre os Estados Partes, cumprindo com os níveis de risco acordados.
1994	MERCOSUL\GMC\RES N° 68/94	Resolução sobre normas sanitárias para a habilitação e funcionamento de centros de produção e bancos de sêmen de bovinos e bubalinos (búfalos), pois convém facilitar a circulação de material genético de multiplicação entre os Estados Partes, cumprindo com os níveis de risco acordados.
1994	MERCOSUL/GMC/RES N° 69/94	Resolução sobre normas sanitárias e certificado zoossanitário único para o intercâmbio regional de equídeos (aquíferos), pois convém facilitar a circulação de animais entre os Estados Partes, cumprindo com os níveis de risco acordados.
1994	MERCOSUL\GMC\RES N° 70/94	Resolução sobre certificado fitossanitário único e certificado fitossanitário de reexportação, devido à conveniência, praticidade e diminuição de custos resultantes do uso de um só tipo de certificado fitossanitário.
1994	MERCOSUL/GMC/RES N° 74/94	Resolução sobre limites máximos de resíduos de pesticidas que objetiva a harmonização dos limites máximos de resíduos de pesticidas a fim de eliminar os obstáculos que geram as diferenças nacionais existentes.
1994	MERCOSUL/GMC/RES N° 75/94	Resolução sobre limites máximos de resíduos de princípios ativos de medicamentos veterinários em produtos de origem animal, a fim de estabelecer os limites máximos, os

Continua...

Continua...

		métodos analíticos e os limites de detecção para resíduos de princípios ativos de medicamentos veterinários em produtos de origem animal, devido à harmonização que tende a eliminar os obstáculos gerados pela aplicação as diferentes legislações nacionais pertinentes.
1994	MERCOSUL/GMC/RES. N° 97/94	Resolução sobre estratégia de adequação sobre vigilância sanitária que estabelece mecanismos que permitam uma transição gradual em todos os itens que concernem à vigilância sanitária, bem como permitam a adequação do setor produtivo aos novos regulamentos e a livre circulação de produtos e serviços no mercado comunitário.
1994	MERCOSUL/GMC/RES. N° 118/94	Resolução sobre lista positiva de produtos que não devem ser submetidos a nenhuma intervenção fitossanitária, isto porque certos produtos de origem vegetal que apresentam reduzido risco de transmissão de pragas ou enfermidades agrícolas, razão pela qual não se justifica submetê-los, em caráter permanente, a uma rigorosa inspeção fitossanitária.
1995	MERCOSUL/GMC/RES. N° 14/95	Resolução sobre resíduos praguicidas em produtos agropecuários alimentícios in natura, devido à incidência dos resíduos de praguicidas nos produtos agropecuários alimentícios in natura, bem como adotar como referência os limites máximos de resíduos de praguicidas.
1996	MERCOSUL/GMC/RES. N° 3/96	Resolução sobre formulário para consulta sobre a importação de animais, sêmen, embriões e ovos férteis de aves do país/zona onde se registram enfermidades exóticas, sendo apresentado pela autoridade veterinária do país importador, diretamente às respectivas autoridades veterinárias dos demais Estados Partes.
1996	MERCOSUL/GMC/RES. N° 4/96	Resolução sobre normas sanitárias para o intercâmbio de caninos e felinos domésticos no MERCOSUL devido à necessidade de harmonizar os requerimentos para o trânsito de caninos e felinos domésticos.
1996	MERCOSUL/GMC/RES. N° 5/96	Resolução sobre normas sanitárias para a importação de caninos e felinos domésticos de terceiros países devido à necessidade de harmonizar os requerimentos para a entrada de caninos e felinos domésticos procedentes de terceiros países.
1996	MERCOSUL/GMC/RES. N° 6/96	Resolução sobre normas sanitárias para o

Continua...

Continua...

		trânsito de animais para espetáculos circenses no MERCOSUL devido à necessidade de regular o trânsito de animais para espetáculos circenses.
1996	MERCOSUL/GMC/RES N° 7/96	Resolução sobre passaporte sanitário equino, necessário para facilitar o trânsito dos equinos dedicados à prática de atividades esportivas.
1996	MERCOSUL/GMC/RES N° 8/96	Resolução sobre normas sanitárias para o trânsito vicinal fronteiriço equino necessário para regular o trânsito de equinos para determinados fins, tais como competições e corridas turfísticas.
1996	MERCOSUL/GMC/RES N° 9/96	Resolução sobre normas sanitárias para a importação e exportação de animais bovinos e bubalinos entre os Estados Partes do MERCOSUL devido à necessidade de atualizar os requisitos sanitários estabelecidos.
1996	MERCOSUR/GMC/RES. N° 10/96	Resolução sobre normas de higiene e segurança sanitária para a habilitação de estabelecimentos de criação de aves e plantas de incubação para o intercâmbio no MERCOSUL devido à necessidade de facilitar o intercâmbio de aves com um dia de vida e ovos embrionados.
1996	MERCOSUL/GMC/RES N° 11/96	Resolução sobre a intensidade das medidas fitossanitárias por tipo de praga, com objetivo de eliminar obstáculos desnecessários ao comércio de produtos vegetais e o grau de intensidade das medidas fitossanitárias a serem aplicadas para distintos tipos de pragas.
1996	MERCOSUL/GMC/RES. N° 16/96	Resolução sobre normas para o trânsito de animais através do território de um dos Estados Partes ou entre os Estados Partes de acordo com as condições epidemiológicas das zonas e dos países de procedência e de destino.
1996	MERCOSUL/GMC/RES N° 39/96	Resolução sobre regulamentação complementar do marco regulatório de produtos veterinários.
1996	MERCOSUL/GMC/RES. N° 40/96	Resolução sobre regulamentação do sistema de convalidação para produtos veterinários, devido à necessidade de complementar a normativa vigente sobre a matéria.
1996	MERCOSUL/GMC/RES N°44/96	Resolução sobre critérios e delineamentos para a elaboração de <i>standards</i> de certificação fitossanitária a fim de facilitar o comércio de materiais de propagação vegetal e <i>standards</i> de certificação fitossanitária.
1996	MERCOSUL/GMC/RES N° 45/96	Resolução sobre regulamento vitivinícola do MERCOSUL devido há necessidade de uma

Continua...

Continua...

		norma regional que favoreça a circulação de produtos vitivinícolas.
1996	MERCOSUL/GMC/RES. N° 46/96	Resolução sobre marco regulador para o tratamento da genética animal de bovinos, caprinos, ovinos, equídeos e porcinos no MERCOSUL a fim de garantir o livre comércio e o trânsito de animais e materiais de multiplicação animal de raças registradas ou cruzas sem registro genealógico.
1996	MERCOSUL GMC/RES N° 47/96	Resolução sobre registro de cultivares a fim de os cultivos recebem autorização para produção e comercialização, após exigências de testes prévios e os resultados de avaliação agrônômica e de qualidade de exames serem efetuados.
1996	MERCOSUL GMC/RES N° 48/96	Resolução sobre requisitos para a livre circulação de produtos fitossanitários na atual etapa de integração do MERCOSUL devido à necessidade de livre circulação de substâncias ativas de grau técnico e/ou suas respectivas formulações que façam parte de uma lista.
1996	MERCOSUL GMC/RES N° 49/96	Resolução sobre decorticação de madeiras a fim de regular o comércio de madeiras com córtex segundo seu risco quarentenário.
1996	MERCOSUL/GMC/RES N° 50/96	Resolução sobre regulamentos sanitários para a importação e exportação de animais bovinos e bubalinos entre os Estados Partes do MERCOSUL devido à necessidade de atualizar os requisitos sanitários para o intercâmbio de bovinos e bubalinos.
1996	MERCOSUL/GMC/RES N° 76/96	Resolução sobre regulamento técnico para registro de produtos antiparasitários de uso veterinário.
1996	MERCOSUL/GMC/RES N° 77/96	Resolução sobre regulamento técnico para o controle das vacinas contra carbúnculo sintomático, gangrena gasosa, enterotoxemia e tétano, inativadas e conservadas sob refrigeração.
1996	MERCOSUL/GMC/RES N° 89/96	Resolução sobre requisitos fitossanitários gerais e específicos para <i>Allium cepa</i> (cebolla, cebola) devido à necessidade de dispor de requisitos fitossanitários harmonizados para serem aplicados ao intercâmbio de produtos de origem vegetal.
1996	MERCOSUL/GMC/RES N° 90/96	Resolução sobre requisitos fitossanitários gerais e específicos para <i>Allium sativum</i> (ajo, alho) devido à necessidade de dispor de requisitos fitossanitários harmonizados para serem aplicados ao intercâmbio de produtos de origem vegetal.

Continua...

Continua...

1996	MERCOSUL/GMC/RES N° 91/96	Resolução sobre requisitos fitossanitários gerais e específicos para <i>Capsicum annum</i> (pimento, pimentão) devido à necessidade de dispor de requisitos fitossanitários harmonizados para serem aplicados ao intercâmbio de produtos de origem vegetal.
1996	MERCOSUL/GMC/RES N° 92/96	Resolução sobre requisitos fitossanitários gerais e específicos para <i>Lycopersicon esculentum</i> (tomate) devido à necessidade de dispor de requisitos fitossanitários harmonizados para serem aplicados ao intercâmbio de produtos de origem vegetal.
1996	MERCOSUL/GMC/RES N° 93/96	Resolução sobre requisitos fitossanitários gerais e específicos para <i>Nicotiana tabacum</i> (tabaco, fumo) devido à necessidade de dispor de requisitos fitossanitários harmonizados para serem aplicados ao intercâmbio de produtos de origem vegetal.
1996	MERCOSUL/GMC/RES N° 94/96	Resolução sobre requisitos fitossanitários gerais e específicos para <i>Brassica napus</i> var. oleifera (colza) devido à necessidade de dispor de requisitos fitossanitários harmonizados para serem aplicados ao intercâmbio de produtos de origem vegetal.
1996	MERCOSUL/GMC/RES N° 95/96	Resolução sobre requisitos fitossanitários gerais e específicos para <i>Helianthus annum</i> (girassol, girassol) devido à necessidade de dispor de requisitos fitossanitários harmonizados para serem aplicados ao intercâmbio de produtos de origem vegetal.
1996	MERCOSUL/GMC/RES N° 96/96	Resolução sobre requisitos fitossanitários gerais e específicos para <i>Lolium multiflorum</i> (lolium, azevem) devido à necessidade de dispor de requisitos fitossanitários harmonizados para serem aplicados ao intercâmbio de produtos de origem vegetal.
1996	MERCOSUL/GMC/RES N° 97/96	Resolução sobre requisitos fitossanitários gerais e específicos para <i>Lotus corniculatus</i> (lotus, cornichão) devido à necessidade de dispor de requisitos fitossanitários harmonizados para serem aplicados ao intercâmbio de produtos de origem vegetal.
1996	MERCOSUL/GMC/RES N° 98/96	Resolução sobre requisitos fitossanitários gerais e específicos para <i>Medicago sativa</i> (alfalfa, alfafa) devido à necessidade de dispor de requisitos fitossanitários harmonizados para serem aplicados ao intercâmbio de produtos de origem vegetal.
1996	MERCOSUL/GMC/RES N° 99/96	Resolução sobre requisitos fitossanitários gerais e específicos para <i>Phaseolus vulgaris</i>

Continua...

Continua...

		(poroto, feijão) devido à necessidade de dispor de requisitos fitossanitários harmonizados para serem aplicados ao intercâmbio de produtos de origem vegetal.
1996	MERCOSUL/GMC/RES N° 100/96	Resolução sobre requisitos fitossanitários gerais e específicos para <i>Sorghum vulgare</i> (sorgo) devido à necessidade de dispor de requisitos fitossanitários harmonizados para serem aplicados ao intercâmbio de produtos de origem vegetal.
1996	MERCOSUL/GMC/RES N° 101/96	Resolução sobre requisitos fitossanitários gerais e específicos para <i>Trifolium sp.</i> (trebol, trevo) devido à necessidade de dispor de requisitos fitossanitários harmonizados para serem aplicados ao intercâmbio de produtos de origem vegetal.
1996	MERCOSUL/GMC/RES N° 102/96	Resolução sobre requisitos fitossanitários gerais e específicos para <i>Prunus persica</i> (durazno, pêsego) devido à necessidade de dispor de requisitos fitossanitários harmonizados para serem aplicados ao intercâmbio de produtos de origem vegetal.
1996	MERCOSUL/GMC/RES N° 103/96	Resolução sobre requisitos fitossanitários gerais e específicos para <i>Vitis vinifera</i> (videira) devido à necessidade de dispor de requisitos fitossanitários harmonizados para serem aplicados ao intercâmbio de produtos de origem vegetal.
1996	MERCOSUL/GMC/RES N° 104/96	Resolução sobre requisitos fitossanitários gerais e específicos para <i>Ananas comosus</i> (ananá, abacaxi) devido à necessidade de dispor de requisitos fitossanitários harmonizados para serem aplicados ao intercâmbio de produtos de origem vegetal.
1996	MERCOSUL/GMC/RES N° 105/96	Resolução sobre requisitos fitossanitários gerais e específicos para <i>Coffea sp.</i> (café) devido à necessidade de dispor de requisitos fitossanitários harmonizados para serem aplicados ao intercâmbio de produtos de origem vegetal.
1996	MERCOSUL/GMC/RES N° 106/96	Resolução sobre requisitos fitossanitários gerais e específicos para <i>Cucumis melo</i> (melón, melão) devido à necessidade de dispor de requisitos fitossanitários harmonizados para serem aplicados ao intercâmbio de produtos de origem vegetal.
1996	MERCOSUL/GMC/RES N° 107/96	Resolução sobre requisitos fitossanitários gerais e específicos para <i>Fragaria spp.</i> (frutilla, morango) devido à necessidade de dispor de requisitos fitossanitários

Continua...

Continua...

		harmonizados para serem aplicados ao intercâmbio de produtos de origem vegetal.
1996	MERCOSUL/GMC/RES Nº 108/96	Resolução sobre requisitos fitossanitários gerais e específicos para <i>Glycine max</i> (soja) devido à necessidade de dispor de requisitos fitossanitários harmonizados para serem aplicados ao intercâmbio de produtos de origem vegetal.
1996	MERCOSUL/GMC/RES Nº 109/96	Resolução sobre requisitos fitossanitários Gerais e Específicos para <i>Gossypium spp.</i> (algodón, algodoeiro) devido à necessidade de dispor de requisitos fitossanitários harmonizados para serem aplicados ao intercâmbio de produtos de origem vegetal.
1996	MERCOSUL/GMC/RES Nº 110/96	Resolução sobre requisitos fitossanitários gerais e específicos para <i>Oryza sativa</i> (arroz) devido à necessidade de dispor de requisitos fitossanitários harmonizados para serem aplicados ao intercâmbio de produtos de origem vegetal.
1996	MERCOSUL/GMC/RES Nº 111/96	Resolução sobre requisitos fitossanitários gerais e específicos para <i>Theobroma cacao</i> (cacao, cacau) devido à necessidade de dispor de requisitos fitossanitários harmonizados para serem aplicados ao intercâmbio de produtos de origem vegetal.
1996	MERCOSUL/GMC/RES Nº 112/96	Resolução sobre requisitos fitossanitários gerais e específicos para <i>Zea mays</i> (maíz, milho) devido à necessidade de dispor de requisitos fitossanitários harmonizados para serem aplicados ao intercâmbio de produtos de origem vegetal.
1996	MERCOSUL/GMC/RES Nº 113/96	Resolução sobre requisitos fitossanitários gerais e específicos para <i>Solanum tuberosum</i> (papa, batata) devido à necessidade de dispor de requisitos fitossanitários harmonizados para serem aplicados ao intercâmbio de produtos de origem vegetal.
1996	MERCOSUL/GMC/RES.Nº 134/96	Resolução sobre regulamento técnico MERCOSUL de identidade e qualidade de queijo processado ou fundido, processado pasteurizado e processado ou fundido U.H.T. a fim de fixar a identidade e qualidade.
1996	MERCOSUL/GMC/RES.Nº 138/96	Resolução sobre inclusão de coadjuvantes de tecnologia/elaboração no regulamento técnico para fixação de identidade e qualidade do leite em pó tem por objetivo eliminar os obstáculos que geram as diferenças e harmonização dos regulamentos técnicos.
1997	MERCOSUL/GMC/RES Nº 1/97	Resolução sobre regulamento técnico

Continua...

Continua...

		MERCOSUL de identidade e qualidade do queijo parmesão, parmesano, reggiano, reggianito e sbrinz e tem por objetivo eliminar os obstáculos que geram as diferenças nos regulamentos técnicos nacionais.
1997	MERCOSUL/GMC/RES. Nº 2/97	Resolução sobre modelo de ficha técnica para produtos farmacêuticos de uso veterinário devido à necessidade de estabelecer mecanismo para o intercâmbio de informação técnica de forma rápida e precisa.
1997	MERCOSUL/GMC/RES. Nº 3/97	Resolução sobre regulamento técnico para registro de antimicrobianos de uso veterinário devido à necessidade de harmonizar regulamentos específicos que assegurem que os produtos antimicrobianos de uso veterinário que serão registrados e controlados.
1997	MERCOSUL/GMC/RES. Nº 4/97	Resolução sobre regulamento técnico para a produção e o controle de vacinas, antígenos e diluentes para avicultura, devido à necessidade de harmonizar regulamentos específicos que assegurem que as vacinas, antígenos e diluentes para avicultura que serão registrados e controlados.
1997	MERCOSUL/GMC/RES. Nº 5/97	Resolução sobre regulamento técnico MERCOSUL de identidade e de qualidade do arroz beneficiado por meio da harmonização de normas técnicas específicas para a comercialização do arroz beneficiado, cumprindo com questões de qualidade ou identidade.
1997	MERCOSUL/GMC/RES Nº 19/97	Resolução sobre disposições sanitárias e certificado zoo-sanitário único de suínos para intercâmbio entre os Estados Partes do MERCOSUL devido à necessidade de estabelecer medidas para facilitar o comércio regional de suínos vivos.
1997	MERCOSUL/GMC/RES Nº 20/97	Resolução sobre disposições sanitárias para a regionalização da peste porcina clássica no MERCOSUL a fim de determinar o nível sanitário dos animais, produtos e subprodutos de origem animal, objetos do comércio entre os Estados Partes em função do risco sanitário que acarretam tais intercâmbios.
1997	MERCOSUL/GMC/RES Nº 21/97	Resolução sobre condições que devem cumprir as unidades habilitadas para quarentena animal no país de origem ou de destino e disposições para seu funcionamento, pois é necessário estabelecer disposições para a habilitação e funcionamento das unidades

Continua...



Continua...

		quarentenárias para o comércio de animais vivos entre os Estados Partes.
1997	MERCOSUL/GMC/RES N° 22/97	Resolução sobre pauta negociadora de produtos veterinários devido à necessidade dos produtos veterinários serem comercializados de acordo com disposições legais, sob responsabilidade técnica e administrativa.
1997	MERCOSUL/GMC/RES N° 47/97	Resolução sobre regulamento técnico MERCOSUL de identidade e qualidade do leite fermentado a de harmonizar os regulamentos técnicos nos Estados Partes.
1997	MERCOSUL/GMC/RES N° 48/97	Resolução sobre regulamento técnico MERCOSUL de identidade e qualidade do queijo azul a de harmonizar os regulamentos técnicos nos Estados Partes.
1998	MERCOSUL/GMC/RES N° 8/98	Resolução sobre pautas negociadoras do SGT n° 8 agricultura.
1998	MERCOSUL/GMC/RES. N° 15/98	Resolução sobre equivalências de denominações e/ou categorias de sementes botânicas a fim de facilitar o comércio de sementes é necessário estabelecer equivalências de denominações de classes e/ou categorias de sementes botânicas.
1998	MERCOSUL/GMC/RES N° 16/98	Resolução sobre boletim MERCOSUL de análise de lotes de sementes e boletim MERCOSUL de análise de amostras de sementes a fim de para facilitar o comércio de sementes.
1998	MERCOSUL/GMC/RES N° 17/98	Resolução sobre requisitos zoossanitários para a importação de animais, sêmen, embriões e ovos férteis de países extra-regionais é necessário atualizar e ampliar o estabelecido em resoluções anteriores para a importação de animais, sêmen, embriões e ovos férteis desde países extra-regionais de acordo aos princípios básicos do acordo sobre a aplicação de medidas sanitárias e fitossanitárias da Organização Mundial de Comércio.
1998	MERCOSUL/GMC/RES. N° 44/98	Resolução sobre regulamento técnico MERCOSUL de identidade e qualidade do queijo minas frescal que torna necessário atualizar a resolução.
1998	MERCOSUL/GMC/RES N° 46/98	Resolução sobre regulamento técnico MERCOSUL de métodos de amostragem para o controle de resíduos de medicamentos veterinários em alimentos de origem animal devido à necessidade de estabelecer métodos de amostragem para programas de controle de resíduos de medicamentos veterinários em

Continua...

Continua...

		alimentos de origem animal.
1998	MERCOSUL/GMC/RES N° 60/98	Resolução sobre requisitos fitossanitários gerais e específicos para <i>Lolium multiflorum</i> (azevém, lolium), pois é necessário dispor de procedimentos quarentenários harmonizados para serem aplicados no intercâmbio de produtos de origem vegetal.
1998	MERCOSUL/GMC/RES N° 61/98	Resolução sobre requisitos fitossanitários gerais e específicos para <i>Pisum sativum</i> (ervilha, arveja), pois é necessário dispor de procedimentos quarentenários harmonizados para serem aplicados no intercâmbio de produtos de origem vegetal.
1998	MERCOSUL/GMC/RES N° 62/98	Resolução sobre requisitos fitossanitários gerais e específicos para <i>Malus sylvestres</i> (maçã, manzano), pois é necessário dispor de procedimentos quarentenários harmonizados para serem aplicados no intercâmbio de produtos de origem vegetal.
1998	MERCOSUL/GMC/RES N° 63/98	Resolução sobre requisitos fitossanitários gerais e específicos para <i>Pyrus communis</i> (peral, pereira), pois é necessário dispor de procedimentos quarentenários harmonizados para serem aplicados no intercâmbio de produtos de origem vegetal.
1998	MERCOSUL/GMC/RES N° 64/98	Resolução sobre requisitos fitossanitários gerais e específicos para <i>Triticum ssp.</i> (trigo), pois é necessário dispor de procedimentos quarentenários harmonizados para serem aplicados no intercâmbio de produtos de origem vegetal.
1998	MERCOSUL/GMC/RES N° 65/98	Resolução sobre requisitos fitossanitários gerais e específicos para <i>Hordeum vulgare</i> (cevada, cebada), pois é necessário dispor de procedimentos quarentenários harmonizados para serem aplicados no intercâmbio de produtos de origem vegetal.
1998	MERCOSUL/GMC/RES N° 66/98	Resolução sobre requisitos fitossanitários gerais e específicos para <i>Secale cereale</i> (centeio, centeno), pois é necessário dispor de procedimentos quarentenários harmonizados para serem aplicados no intercâmbio de produtos de origem vegetal.
1998	MERCOSUL/GMC/RES N° 67/98	Resolução sobre requisitos fitossanitários gerais e específicos para <i>Avena sativa</i> (aveia, avena), pois é necessário dispor de procedimentos quarentenários harmonizados para serem aplicados no intercâmbio de produtos de origem vegetal.
1998	MERCOSUL/GMC/RES N° 68/98	Resolução sobre requisitos fitossanitários

Continua...

Continua...

		gerais e específicos para <i>Sriticum aestivum</i> x <i>Secale cereale</i> (triticale), pois é necessário dispor de procedimentos quarentenários harmonizados para serem aplicados no intercâmbio de produtos de origem vegetal.
1998	MERCOSUL/GMC/RES N° 69/98	Resolução sobre modificação à resolução GMC n° 60/97 standard para credenciamento, habilitação, funcionamento, inspeção, auditoria e provas de referência de laboratórios de análise de sementes.
1998	MERCOSUL/GMC/RES N° 70/98	Resolução sobre standard MERCOSUL de terminologia de sementes a fim de facilitar o comércio de sementes entre os Estados Partes do MERCOSUL.
1998	MERCOSUL/GMC/RES N° 75/98	Resolução sobre pautas negociadoras do SGT n° 8 agricultura.
1999	MERCOSUL/GMC/RES. N° 56/99	Resolução sobre regulamento técnico MERCOSUL identidade e qualidade do mel devido à necessidade de fixar a identidade e qualidade do mel destinado ao consumo humano.
1999	MERCOSUL/GMC/RES. N° 60/99	Resolução sobre princípios, diretrizes, critérios e parâmetros para os acordos de equivalência dos sistemas de controle sanitário e fitossanitário entre os Estados Partes do MERCOSUL a fim evitar a duplicação desnecessária de controles sanitários e fitossanitários num mercado ampliado.
1999	MERCOSUL/GMC/RES N° 67/99	Resolução sobre requisitos fitossanitários gerais e específicos para <i>Persea americana</i> (abacate, palto) segundo país de destino e origem devido à necessidade de dispor de procedimentos quarentenários harmonizados para serem aplicados no intercâmbio de Produtos de origem vegetal.
1999	MERCOSUL/GMC/RES N° 68/99	Resolução sobre requisitos fitossanitários gerais e específicos para <i>Solanum tuberosum</i> (batata, papa), segundo país de destino e origem devido à necessidade de dispor de procedimentos quarentenários harmonizados para serem aplicados no intercâmbio de Produtos de origem vegetal.
1999	MERCOSUL/GMC/RES N° 69/99	Resolução sobre requisitos fitossanitários gerais e específicos para <i>Prunus armeniaca</i> (damasco), segundo país de destino e origem devido à necessidade de dispor de procedimentos quarentenários harmonizados para serem aplicados no intercâmbio de Produtos de origem vegetal.

Continua...

Continua...

1999	MERCOSUL/GMC/RES N° 70/99	Resolução sobre requisitos fitossanitários gerais e específicos para de <i>Prunus domestica</i> (ameixa, ciruelo) segundo país de destino e origem devido à necessidade de dispor de procedimentos quarentenários harmonizados para serem aplicados no intercâmbio de Produtos de origem vegetal.
1999	MERCOSUL/GMC/RES N° 71/99	Resolução sobre standar MERCOSUL de terminologia de sementes devido à necessidade de realizar modificações e acrescentar termos.
1999	MERCOSUL/GMC/RES N° 72/99	Resolução sobre requisitos para credenciamento/habilitação de mostradores de lotes de sementes para aos fins de facilitar o comércio de sementes e estabelecer requisitos para credenciamento/habilitação.
1999	MERCOSUL/GMC/RES N° 74/99	Resolução sobre delineamentos para a identificação de pragas não quarentenárias regulamentadas (PNQR) e estabelecimento dos seus requisitos fitossanitários, pois é necessário dispor de um delineamento para a identificação de PNQR's para avançar no processo de harmonização para facilitar o intercâmbio de sementes.
1999	MERCOSUL/GMC/RES. N°89/99	Resolução sobre identidade e qualidade do mel, pois é necessário fixar a identidade e qualidade do mel destinado ao consumo humano.
2000	MERCOSUL/GMC/RES N° 29/00	Resolução sobre standard para credenciamento, habilitação, funcionamento, inspeção, auditoria e testes de referência de laboratório de análises de sementes.
2000	MERCOSUL/GMC/RES N° 30/00	Resolução sobre requisitos fitossanitários gerais e específicos para <i>Prunus cerasus</i> (cereja ácida, cerezo ácido ou guindo) segundo país de destino e origem pois é necessário dispor de procedimentos quarentenários harmonizados para serem aplicados no intercâmbio de produtos de origem vegetal.
2000	MERCOSUL/GMC/RES N° 31/00	Resolução sobre requisitos fitossanitários gerais e específicos para <i>Prunus avium</i> (cereja doce, cerezo dulce) segundo país de destino e origem pois é necessário dispor de procedimentos quarentenários harmonizados para serem aplicados no intercâmbio de produtos de origem vegetal.
2000	MERCOSUL/GMC/RES N° 32/00	Resolução sobre glossário de termos fitossanitários.
2000	MERCOSUL/GMC/RES N° 33/00	Resolução sobre acordos de reconhecimento

Continua...

Continua...

		mútuo em matéria de registros genealógicos e avaliações genéticas animais para tratamento da genética animal de bovinos, caprinos, ovinos, equinos e suínos no MERCOSUL, com o objetivo de garantir o livre comércio e o trânsito de animais e materiais de multiplicação animal de raças registradas ou cruzamento sem registro genealógico.
2000	MERCOSUL/GMC/RES. N° 77/00	Resolução sobre equivalências de denominações de classes e ou categorias de sementes botânicas para os fins de facilitar o comércio de sementes entre os Estados Partes do MERCOSUL.
2000	MERCOSUL/GMC/RES. N° 87/00	Resolução sobre comitê de diretores de aduanas e comitê de sanidade animal e vegetal devido à necessidade de assegurar a máxima eficiência das Aduanas dos Estados Partes para o adequado funcionamento da União Aduaneira a fim de agilizar o trânsito dos produtos.
2001	MERCOSUL/GMC/RES. N° 22/01	Resolução sobre pauta negociadora do SGT n° 8 agricultura.
2001	MERCOSUL/GMC/RES. N° 51/01	Resolução sobre requisitos e certificados zoossanitários para o intercâmbio de animais ovinos entre os Estados Partes do MERCOSUL, pois é necessário atualizar os requisitos sanitários e os certificados já estabelecidos.
2001	MERCOSUL/GMC/RES. N° 52/01	Resolução sobre formulário para consulta prévia sobre a importação de animais, sêmen, embriões e ovos férteis de aves de um país ou zona em que ocorrem doenças exóticas para o MERCOSUL.
2001	MERCOSUL/GMC/RES. N° 53/01	Resolução sobre errata da resolução GMC N° 69/98, modificação da resolução GMC N° 60/97, standard para credenciamento, habilitação, funcionamento, inspeção, auditoria e aferição de referência de laboratórios de análise de sementes.
2001	MERCOSUL/GMC/RES. N° 54/01	Resolução sobre análise de risco de praga que no âmbito desta convenção foram aprovadas as Normas Internacionais de Medidas Fitossanitárias.
2001	MERCOSUL/GMC/RES. N° 55/01	Resolução sobre requisitos para o estabelecimento de áreas livres de pragas regulado pela Norma Internacional de Medidas Fitossanitárias.
2001	MERCOSUL/GMC/RES. N° 56/01	Resolução sobre glossário de termos fitossanitários.
2001	MERCOSUL/GMC/RES. N° 57/01	Resolução sobre disposições para codificação

Continua...

Continua...

		de vegetais e produtos vegetais objeto de intercâmbio por meio de permanente atualização em função da dinâmica do comércio intra e extra-zona.
2002	MERCOSUL/GMC/RES. N° 09/02	Resolução sobre regulamento técnico MERCOSUL para a verificação quantitativa de farinha de trigo, pois é necessário estabelecer as condições metrológicas que deve satisfazer o produto farinha de trigo que se comercialize como pré-medido, para o efeito de facilitar o intercâmbio comercial entre os países signatários do tratado de assunção, eliminar barreiras técnicas que sejam obstáculos à livre circulação dos produtos pré-medidos, assim garantindo a defesa do consumidor.
2002	MERCOSUL/GMC/RES. N° 25/02	Resolução sobre limites máximos de aflatoxinas admissíveis no leite, amendoim e milho a fim de eliminar os obstáculos ao comércio que gerem as diferentes regulamentações nacionais vigentes.
2002	MERCOSUL/GMC/RES. N° 37/02	Resolução sobre finalização das atividades do comitê de sanidade animal e vegetal e do comitê de diretores de aduanas.
2002	MERCOSUL/GMC/RES. N° 41/02	Resolução sobre requisitos e certificados zoossanitários para o intercâmbio de animais bovinos e bubalinos entre os Estados Partes do MERCOSUL a fim de atualizar os requisitos sanitários necessários.
2002	MERCOSUL/GMC/RES. N° 42/02	Resolução sobre requisitos e certificados zoossanitários para o intercâmbio de animais caprinos entre os Estados Partes do MERCOSUL a fim de atualizar os requisitos sanitários necessários.
2002	MERCOSUL/GMC/RES. N° 43/02	Resolução sobre requisitos zoossanitários para habilitação dos centros de coleta e processamento de sêmen bovino e bubalino e certificado zoossanitário para comercialização de sêmen dessas espécies entre os Estados Partes do MERCOSUL a fim de atualizar os requisitos sanitários necessários.
2002	MERCOSUL/GMC/RES. N° 45/02	Resolução sobre pautas negociadoras do SGT n° 6 meio ambiente.
2002	MERCOSUL/GMC/RES. N° 46/02	Resolução sobre passaporte sanitário equino
2002	MERCOSUL/GMC/RES. N° 47/02	Resolução sobre requisitos para a certificação não definitiva de lotes de sementes botânicas da classe/categoria certificada a fim de facilitar a integração entre os produtores de sementes dos Estados Partes do MERCOSUL.
2002	MERCOSUL/GMC/RES N° 52/02	Resolução sobre requisitos fitossanitários

Continua...

Continua...

		harmonizados por categoria de risco para o ingresso de produtos vegetais 2ª revisão.
2002	MERCOSUL/GMC/RES. N° 53/02	Resolução sobre processos de credenciamento para a certificação de sementes e de certificação de sementes botânicas na região, devido a necessário estabelecer processos harmonizados de credenciamento para a certificação de sementes e de certificação de sementes botânicas.
2003	MERCOSUL/GMC/RES. N° 12/03	Resolução sobre revogação da resolução GMC n° 69/94 normas sanitárias e certificado zoossanitário único para o intercâmbio regional de equídeos.
2003	MERCOSUL/GMC/RES. N° 28/03	Resolução sobre níveis de tolerâncias a campo e laboratório harmonizados para as diferentes categorias na certificação de sementes botânicas de onze espécies.
2003	MERCOSUL/GMC/RES. N° 29/03	Resolução sobre requisitos e certificados zoossanitários para o intercâmbio de animais bovinos e bubalinos entre os Estados Partes do MERCOSUL.
2003	MERCOSUL/GMC/RES. N° 30/03	Resolução sobre requisitos zoossanitários para o intercâmbio de bovinos e bubalinos para reprodução entre os Estados Partes do MERCOSUL, pois é necessário atualizar os requisitos zoossanitários para o intercâmbio.
2003	MERCOSUL/GMC/RES. N° 31/03	Resolução sobre requisitos zoossanitários para o intercâmbio de bovinos para recria e engorda entre os Estados Partes do MERCOSUL, pois é necessário atualizar os requisitos zoossanitários para o intercâmbio.
2003	MERCOSUL/GMC/RES. N° 32/03	Resolução sobre requisitos zoossanitários para o intercâmbio de bovinos para abate imediato entre os Estados Partes do MERCOSUL, pois é necessário atualizar os requisitos zoossanitários para o intercâmbio.
2003	MERCOSUL/GMC/RES. N° 33/03	Resolução sobre standard fitossanitário: delineamentos para a identificação de pragas não quarentenárias regulamentadas (PNCR) e estabelecimento de seus requisitos fitossanitários.
2003	MERCOSUL/GMC/RES. N° 34/03	Resolução sobre requisitos fitossanitários para <i>Lolium sp</i> , pois é necessário proceder a atualização da situação fitossanitária.
2003	MERCOSUL/GMC/RES. N° 35/03	Resolução sobre requisitos fitossanitários para <i>Lotus sp</i> , pois é necessário proceder a atualização da situação fitossanitária.
2003	MERCOSUL/GMC/RES. N° 36/03	Resolução sobre requisitos fitossanitários para <i>Solanum tuberosum</i> (batata), pois é necessário proceder a atualização da situação

Continua...

Continua...

		fitossanitária.
2003	MERCOSUL/GMC/RES. N° 37/03	Resolução sobre requisitos fitossanitários para <i>Ananas comosus</i> (abacaxi), pois é necessário proceder a atualização da situação fitossanitária.
2003	MERCOSUL/GMC/RES. N° 38/03	Resolução sobre requisitos fitossanitários para <i>Gossypium sp</i> , pois é necessário proceder a atualização da situação fitossanitária.
2003	MERCOSUL/GMC/RES. N° 39/03	Resolução sobre requisitos fitossanitários para <i>Oryza sativa</i> (arroz), pois é necessário proceder a atualização da situação fitossanitária.
2003	MERCOSUL/GMC/RES. N° 40/03	Resolução sobre requisitos fitossanitários para <i>Zea mays</i> (milho), pois é necessário proceder a atualização da situação fitossanitária.
2004	MERCOSUL/GMC/RES. N° 04/04	Resolução sobre criação do grupo AD HOC sanitário e fitossanitário, onde nesse foro deverão participar todos os organismos competentes em matéria sanitária, fitossanitária e de inocuidade alimentar dos diferentes Estados Partes.
2004	MERCOSUL/GMC/RES. N° 08/04	Resolução sobre normas sanitárias para o trânsito vicinal fronteiro equino para necessidade de manutenção de exigências sanitárias.
2004	MERCOSUL/GMC/RES. N° 11/04	Resolução sobre reunião especializada sobre agricultura familiar no MERCOSUL a fim de estabelecer um fórum destinado ao fortalecimento das políticas voltadas ao desenvolvimento da agricultura familiar.
2004	MERCOSUL/GMC/RES. N° 13/04	Resolução sobre grupo AD HOC sobre biotecnologia agropecuária.
2005	MERCOSUL/GMC/RES. N° 13/05	Resolução sobre pautas negociadoras do grupo AD HOC de biotecnologia agropecuária que visa harmonizar e coordenar os marcos regulatórios sobre biossegurança.
2005	MERCOSUL/GMC/RES. N° 16/05	Resolução sobre requisitos zoossanitários para o intercâmbio entre os Estados Partes de sêmen bovino e bubalino devido a necessidade de atualizar os requisitos estabelecidos.
2005	MERCOSUL/GMC/RES. N° 23/05	Resolução sobre acordo de projeto de produção sustentável/competitividade e meio ambiente.
2005	MERCOSUL/GMC/RES. N° 48/05	Resolução sobre sistema integrado de medidas fitossanitárias para o manejo de risco de <i>Xanthomonas axonopodis</i> pv. citri em frutos cítricos.
2005	MERCOSUL/GMC/RES. N° 49/05	Resolução sobre procedimento para a aprovação de tratamentos quarentenários

Continua...



Continua...

		devido à necessidade de atualizar o procedimento para a aprovação e reconhecimento de um tratamento quarentenário.
2005	MERCOSUL/GMC/RES. N° 51/05	Resolução sobre requisitos fitossanitários para <i>Malus sp.</i> (macieira), pois é necessário proceder à atualização dos requisitos fitossanitários.
2005	MERCOSUL/GMC/RES. N° 52/05	Resolução sobre requisitos fitossanitários para <i>Prunus persica</i> (pessegueiro), pois é necessário proceder à atualização dos requisitos fitossanitários.
2005	MERCOSUL/GMC/RES. N° 53/05	Resolução sobre requisitos fitossanitários para <i>Vitis vinífera</i> (vid; videira), pois é necessário proceder à atualização dos requisitos fitossanitários.
2005	MERCOSUL/GMC/RES. N° 54/05	Resolução sobre requisitos fitossanitários para <i>Pyrus sp.</i> (pereira), pois é necessário proceder à atualização dos requisitos fitossanitários.
2005	MERCOSUL/GMC/RES. N° 55/05	Resolução sobre requisitos fitossanitários para <i>Prunus domestica</i> (ameixa), pois é necessário proceder à atualização dos requisitos fitossanitários.
2005	MERCOSUL/GMC/RES. N° 56/05	Resolução sobre requisitos fitossanitários para <i>Prunus armeniaca</i> (damasco), pois é necessário proceder à atualização dos requisitos fitossanitários.
2006	MERCOSUL/GMC/RES N° 19/06	Resolução sobre requisitos fitossanitários para <i>Allium sativum</i> (alho), pois é necessário proceder à atualização dos requisitos fitossanitários.
2006	MERCOSUL/GMC/RES. N° 20/06	Resolução sobre requisitos fitossanitários para <i>Pisum sativum</i> (ervilha), pois é necessário proceder à atualização dos requisitos fitossanitários.
2006	MERCOSUL/GMC/RES. N° 21/06	Resolução sobre requisitos fitossanitários para <i>Trifolium spp.</i> (trevo), pois é necessário proceder à atualização dos requisitos fitossanitários.
2006	MERCOSUL/GMC/RES. N° 22/06	Resolução sobre requisitos fitossanitários para <i>Coffea spp.</i> (café), pois é necessário proceder à atualização dos requisitos fitossanitários.
2006	MERCOSUL/GMC/RES. N° 23/06	Resolução sobre requisitos fitossanitários para <i>Glycine max</i> (soja), pois é necessário proceder à atualização dos requisitos fitossanitários.
2006	MERCOSUL/GMC/RES. N° 52/06	Resolução sobre requisitos fitossanitários para <i>Allium cepa</i> (cebola), pois é necessário proceder à atualização dos requisitos fitossanitários.
2006	MERCOSUL/GMC/RES. N° 53/06	Resolução sobre requisitos fitossanitários para

Continua...

Continua...

		<i>Musa spp.</i> (espécies produtoras de banana), pois é necessário proceder à atualização dos requisitos fitossanitários.
2006	MERCOSUL/GMC/RES. Nº 54/06	Resolução sobre requisitos fitossanitários para <i>Zea mayz</i> (milho), pois é necessário proceder à atualização dos requisitos fitossanitários.
2006	MERCOSUL/GMC/RES. Nº 55/06	Resolução sobre requisitos fitossanitários para <i>Melilotus spp.</i> (melilotus), pois é necessário proceder à atualização dos requisitos fitossanitários.
2006	MERCOSUL/GMC/RES. Nº 56/06	Resolução sobre requisitos fitossanitários para <i>Phaseolus vulgaris</i> (feijão), pois é necessário proceder à atualização dos requisitos fitossanitários.
2006	MERCOSUL/GMC/RES. Nº 57/06	Resolução sobre requisitos fitossanitários para <i>Arachis hypogaea</i> (amendoim), pois é necessário proceder à atualização dos requisitos fitossanitários.
2006	MERCOSUL/GMC/RES. Nº 58/06	Resolução sobre requisitos fitossanitários para <i>Actinidia chinensis</i> (kiwi), pois é necessário proceder à atualização dos requisitos fitossanitários.
2006	MERCOSUL/GMC/RES. Nº 59/06	Resolução sobre requisitos fitossanitários para <i>Medicago sativa</i> (alfafa), pois é necessário proceder à atualização dos requisitos fitossanitários.
2006	MERCOSUL/GMC/RES. Nº 60/06	Resolução sobre requisitos fitossanitários para beta <i>Vulgaris var. conditiva</i> (beterraba hortícola), pois é necessário proceder à atualização dos requisitos fitossanitários.
2006	MERCOSUL/GMC/RES. Nº 61/06	Resolução sobre requisitos fitossanitários para <i>Mangifera indica</i> (manga), pois é necessário proceder à atualização dos requisitos fitossanitários.
2007	MERCOSUL/GMC/RES. Nº 10/07	Resolução sobre lista de espécies botânicas.
2007	MERCOSUL/GMC/RES Nº 19/07	Resolução sobre requisitos zoossanitários para importação definitiva ou para reprodução de equídeos de terceiros países devido à necessidade de implementar os requisitos zoossanitários e o certificado estabelecido para importação.
2007	MERCOSUL/GMC/RES Nº 20/07	Resolução sobre requisitos zoossanitários para importação definitiva ou para reprodução de equídeos entre os Estados Partes devido à necessidade de implementar os requisitos zoossanitários e o certificado estabelecido para importação.
2007	MERCOSUL/GMC/RES Nº 21/07	Resolução sobre requisitos zoossanitários para importação temporária de equídeos de Terceiros Países devido à necessidade de

Continua...

Continua...

		implementar os requisitos zoossanitários e o certificado estabelecido para importação.
2007	MERCOSUL/GMC/RES N° 22/07	Resolução sobre requisitos zoossanitários para importação temporária de equídeos entre os Estados Partes devido à necessidade de implementar os requisitos zoossanitários e o certificado estabelecido para importação.
2007	MERCOSUL/GMC/RES N° 23/07	Resolução sobre requisitos zoossanitários para a importação de abelhas rainhas e produtos apícolas destinados aos Estados Partes devido à necessidade de regulamentar os requisitos zoossanitários e os certificados para a importação de abelhas rainhas e produtos apícolas.
2007	MERCOSUL/GMC/RES N° 24/07	Resolução sobre requisitos zoossanitários para a importação de sêmen equino destinado aos Estados Partes devido à necessidade de implementar os requisitos zoossanitários para a importação de sêmen equino.
2007	MERCOSUL/GMC/RES N° 25/07	Resolução sobre diretrizes para o reconhecimento e identificação da agricultura familiar no MERCOSUL, considerando que é necessário estabelecer e aperfeiçoar políticas públicas diferenciadas para a agricultura familiar.
2007	MERCOSUL/GMC/RES N° 35/07	Resolução sobre requisitos fitossanitários para <i>Secale cereale</i> (centeio), devido à necessidade de proceder à atualização dos requisitos fitossanitários.
2007	MERCOSUL/GMC/RES N° 36/07	Resolução sobre requisitos fitossanitários para <i>Capsicum annuum</i> (pimentão), devido à necessidade de proceder à atualização dos requisitos fitossanitários.
2007	MERCOSUL/GMC/RES N° 37/07	Resolução sobre requisitos fitossanitários para <i>Lycopersicon esculentum</i> (tomate), devido à necessidade de proceder à atualização dos requisitos fitossanitários.
2007	MERCOSUL/GMC/RES N° 38/07	Resolução sobre requisitos fitossanitários para <i>Triticum spp.</i> (trigo), devido à necessidade de proceder à atualização dos requisitos fitossanitários.
2007	MERCOSUL/GMC/RES N° 39/07	Resolução sobre requisitos fitossanitários para <i>Triticum aestivum x Secale cereale</i> (triticale), devido à necessidade de proceder à atualização dos requisitos fitossanitários.
2007	MERCOSUL/GMC/RES N° 40/07	Resolução sobre requisitos fitossanitários para <i>Daucus carota</i> (cenoura), devido à necessidade de proceder à atualização dos requisitos fitossanitários.
2007	MERCOSUL/GMC/RES N° 42/07	Resolução sobre requisitos zoossanitários para

Continua...

Continua...

		a importação de embriões de equino destinados aos Estados Partes devido a necessidade de implementar os requisitos zoossanitários e o certificado estabelecido para importação.
2007	MERCOSUL/GMC/RES N° 43/07	Resolução sobre requisitos zoossanitários para a importação de equídeos para abate imediato destinados aos Estados Partes devido a necessidade de implementar os requisitos zoossanitários e o certificado estabelecido para importação.
2007	MERCOSUL/GMC/RES N° 44/07	Resolução sobre requisitos zoossanitários para a importação de sêmen equino destinado aos Estados Partes devido a necessidade de implementar os requisitos zoossanitários e o certificado estabelecido para importação.
2008	MERCOSUL/GMC/RES. N° 37/08	Resolução sobre requisitos fitossanitários para <i>Cucurbita pepo</i> (abóbora), devido a necessidade de proceder à harmonização dos requisitos fitossanitários.
2008	MERCOSUL/GMC/RES. N° 38/08	Resolução sobre requisitos fitossanitários para <i>Cucurbita moschata</i> (abóbora), devido a necessidade de proceder à harmonização dos requisitos fitossanitários.
2008	MERCOSUL/GMC/RES. N° 39/08	Resolução sobre requisitos fitossanitários para <i>Cucurbita maxima</i> (abóbora), devido a necessidade de proceder à harmonização dos requisitos fitossanitários.
2008	MERCOSUL/GMC/RES. N° 40/08	Resolução sobre requisitos fitossanitários para <i>Vitis vinifera</i> (videira), devido a necessidade de proceder à harmonização dos requisitos fitossanitários.
2008	MERCOSUL/GMC/RES. N° 41/08	Resolução sobre requisitos fitossanitários para <i>Cucumis melo</i> (melão), devido a necessidade de proceder à harmonização dos requisitos fitossanitários.
2008	MERCOSUL/GMC/RES. N° 42/08	Resolução sobre requisitos fitossanitários para <i>Citrullus lanatus</i> (melancia), devido a necessidade de proceder à harmonização dos requisitos fitossanitários.
2008	MERCOSUL/GMC/RES. N° 43/08	Resolução sobre requisitos zoossanitários dos Estados Partes para a importação de sêmen de ovinos, devido a necessidade de implementar os requisitos zoossanitários e o certificado estabelecido para a importação de sêmen.
2008	MERCOSUL/GMC/RES. N° 44/08	Resolução sobre requisitos zoossanitários dos Estados Partes para a importação de sêmen de caprinos, devido a necessidade de implementar os requisitos zoossanitários e o certificado estabelecido para a importação de

Continua....

Continua...

		sêmen.
2009	MERCOSUL/GMC/RES N° 05/09	Resolução sobre requisitos zoossanitários dos Estados Partes para a importação de ovinos para reprodução ou engorda, pois é necessário atualizar os requisitos zoossanitários para importação.
2009	MERCOSUL/GMC/RES N° 06/09	Resolução sobre requisitos zoossanitários dos Estados Partes para a importação de caprinos para reprodução ou engorda, pois é necessário atualizar os requisitos zoossanitários para importação.
2009	MERCOSUL/GMC/RES N° 07/09	Resolução sobre requisitos zoossanitários dos Estados Partes para a importação de ovinos e caprinos para abate imediato, pois é necessário atualizar os requisitos zoossanitários para importação.
2009	MERCOSUL/GMC/RES N° 08/09	Resolução sobre requisitos fitossanitários para <i>Allium cepa</i> (cebola), pois é necessário proceder à atualização dos requisitos fitossanitários.
2009	MERCOSUL/GMC/RES N° 09/09	Resolução sobre requisitos fitossanitários para <i>Allium sativum</i> (alho), pois é necessário proceder à atualização dos requisitos fitossanitários.
2009	MERCOSUL/GMC/RES N° 10/09	Resolução sobre requisitos fitossanitários para <i>Hordeum vulgare</i> (cevada), pois é necessário proceder à atualização dos requisitos fitossanitários.
2009	MERCOSUL/GMC/RES N° 11/09	Resolução sobre requisitos fitossanitários para <i>Vaccinium spp.</i> (mirtilo), pois é necessário proceder à atualização dos requisitos fitossanitários.
2009	MERCOSUL/GMC/RES N° 12/09	Resolução sobre requisitos fitossanitários para <i>Avena sativa</i> (aveia), pois é necessário proceder à atualização dos requisitos fitossanitários.
2009	MERCOSUL/GMC/RES N° 13/09	Resolução sobre requisitos fitossanitários para <i>Lolium spp.</i> (azevén), pois é necessário proceder à atualização dos requisitos fitossanitários.
2009	MERCOSUL/GMC/RES N° 14/09	Resolução sobre requisitos fitossanitários para <i>Lotus spp.</i> (lotus), pois é necessário proceder à atualização dos requisitos fitossanitários.
2009	MERCOSUL/GMC/RES. N° 23/09	Resolução sobre requisitos zoossanitários dos Estados Partes para a importação de bovinos e bubalinos para reprodução, pois é necessário atualizar os requisitos zoossanitários para importação.
2009	MERCOSUL/GMC/RES. N° 29/09	Resolução sobre o addendum n° 2 ao convênio de financiamento entre a

Continua...

Continua...

		comunidade Europeia e o MERCOSUL para o projeto de cooperação para a harmonização de normas e procedimentos veterinários e fitossanitários, inocuidade de alimentos e produção agropecuária diferenciada.
2010	MERCOSUL/GMC/RES. N° 07/10	Resolução sobre requisitos fitossanitários para <i>Fragaria ananassa</i> (morango), pois é necessário proceder à atualização dos requisitos fitossanitários.
2010	MERCOSUL/GMC/RES. N° 08/10	Resolução sobre requisitos fitossanitários para <i>Helianthus annuus</i> (girassol), pois é necessário proceder à atualização dos requisitos fitossanitários.
2010	MERCOSUL/GMC/RES. N° 09/10	Resolução sobre requisitos fitossanitários para <i>Prunus avium</i> (cereja doce), pois é necessário proceder à atualização dos requisitos fitossanitários.
2010	MERCOSUL/GMC/RES. N° 10/10	Resolução sobre requisitos fitossanitários para <i>Prunus cerasus</i> (cereja ácida), pois é necessário proceder à atualização dos requisitos fitossanitários.
2010	MERCOSUL/GMC/RES. N° 11/10	Resolução sobre requisitos fitossanitários para <i>Nicotiana tabacum</i> (fumo), pois é necessário proceder à atualização dos requisitos fitossanitários.
2010	MERCOSUL/GMC/RES. N° 12/10	Resolução sobre requisitos fitossanitários para <i>Medicago sativa</i> (alfafa), pois é necessário proceder à atualização dos requisitos fitossanitários.
2010	MERCOSUL/GMC/RES. N° 13/10	Resolução sobre requisitos fitossanitários para <i>Pisum sativum</i> (ervilha), pois é necessário proceder à atualização dos requisitos fitossanitários.
2010	MERCOSUL/GMC/RES. N° 24/10	Resolução sobre requisitos zoossanitários dos Estados Partes para retorno de equinos exportados para participação em eventos sem finalidade reprodutiva, devido à necessidade de atualizar os requisitos zoossanitários.
2010	MERCOSUL/GMC/RES. N° 25/10	Resolução sobre requisitos zoossanitários dos Estados Partes para a importação de embriões de bovinos coletados In Vivo, devido à necessidade de atualizar os requisitos zoossanitários.
2010	MERCOSUL/GMC/RES. N° 26/10	Resolução sobre requisitos zoossanitários dos Estados Partes para a importação de sêmen ovino, devido à necessidade de atualizar os requisitos zoossanitários.
2010	MERCOSUL/GMC/RES. N° 27/10	Resolução sobre requisitos zoossanitários dos Estados Partes para a importação de sêmen caprino, devido à necessidade de atualizar os

Continua...

Continua...

		requisitos zoonosológicos.
2010	MERCOSUL/GMC/RES. N° 28/10	Resolução sobre equivalência de denominações de classes e/ou categorias de sementes botânicas.
2010	MERCOSUL/GMC/RES. N° 53/10	Resolução sobre alteração nos requisitos zoonosológicos para a importação de equídeos, devido à necessidade de atualizar os requisitos zoonosológicos.
2011	MERCOSUL/GMC/RES. N° 10/11	Resolução sobre addendum n° 3 ao convênio de financiamento MERCOSUL-União Europeia para o projeto de cooperação para a harmonização de normas e procedimentos veterinários e fitossanitários, inocuidade de alimentos e produção agropecuária diferenciada n° ALA/2005/17-887.
2012	MERCOSUL/GMC/RES. N° 09/12	Resolução sobre requisitos fitossanitários para <i>Theobroma cacao</i> (cacao), pois é necessário proceder à atualização dos requisitos fitossanitários.
2012	MERCOSUL/GMC/RES. N° 10/12	Resolução sobre requisitos fitossanitários para <i>Brassica napus var. napus</i> (canola ou colza), pois é necessário proceder à atualização dos requisitos fitossanitários.
2012	MERCOSUL/GMC/RES. N° 11/12	Resolução sobre requisitos zoonosológicos dos Estados Partes para a importação de abelhas rainhas e produtos apícolas.
2012	MERCOSUL/GMC/RES. N° 13/12	Resolução sobre addendum n° 4 ao convênio de financiamento MERCOSUL - União Europeia na cooperação para a harmonização de normas e procedimentos veterinários e fitossanitários, inocuidade de alimentos e produção agropecuária diferenciada.
2012	MERCOSUL/GMC/RES. N° 42/12	Resolução sobre acordo entre a Organização das Nações Unidas para a agricultura e a alimentação (FAO) e os Estados Partes do MERCOSUL integrantes do fundo da agricultura familiar (FAF MERCOSUL) para a administração financeira do FAF MERCOSUL.
2012	MERCOSUL/GMC/RES. N° 52/12	Resolução sobre requisitos zoonosológicos dos Estados Partes para o ingresso de caninos e felinos domésticos, pois é necessário atualizar os requisitos zoonosológicos para importação.

### Apêndice D – Decisões elaboradas pelo conselho

Ano	Código	Objetivo ou assunto
1992	MERCOSUL/GMC/DEC. Nº 11/92	Decisão sobre reunião de ministros da agricultura
1994	MERCOSUL/CMC/DEC Nº 19/94	Decisão sobre setor açucareiro devido a necessidade de prosseguir trabalhando na definição de um regime que permita a adequação do setor açucareiro à união aduaneira.
1996	MERCOSUL/CMC/DEC Nº 6/96	Decisão sobre acordo na aplicação das medidas sanitárias e fitossanitárias da OMC, pois convém dispor de um marco disciplinador para a adoção de medidas sanitárias e fitossanitárias.
1996	MERCOSUL/CMC/DEC Nº 16/96	Decisão sobre setor açucareiro devido a necessidade de concluir a definição do regime de adequação do setor açucareiro à união aduaneira.
2005	MERCOSUL/CMC/DEC Nº 08/05	Decisão sobre programa de ação MERCOSUL livre de febre aftosa que tem como objetivo erradicar a febre e traz definições de prazos e metas com cronogramas, alicerçado de um sistema de vigilância sanitária com autoridades encarregadas de implantar e fiscalizar, dentre outras prioridades.
2005	MERCOSUL/CMC/DEC Nº 25/05	Decisão sobre programa de ação MERCOSUL livre de febre aftosa que tem como objetivo erradicar a febre e traz definições de prazos e metas com cronogramas, alicerçado de um sistema de vigilância sanitária com autoridades encarregadas de implantar e fiscalizar, dentre outras prioridades.
2006	MERCOSUL/CMC/DEC. Nº 36/06	Decisão sobre memorando de entendimento para estabelecer um grupo de trabalho especial sobre biocombustíveis, devido à necessidade de fortalecer a cooperação em áreas estratégicas.
2007	MERCOSUL/CMC/DEC Nº 49/07	Decisão sobre plano de ação do MERCOSUL para a cooperação em matéria de biocombustíveis, devido à necessidade de fortalecer a cooperação em áreas estratégicas.
2008	MERCOSUL/CMC/DEC Nº 45/08	Decisão sobre fundo da agricultura familiar do MERCOSUL que cria um fundo com o objetivo de financiar os programas e projetos de incentivo a agricultura familiar no MERCOSUL.
2008	MERCOSUL/CMC/DEC. Nº 52/08	Decisão sobre programa de ação MERCOSUL livre de febre aftosa, que tem como objetivo erradicar a febre e traz definições de prazos e

Continua...



Continua...

		metas com cronogramas, alicerçado de um sistema de vigilância sanitária com autoridades encarregadas de implantar e fiscalizar, dentre outras prioridades.
2009	MERCOSUL/CMC/DEC. N° 06/09	Decisão sobre regulamento do fundo de agricultura familiar do MERCOSUL criado para fortalecer políticas públicas para o setor e a promoção e facilitação de comercialização dos produtos originários da agricultura familiar.
2012	MERCOSUL/CMC/DEC. N° 59/12	Decisão sobre registros nacionais voluntários da agricultura familiar dos Estados Partes do MERCOSUL devido à necessidade de estabelecer e aperfeiçoar políticas públicas diferenciadas para a agricultura familiar que promovam o desenvolvimento territorial rural sustentável nas suas dimensões socioeconômicas, cultural, ambiental e institucional com igualdade entre homens e mulheres, bem como fomentar a produção e facilitar o comércio dos produtos da agricultura familiar.